



INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
CAMPUS BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

WENDES FERNANDES RIBEIRO

A PRODUÇÃO EDUCACIONAL DO PROFEPT NAS ESTRATÉGIAS DE
PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA
PARA O USO SIGNIFICATIVO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS NA REDE
FEDERAL DE EPT

Brasília

2024

WENDES FERNANDES RIBEIRO

**A PRODUÇÃO EDUCACIONAL DO PROFEPT NAS ESTRATÉGIAS DE
PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA
PARA O USO SIGNIFICATIVO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS NA REDE
FEDERAL DE EPT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Brasília do Instituto Federal de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Nei Nascimento da Silva

Brasília

2024

R484

Ribeiro, Wendes Fernandes.

A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil: uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT/ Wendes Fernandes Ribeiro. — Brasília, 2024.

174 f. : il.

Orientador: Cláudio Nei Nascimento da Silva.

Dissertação (Mestrado) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2024.

1. Produtos educacionais. 2. Permanência e êxito estudantil. 3. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. I. Silva, Cláudio Nei Nascimento da. II. Título.

CDU: 377

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO


CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No dia 29 de fevereiro de 2024, às 09h, na Plataforma Online Google Meet - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, localizado na SGAN 610, Brasília, ocorreu a defesa pública de dissertação do mestrando Wendes Fernandes Ribeiro, intitulada “A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil: uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT”. Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva (presidente e orientador), Dra. Débora Leite Silvano, Dr. Rony Cláudio de Oliveira Freitas e Dr. Eder Alonso Castro (suplente), a fim de arguirem o mestrando. Aberta a sessão pelo presidente, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo, em seguida, questionado(a) pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram a dissertação:


(X) aprovada.

() não aprovada.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIO NEI NASCIMENTO DA SILVA**
Data: 29/02/2024 16:18:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva
(presidente e orientador)


Documento assinado digitalmente
 **RONY CLAUDIO DE OLIVEIRA FREITAS**
Data: 29/02/2024 16:47:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rony Cláudio de Oliveira Freitas

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA LEITE SILVANO**
Data: 04/03/2024 11:34:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Débora Leite Silvano

Prof. Dr. Eder Alonso Castro (suplente)

Documento assinado digitalmente
 **WENDES FERNANDES RIBEIRO**
Data: 04/03/2024 16:03:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidato:

Aluno: Wendes Fernandes Ribeiro


ATA DE DEFESA PÚBLICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

No dia 29 de fevereiro de 2024, às 09h, na Plataforma Online Google Meet - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, localizado na SGAN 610, Brasília, ocorreu a defesa pública do Produto Educacional do mestrando Wendes Fernandes Ribeiro, intitulado “Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?”. Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva (presidente e orientador), Dra. Débora Leite Silvano, Dr. Rony Cláudio de Oliveira Freitas e Dr. Eder Alonso Castro (suplente), a fim de argüem o mestrando(a). Aberta a sessão pelo presidente, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo, em seguida, questionado pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram o produto educacional:


(X) validado.

() não validado.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIO NEI NASCIMENTO DA SILVA**
Data: 29/02/2024 16:18:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva
(presidente e orientador)


Documento assinado digitalmente
 **RONY CLAUDIO DE OLIVEIRA FREITAS**
Data: 29/02/2024 16:47:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rony Cláudio de Oliveira Freitas

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA LEITE SILVANO**
Data: 04/03/2024 11:34:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Débora Leite Silvano

Prof. Dr. Eder Alonso Castro (suplente)

Documento assinado digitalmente
 **WENDES FERNANDES RIBEIRO**
Data: 04/03/2024 16:03:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidato:

Aluno(a): Wendes Fernandes Ribeiro

Aos meus amados pais, José e Manuela, *in memoriam*.
A Ícaro Gabriel, meu companheiro de todas as horas.
Aos meus irmãos e irmãs, que mesmo longe estamos perto.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, minha mãe, Manuela, e ao meu pai, José, pela educação e valores a mim transmitidos. Também aos meus queridos irmãos e irmãs, por todo ensinamento que foi compartilhado ao longo de nossas vidas. E aos meus sobrinhos e sobrinhas, afilhados e afilhadas que eu amo tanto.

Ao meu companheiro, Ícaro Gabriel, pelo amor e cumplicidade que sempre me fortalece. Aos meus sogros, Aline e Aparecido, e aos meus cunhados, que me proporcionam um seio familiar confortável e seguro.

Ao meu orientador, professor Cláudio, pela parceria saudável que construímos, pelos ensinamentos, atenção e dedicação dispensadas a mim.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, pelo excelente trabalho durante este percurso.

Aos meus colegas e amigos da turma de 2022 do ProfEPT, pela força e pelo carinho durante esta jornada. Em especial, aos queridos Juliana, Laura e Fernando, amigos do grupo “Quarteto Fantástico”, que fora intencionado para uma atividade acadêmica, mas que permanece para além do mestrado. E também à amiga Sueli, pelo apoio e colaboração nesse período.

Aos estimados membros da banca examinadora, professora Débora e professores Rony e Eder, pelo conhecimento e pela experiência compartilhada.

Aos colegas servidores e servidoras da Rede Federal de EPT, pela valiosa contribuição no desenvolvimento desta pesquisa.

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.

(Freire, 1984)

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral compreender os produtos educacionais do ProfEPT como elemento significativo nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O estudo apresenta um levantamento bibliográfico e documental sobre o contexto de atuação da Rede Federal de EPT e sua concepção de educação fundada na omnilateralidade. Discute também a dimensão de permanência e êxito estudantil na EPT, na perspectiva contemporânea, enquanto uma estrutura orgânica, complexa e contínua, diferentemente dos estudos sobre a evasão em si. Além disso, aborda-se o contexto histórico dos mestrados profissionais focalizando no ProfEPT, conceituando e caracterizando seus produtos educacionais como instrumentos possíveis de intervenção na sociedade. Como caminho metodológico para o alcance dos objetivos estabelecidos, a pesquisa parte de uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando instrumentos de coleta de dados como pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa no acervo de produtos educacionais do ProfEPT, aplicação de questionários e aplicação de oficina pedagógica. O lócus da pesquisa foi a Rede Federal de EPT e as Comissões de Permanência e Êxito se configuraram como sujeitos da pesquisa. A investigação permitiu apresentar o perfil do público-alvo e sua relação com a produção decorrente do ProfEPT; conhecer o conceito e as características de um produto educacional para além de sua materialidade, reconhecendo sua dimensão dialética, inovadora e intervencionista, própria de uma pesquisa aplicada; delinear parâmetros norteadores para a análise e/ou avaliação dos produtos educacionais na perspectiva de contribuição para o contexto estudado. Por fim, são apresentadas as reflexões sobre o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação do produto educacional, uma oficina pedagógica intitulada “Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?”, que pretende fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT. Considera-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, pois, a análise dos resultados levantados corroboram para uma função contributiva e responsiva dos produtos educacionais do ProfEPT, como elemento significativo para a promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT.

Palavras-Chave: Produtos Educacionais. Permanência e Êxito Estudantil. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The research had the general objective of understanding ProfEPT's educational products as a significant element in strategies to promote student retention and success in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. The study presents a bibliographic and documentary survey on the context of operation of the Federal EPT Network and its conception of education based on omnilateralism. It also discusses the dimension of student retention and success in EPT, from a contemporary perspective, as an organic, complex and continuous structure, unlike studies on evasion itself. Furthermore, the historical context of professional master's degrees is addressed, focusing on ProfEPT, conceptualizing and characterizing its educational products as possible instruments of intervention in society. As a methodological path to achieving the proposed objectives, the research starts from a qualitative and quantitative approach, using data collection instruments such as bibliographic and documentary research, research in the ProfEPT educational product collection, application of questionnaires and application of a pedagogical workshop. The locus of the research was the Federal EPT Network and the Permanence and Success Committees were configured as research subjects. The investigation participated by presenting the profile of the target audience and its relationship with the production resulting from ProfEPT; know the concept and characteristics of an educational product beyond its materiality, supporting its dialectical, innovative and interventionist dimension, typical of applied research; outline guiding parameters for the analysis and/or evaluation of educational products from the perspective of contribution to the trained context. Finally, reflections on the development, application and evaluation of the educational product are presented, a pedagogical workshop entitled "Mediated Learning Laboratory: how to work with ProfEPT educational products in promoting student retention and success?", which aims to promote knowledge and access to ProfEPT's educational production. It is considered that the objective of the research was achieved, as the analysis of the results obtained corroborates the contributory and responsive function of ProfEPT's educational products, as a significant element for promoting student retention and success in the Federal EPT Network.

Keywords: Educational Products. Permanence and Student Success. Federal Network of Professional and Technological Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Técnica de Análise de Conteúdo.....	59
Figura 2 - Parâmetros para avaliação de PEs para permanência e êxito na EPT.....	74
Figura 3 - Fases da proposta de trabalho das CPEs.....	82
Figura 4 - Percurso de elaboração e aplicação do produto educacional.....	93
Figura 5 - Perspectivas teóricas da oficina.....	95
Figura 6 - Objetivos dos encontros do Laboratórios de Aprendizagem Mediada.....	96
Figura 7 - Nuvem de palavras sobre permanência e êxito na EPT.....	99
Figura 8 - Síntese: Mural interativo ambientação no Observatório ProfEPT.....	101
Figura 9 - Arranjo da avaliação do produto.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linhas de pesquisa e macroprojetos.....	47
Quadro 2 – Articulação entre métodos e objetivos.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de oferta do ProfEPT: 2017 - 2023.....	48
Tabela 2 – Resultado da pesquisa no Observatório (2018 a 2022).....	71
Tabela 3 – Distribuição dos PEs nas dimensões de permanência e êxito.....	72
Tabela 4 – Categorias dos produtos educacionais.....	73
Tabela 5 – Resultado do levantamento dos contatos das CPEs.....	78
Tabela 6 – Representatividade setorial.....	80
Tabela 7 – Ranking Médio: Grau de compreensão clara e objetiva sobre a dimensão de permanência e êxito estudantil na EPT.....	84
Tabela 8 – Ranking Médio: Grau de conhecimento e/ou de trabalho com os produtos educacionais desenvolvidos pelo ProfEPT nos processos de promoção da permanência e êxito estudantil.....	85
Tabela 9 – Ranking Médio: Grau de importância e necessidade em trabalhar com a produção educacional decorrente do ProfEPT, explorando seu potencial para permanência e êxito.....	86
Tabela 10 – Ranking Médio: Avaliação do aspecto conceitual.....	106
Tabela 11 – Ranking Médio: Avaliação do aspecto comunicacional.....	106
Tabela 12 – Ranking Médio: Avaliação do aspecto pedagógico.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nº de ingressantes e concluintes no período de 2017 a 2022 na Rede Federal.....	33
Gráfico 2 – Análise - fases de trabalho das CPEs.....	81
Gráfico 3 – Análise da compreensão das CPEs sobre o potencial de contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT para permanência e êxito estudantil.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cefet - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica

CPE - Comissão de Permanência e Êxito Estudantil

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IAs - Instituições Associadas

IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IFs - Institutos Federais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MA - Mestrado Acadêmico

MEC - Ministério da Educação

MP - Mestrado Profissional

NI - Nota Informativa

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PE - Produto Educacional

PNE - Plano Nacional de Educação

PNP - Plataforma Nilo Peçanha

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

ProfEPT - Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Setec - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TDICs - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
1. INTRODUÇÃO.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 A Rede Federal de EPT: concepção de educação numa perspectiva omnilateral.....	24
2.2 Permanência e êxito na educação nacional: legislação e literatura.....	28
2.2.1 Permanência e êxito estudantil nas LDBs de 1961, 1971 e 1996.....	28
2.2.2 A necessidade de permanência e êxito estudantil na EPT.....	31
2.2.3 Permanência e êxito na literatura brasileira contemporânea.....	34
2.2.4 O que diz a legislação atual?.....	38
2.3 Os mestrados profissionais e a pesquisa aplicada como nova perspectiva da pós-graduação stricto sensu no Brasil.....	41
2.3.1 Características do ProfEPT e seus produtos educacionais como instrumento de intervenção social.....	45
2.3.2 Produto educacional: superando sua materialidade.....	50
3. METODOLOGIA.....	55
3.1 Quanto à natureza e abordagem da pesquisa.....	55
3.2 Lócus, universo e amostra da pesquisa.....	56
3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados.....	58
3.3.1 Levantamento bibliográfico e documental.....	60
3.3.2 Pesquisa no acervo de produtos educacionais do ProfEPT.....	61
3.3.3 Questionário.....	65
3.4 Produto educacional: oficina pedagógica.....	67
3.5 Articulação entre métodos e objetivos.....	70
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	71
4.1 A pesquisa no Observatório.....	71

4.1.1 Parâmetros para a avaliação de produtos educacionais do ProfEPT na perspectiva de contribuição para permanência e êxito na EPT.....	74
4.2 As Comissões de Permanência e Êxito e sua relação com os produtos educacionais do ProfEPT.....	78
4.2.1 Eixo 1: Perfil das Comissões.....	79
4.2.2 Eixo 2: A Percepção das CPEs sobre permanência e êxito e a aproximação com os produtos educacionais do ProfEPT.....	83
4.2.3 As impressões das CPEs sobre a contribuição dos produtos educacionais para permanência e êxito.....	87
4.3 O produto educacional: Laboratório de Aprendizagem Mediada - contribuição para uma aproximação entre a Rede Federal e a produção do ProfEPT.....	92
4.3.1 Estrutura e aplicação do Laboratório de Aprendizagem Mediada.....	95
4.3.2 Avaliação do produto educacional.....	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL.....	126
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS COMISSÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL.....	157
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	164
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PESQUISA.....	167
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	170

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação foi desenvolvida como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília - IFB, no período de abril de 2022 a fevereiro de 2024.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e exploratória quanto aos objetivos de estudo propostos, com uma abordagem de análise mista, considerando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Seu objetivo principal é compreender os produtos educacionais do ProfEPT como elemento significativo nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

De acordo com Regulamento Geral do ProfEPT de 2018, este estudo se enquadra na Linha de Pesquisa 2 do referido programa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, e está inserida no Macroprojeto 06 que “abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT” (IFES, 2018).

Considerando a importância e a necessidade de discussão acerca da temática, ainda pouco explorada no âmbito científico e acadêmico, julga-se como relevante o presente estudo. Contudo, não se espera com a iniciativa esgotar sobre o tema, e sim alcançar respostas para o problema apresentado, ampliando os horizontes dessa temática na literatura, assim como incentivar novos pesquisadores a se dedicarem ao contexto da comunicação da produção educacional dos programas de mestrados profissionais (MPs) com os processos educativos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

É importante mencionar que uma das motivações desta pesquisa surge de inquietações do próprio pesquisador enquanto profissional da educação - servidor Técnico Administrativo da Rede Federal de EPT, licenciado em História e em Pedagogia, com especialização na área educacional. De modo que, ao abordar

sobre permanência e êxito, retoma-se sua trajetória acadêmica, que, vindo de uma realidade socioeconômica vulnerável e fruto da escola pública, precisou ser resiliente para conseguir concluir seus percursos educativos com êxito.

A dissertação está estruturada em cinco partes: primeiro é feita uma introdução, para ambientar o leitor sobre a delimitação do tema, problema, justificativa e objetivos da pesquisa; na segunda parte apresenta-se o referencial teórico que sustenta e fundamenta o estudo; em seguida expõe-se a metodologia, que traz a estratégia, os instrumentos e as ferramentas para o alcance dos objetivos; a quarta parte se encarrega da análise dos dados e discussão dos resultados obtidos, bem como apresenta o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação do produto educacional; finalmente, nas considerações finais é apresentada uma síntese da evolução da pesquisa, traçando um panorama entre objetivos e resultados alcançados.

Com esta pesquisa espera-se que os profissionais da EPT compreendam a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT como elemento significativo nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil. Tendo em vista que, conforme Kaplún (2005), um produto educacional não deve ser visto como um objeto que apenas transmite informações, mas, a depender do contexto, proporciona uma experiência de mudança ou de enriquecimento em algum sentido.

1. INTRODUÇÃO

A Rede Federal de EPT, institucionalizada pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), remonta todo o contexto histórico das escolas de Aprendizizes e Artífices, quando em 1909, “o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets)” (MEC, 2022). Possuindo características próprias, essa rede tem a função de promover EPT em diferentes níveis e modalidades, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, articulando entre teoria e prática.

Com a expansão da EPT, a partir dos anos 2000, buscando romper com a dualidade histórica entre conhecimento científico e conhecimento técnico (trabalho manual), o Governo Federal afirmou sua responsabilidade com uma EPT comprometida com a perspectiva de formação omnilateral e emancipatória do ser humano (Ramos, 2014; Moura, 2007; Pacheco, 2015). Assim, com o aumento da oferta e do ingresso em cursos técnicos e tecnológicos em todo o território nacional, no tocante à permanência e êxito de seus estudantes, a RFEPCT perpassa por uma situação de altos índices de evasão e insucesso escolar.

Conforme dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP)¹ (MEC, 2022), no período de 2017 a 2022, em toda a Rede Federal, o número de alunos ingressantes foi de 3.593.295; já o número de alunos concluintes, no mesmo período, foi de 1.919.463². Esses números sugerem um descompasso no paralelo de evolução do número de alunos ingressantes com o de alunos concluintes.

Haja vista o cenário internacional, Moraes e Albuquerque (2019), sinalizam para a necessidade de mais aperfeiçoamento e melhor desempenho da EPT no Brasil, que ainda continua insistindo na educação básica regular, que não confere profissionalização ao sujeito. Revelando a urgência de desenvolvimento e no

¹ Conforme consta no site do Ministério da Educação, a PNP foi iniciada em 2017 pela Setec/MEC e destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de EPT. (MEC, 2022).

² Dados Indicadores de Gestão, disponíveis em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>>. Acesso em: 22, dez. 2023.

comprometimento de políticas públicas e institucionais mais eficientes, assim como a definição de metas, estratégias e ações que busquem o fortalecimento da permanência e do êxito estudantil na EPT.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), o fazer educacional tem como um dos princípios a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996), de modo que as instituições que promovem EPT também têm o dever de cumprir com esse preceito no cumprimento de sua função educativa.

No campo científico, os estudiosos, em sua maior parte, se dedicaram a compreender o fenômeno da evasão para obter as respostas necessárias à resolução do problema. Porém, nas últimas décadas, as pesquisas sinalizam para a compreensão dessa dimensão por uma estrutura orgânica, contínua e coletiva, em que tanto fatores internos quanto fatores externos interferem no processo. Para Carmo (2016), esse novo horizonte busca apresentar dados e propor um novo olhar acerca do tema, revelando a necessidade de novas políticas públicas e institucionais, novos debates e discussões que tomem a permanência e o êxito estudantil como prioridade nos processos da educação.

Nessa perspectiva, no que concerne à Rede Federal, é necessário compreender as peculiaridades da EPT no Brasil, de modo a identificar os fatores que compõem sua estrutura, pautada na compreensão de permanência e êxito como um processo arraigado e contínuo, atrelado a seus princípios basilares, e não apenas resumi-la em um único termo (Oliveira, 2021).

Tendo em vista as mudanças socioeconômicas das últimas décadas, no cenário de desenvolvimento de uma EPT em prol da preparação de um cidadão/profissional com postura crítico-reflexiva sobre a realidade, no contexto da reestruturação da Pós-Graduação Stricto Sensu brasileira, os mestrados profissionais surgem nos anos 90, com uma proposta diferente de então. A concepção desses mestrados se fundamenta na gênese pedagógica da pesquisa

aplicada à sociedade, aparece como estratégia possível de atendimento à então crescente demanda por formação especializada atrelada ao mundo do trabalho.

Para Barros, Valentim e Melo (2005), no documento “Capes: Metas da Atual Gestão” de 1995, foi evidenciada a necessidade de revisão do modelo de pós-graduação brasileira, uma vez que o mestrado acadêmico (MA) buscava a formação de “quadros acadêmicos” e sua pesquisa limitada a determinados grupos ou departamentos. Segundo Ribeiro (2005), nessa categoria de mestrado tem-se a pesquisa enquanto formadora de um pesquisador a longo prazo, para a academia, já no mestrado profissional (MP) o objetivo é formar um pesquisador por um alto nível de qualificação, de modo que ele possa reconhecer e identificar seu papel na sociedade e no âmbito do trabalho, para além da academia, valorizando o homem em sua construção histórica.

De acordo com a literatura, além de uma gênese pedagógica singular, pode-se dizer que o produto final é o que difere um MP de um MA, tendo em vista que na pesquisa aplicada tem-se a construção, a aplicação a avaliação e a validação de um produto educacional que estabeleça uma relação dialética com a sociedade, caracterizado por uma função pedagógica e intervencionista.

Conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos mestrados profissionais na área de Ensino destaca-se a produção técnica/tecnológica, compreendida como produtos e processos educacionais para utilização no contexto da educação, em espaços formais e não formais. Esses produtos podem ser uma sequência didática, um aplicativo, um jogo, um vídeo, uma sequência de vídeoaulas, um equipamento, dentre outros (CAPES, 2022).

Para Kaplún (2005) um material educacional não é apenas um objeto para transmitir informações, mas, a depender do contexto, para facilitar uma experiência de ensino-aprendizagem, ou seja, “uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes, etc.” (Kaplún, 2005, p. 1, tradução nossa). Percebe-se, então, que para

além de sua forma, um produto educacional se traduz no seu conteúdo, na mensagem educativa que se pretende passar.

Nessa perspectiva, no ano de 2017, inicia-se o ProfEPT, objetivando formação profissional especializada, com produção científica voltada à melhoria dos processos da EPT, aproximando as práticas educativas da Rede Federal com os fundamentos filosóficos que sustentam sua existência. Dessa forma, tendo em vista o caráter pedagógico e dialético que se espera de um recurso educativo, na perspectiva da pesquisa aplicada, a produção do ProfEPT pode revelar um potencial significativo de contribuição para os processos que envolvem permanência e êxito estudantil no contexto da EPT.

Considerando esse contexto, a presente investigação buscou responder à seguinte pergunta: como trabalhar com a produção educacional decorrente do ProfEPT nos processos que envolvem promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT? Ou, dito de outra forma: quais são as possibilidades de contribuição dos produtos educacionais decorrentes do ProfEPT nos processos de promoção da permanência e êxito estudantil da Rede Federal de EPT?

A pesquisa teve como objetivo compreender os produtos educacionais do ProfEPT como elemento significativo nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT. Para tanto foram traçados os seguintes objetivos específicos: Refletir sobre o papel da Rede Federal de EPT na educação nacional, contextualizando com a necessidade de promoção da permanência e êxito estudantil; identificar o conceito e as características dos produtos educacionais de programas de mestrados profissionais na área de Ensino; conhecer a relação das Comissões de Permanência e Êxito Estudantil (CPE) da Rede Federal de EPT com os produtos educacionais do ProfEPT; delinear parâmetros para a avaliação de produtos educacionais do ProfEPT na perspectiva de contribuição para permanência e êxito na EPT; fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, por meio da produção de uma oficina pedagógica como produto educacional. O produto educacional, intitulado “Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da

permanência e êxito estudantil?”, foi aplicado e avaliado por membros das CPEs da Rede Federal de EPT.

Ao problematizar a atuação da RFEPT e a utilização dos produtos educacionais do ProfEPT no contexto da permanência e êxito, desenvolveu-se uma pesquisa aplicada, fundamentada no método do Materialismo Histórico e Dialético de Marx (1818-1883), em que o exercício de ação-reflexão-ação, consciente da gênese, das partes e das interligações que formam o processo histórico da Rede Federal, fornecerá elementos necessários para responder o problema motivador.

Como caminho metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando dos seguintes instrumentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, aplicação de questionários e aplicação de oficina pedagógica. O lócus da pesquisa foi a Rede Federal de EPT e as Comissões de Permanência e Êxito se configuraram como sujeitos da pesquisa.

O referencial teórico apresenta um levantamento bibliográfico e documental sobre o contexto de atuação da Rede Federal de EPT e sua concepção de educação fundada na omnilateralidade, apoiando-se em autores como Ramos, Moura, Ciavatta, Saviani, Pacheco, dentre outros; sobre a dimensão de permanência e êxito estudantil na EPT, conversando com autores como Carmo, Manhães, Cola, Dore, Oliveira, que se dedicam a pesquisar o tema enquanto uma estrutura orgânica, complexa e contínua, diferentemente dos estudos sobre a evasão puramente; sobre o contexto histórico dos mestrados profissionais focalizando no ProfEPT, conceituando e caracterizando seus produtos educacionais como instrumentos possíveis de intervenção na sociedade.

Assim sendo, consideraram-se as seguintes perspectivas teóricas: responsabilidade com a promoção da permanência na Rede Federal de EPT, imprescindível para uma formação omnilateral exitosa e, assim, pretendendo a melhoria dos níveis de qualidade da educação; compreensão de permanência e êxito estudantil como um fenômeno que se aproxima da ação de resistir e de fortalecer, por um processo gradual e contínuo, para além da evasão; consciência da

dimensão pedagógica de um produto educacional, ultrapassando sua materialidade, evidenciando sua intencionalidade de mudança na e para a sociedade.

Haja vista seu caráter contemporâneo, ainda pouco explorado no âmbito científico e acadêmico, considera-se que esta pesquisa possui notável relevância para o âmbito educacional, uma vez que produz conhecimento e acerca dos produtos educacionais e da permanência e êxito na EPT, bem como se propõe ser um canal de comunicação entre ProfEPT e Rede Federal, favorecendo o acesso e divulgando o potencial dessa produção educacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa foi desenvolvida considerando as seguintes perspectivas teóricas: a Rede Federal de EPT e a concepção de educação fundamentada na omnilateralidade; compreensão de permanência e êxito Estudantil nas políticas públicas e na literatura contemporânea; os mestrados profissionais e pesquisa aplicada como nova perspectiva da pós-graduação brasileira; O ProfEPT e seus produtos educacionais como proposta de intervenção expressiva no meio social. Essa fundamentação teórica nos permitiu uma contextualização com os resultados, promovendo uma discussão em torno da análise e das respostas advindas da pesquisa, objetivando reconhecer a produção educacional decorrente do ProfEPT como elemento significativo para promoção de permanência e êxito estudantil na RFEPCT.

2.1 A Rede Federal de EPT: concepção de educação numa perspectiva omnilateral

A Rede Federal de EPT, institucionalizada pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi criada a partir de um plano de reestruturação e expansão da EPT em território brasileiro, coordenado pelo Ministério da Educação. Nesse período, tem-se então “uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional” (Ramos, 2014, p. 25). Conforme ressaltado por Ramos (2014), por muito tempo o modelo de EPT nos moldes das Escolas de Aprendizes e Artífices era “destinado às classes menos favorecidas” (Brasil, 1937) e seus princípios voltavam-se para a formação de profissionais por meio do trabalho manual, mão-de-obra para atender aos anseios do sistema capitalista de então, com suas demandas de qualificação de trabalhadores motivada pela aceleração industrial.

Em 2008, com a institucionalização da Rede Federal de EPT e a criação dos Institutos Federais (IFs), tem-se o resultado de um projeto de expansão do governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), na expectativa de ampliar a oferta e o acesso da Educação Profissional em todo o país. Segundo a Lei 11.892/2008, os IFs possuem características próprias e a função de instituição especializada na oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino, fundamentados na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas. Dentre seus objetivos, os IFs devem promover a oferta de EPT em articulação com o mundo do trabalho, em consonância com os segmentos sociais, voltando-se para a produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Seus processos educativos devem pautar-se na perspectiva de geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão em sua omnilateralidade, de modo que este possa intervir positivamente em seu meio social (Brasil, 2008).

Ao fazer uma reflexão histórica acerca da dualidade estrutural no que tange a educação profissional e a educação básica, bem como sua funcionalidade nas vias do modelo de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, buscando articular e romper com essa dualidade, Moura (2007) sugere a necessidade de uma expansão da educação básica integrada à perspectiva profissional técnica de nível médio e que seja “gradativa de forma gratuita, laica e com qualidade nos sistemas públicos de educação”. Contudo, para o autor, tal expansão gradativa “não visa, em princípio, a sua universalização” (Moura, 2007, p. 28), mas objetiva as bases para “uma futura educação politécnica ou tecnológica, essa sim deverá ter caráter universal (além de ser pública, gratuita, laica e de qualidade), mas só poderá ser implantada quando as condições objetivas da sociedade brasileira assim o permitir” (Moura, 2007, p. 28).

Ao referir-se ao conceito da formação integral por meio da politecnia, Ciavatta (2014) indica que o tema é “objeto de polêmica e de divergências” (Ciavatta, 2014, p. 189), quando se pensa numa educação em articulação ao trabalho, de forma transformadora à sociedade capitalista. A autora nos chama atenção para a necessidade de mudança de pensamentos em ações concretas:

Aparentemente, estamos do mesmo lado, buscando manter a coerência do compromisso com a transformação da sociedade brasileira no sentido do direito de todos a uma vida digna. Mas precisamos delinear estratégias para o presente. Politecnia, educação omnilateral, formação integrada são horizontes do pensamento que queremos que se transformem em ações (Ciavatta, 2014. p. 189).

Na dimensão da formação humana integral, no que se refere ao trabalho enquanto princípio ontológico e educativo, para Saviani (1991), a formação dos homens baseada nesse princípio, deve compreender a educação como um processo próprio e intrínseco dos seres humanos, “significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (Saviani, 1991, p. 11). Assim, podemos compreender a EPT em seus diferentes níveis e modalidades do ensino, reconhecendo o caráter ontológico do trabalho enquanto princípio educativo, estruturado numa educação voltada para a articulação entre o pensar e o agir, na perspectiva de contribuição para a formação integral humana, de forma omnilateral.

Nesse sentido, num cenário de necessárias transformações estruturais no meio social, o homem não pode submeter-se pura e simplesmente às amarras de um sistema capitalista elitista e excludente, pois não há que se falar em formação fundada apenas no trabalho manual e em mão-de-obra para se adequar aos moldes da máquina capitalista. Compreende-se, portanto, EPT como perspectiva de formação crítico-reflexiva dos sujeitos sociais, técnica e intelectualmente, na direção de sua emancipação humana.

Segundo Della Fonte (2018, p. 16), qualificar para o trabalho, “em termos gerais, implica recuperar, por meio do processo formativo intencional, a ação humana criativa e criadora, o ser humano como agente de sua história e de seu fazer-se”. Por outro lado, segundo a autora, de modo mais específico, refere-se à compreensão de como nos portamos e vivemos diante do sistema capitalista, nos possibilitando a análise crítica ao trabalho na sua forma alienada (Della Fonte, 2018).

Percebe-se que, ao conceber o trabalho como princípio educativo na EPT, empreende-se um processo de formação humana integral, onde o ser humano, num

exercício de reflexão crítica e dialética de sua realidade histórico-social, em consonância com o método marxista do materialismo histórico e dialético, conseguirá definir meios e empreender ações para as mudanças necessárias, superando sua realidade.

Para Leite (2017, p. 1), o materialismo histórico e dialético “defende a superação da dicotomia sujeito-objeto, pois infere que sujeito e objeto são dois aspectos de uma mesma realidade em contradição e em unidade indissolúvel dos opostos”. Assim, essa unidade exige a compreensão real de ambos, fortalecendo a necessidade de compreendermos a sociedade alienada em que estamos inseridos, buscando superá-la, pensando e propondo uma nova realidade. Em termos mais simples, o materialismo histórico e dialético consiste em revisitarmos o passado, lançando um novo olhar sobre determinado evento histórico, para compreendermos o presente com vistas a sua modificação e projetarmos nossa realidade com mais propriedade e consciência.

Compreende-se, então, o materialismo histórico e dialético, através da categoria trabalho, como método possível de explicação e transformação da história humana (Netto, 2011). Dessa forma, o ser humano enquanto sujeito principal de sua história, através de sua consciência e de suas ações, necessita utilizar os recursos disponíveis e as oportunidades do seu meio, objetivando seu desenvolvimento absoluto.

Desse modo, pensar na EPT e sua relação ontológica com o trabalho, é conceber uma educação que seja capaz de promover práticas inovadoras, onde a compreensão histórica e social do ser humano e sua intrínseca relação com o trabalho torna-se primordial para uma ação revolucionária e a projeção de uma vida melhor. Nesse sentido, para Ramos (2014), tal educação é como o meio pelo qual as pessoas são capazes de se reconhecerem como sujeitos históricos, críticos e conscientes de uma atuação social transformadora da realidade em que estão. A autora sugere e orienta propostas de ações para a organização e o desenvolvimento de uma educação profissional pautada na construção do currículo na perspectiva da totalidade, em que a formação técnica/científica conjuga-se com os conhecimentos

da formação geral, de forma a evidenciar os fundamentos científicos, sócio-históricos e culturais desses processos. Em vista disso, ao se propor uma discussão acerca da RFEPCT nos moldes de suas finalidades educativas, no que se refere a permanência e êxito estudantil, faz-se necessário compreender sua dimensão por uma estrutura orgânica, multifacetada e complexa, com interferências direta e indiretamente nos resultados e nos níveis da qualidade da EPT.

2.2 Permanência e êxito na educação nacional: legislação e literatura

Para refletirmos sobre a responsabilidade da RFEPCT com permanência e êxito estudantil, considerando seu desempenho institucional comprometido com a formação omnilateral do ser humano e sua atuação em sociedade, faz-se necessário compreender como se deram as políticas públicas e qual é o entendimento do conceito de permanência e êxito estudantil na literatura. Também é necessário procedermos com uma análise em torno da legislação educacional brasileira, de modo a identificar o papel de atuação do governo com essa política pública.

2.2.1 Permanência e êxito estudantil nas LDBs de 1961, 1971 e 1996

A Educação é definida no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando a promoção do pleno desenvolvimento da pessoa humana, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Contudo, na história da educação brasileira, nem sempre o Estado esteve presente ou se mostrou comprometido e responsável por essa garantia. Somente com o advento da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), reformulando as diretrizes e bases da educação nacional, o Estado assumiu completamente a educação como tarefa de sua competência.

Em 1961 a Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961, fixa as diretrizes e bases da educação nacional (LDB/1961), mediante um contexto de necessidade de

uma escola numa perspectiva universal e gratuita, fazendo com que o governo buscasse se conscientizar com sua responsabilidade com a educação nacional e os problemas que a permeavam.

De acordo com Piana (2009), a partir de 1961, com a instituição da Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961, traçando as diretrizes e bases da educação nacional (LDB/1961), mediante um contexto de necessidade de uma escola sob a perspectiva de formação universal e gratuita, o governo brasileiro buscou se conscientizar com sua responsabilidade com a educação nacional e os problemas que a permeavam. “As discussões em torno dessa Lei contribuíram para conscientizar o poder político sobre os problemas educacionais” (Piana, 2009, p. 65).

Mais adiante, em 1971, foi publicada a Lei 5.692, que fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, trazendo em seu artigo 1º o objetivo de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Brasil, 1971). Sugerindo a intenção do Estado para uma educação que voltasse para uma formação mais completa do estudante, em direção ao seu desenvolvimento enquanto cidadão. Mais tarde, com o advento da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), reformulando as diretrizes e bases da educação nacional, o Estado Brasileiro assumiu a educação como tarefa de sua competência, assim diz Piana:

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996 é a primeira lei geral da educação promulgada desde 1961 e tem ampla repercussão sobre o sistema escolar. O governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estado e municípios (Piana, 2009, p. 67).

O artigo 3º da LDB/1996 apresenta sob quais princípios a educação nacional deverá ser ministrada, tratando da promoção da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, e em seu artigo 4º, sendo o Estado responsável pela educação pública, deverá efetivá-lo mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade

de cada um” (Brasil, 1996) e a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996). O artigo 14, parágrafo 2º, inciso II, inserido recentemente, trata do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação, norteado pela democratização do acesso e permanência na escola (Brasil, 1996).

Percebemos que, tanto no artigo 3º quanto no artigo 4º desta lei a obrigatoriedade das instituições de ensino garantirem a permanência do estudante na escola. Já em seu artigo 22, consta que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996). Configurando-se como parte desse processo o critério do aproveitamento de estudos concluídos com êxito.

O termo permanência também aparece nos seguintes artigos da LDB/1996:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Art. 37 [...]

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 62 [...]

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública (Brasil, 1996).

Entretanto, conforme apontado por Oliveira (2021), analisando a LDB/1996 nos aspectos da permanência e êxito, observa-se a expressão como ideia ou conceito em seu texto, mas de forma pulverizada, é possível identificar que há parâmetros estabelecidos no arcabouço legal da educação brasileira, entretanto, ainda são incipientes e com uma concretização lenta. Ao fazer essa crítica, o autor cita a Lei n.º 12.711/2012, que buscou democratizar o acesso aos cursos superiores e técnicos para grupos historicamente excluídos, mas ainda assim, mesmo que a

institucionalização de cotas foi necessária e fundamental, “vale destacar que esse importante passo não impede ou desobriga outras ações de fortalecimento do acesso à educação superior e profissional, pois fatores sociais ainda precisam ser considerados para que o acesso seja efetivo” (Oliveira, 2021, p. 48). Defendendo a articulação do tripé: acesso, permanência e êxito, como um conjunto orientador para definição e planejamento de ações que objetivam a qualidade e o sucesso na EPT. Desse modo, o foco, agora, deve ser redirecionado para as discussões que se voltam para a permanência e o êxito, já que o acesso ganhou forças com a Lei de Cotas (Oliveira, 2021).

Mesmo com tal observação, ainda que a legislação educacional brasileira tenha certas intenções quanto ao reconhecimento e à necessidade e importância de se pensar permanência e êxito como um fator primordial para a qualidade da educação, numa perspectiva de formação integral do ser humano, as políticas públicas para essa iniciativa ainda são incipientes. Cabendo, assim, mobilizações da sociedade incentivar o discurso, de modo que o Estado promova, planeje e implemente propostas orientadoras mais objetivas e eficientes, visando uma melhor compreensão e uma consecução satisfatória em torno dos projetos que envolvem permanência e êxito na educação nacional.

2.2.2 A necessidade de permanência e êxito estudantil na EPT

A partir dos anos 2000, a EPT passou por um aumento significativo no número de instituições que a promovem, motivado pelo projeto de expansão e institucionalização da Rede Federal e com a ampliação da oferta das vagas em cursos técnicos e tecnológicos em todo o país. Quando se deu o centenário da Rede, haviam 140 escolas em funcionamento, após iniciado o projeto de expansão, entre 2005 a 2010, esse número saltou para 354 e em 2019 (MEC, 2022), “são mais de 661 unidades sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Cefets, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, as 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II” (MEC, 2019).

Observa-se que, nas últimas décadas, houve um importante crescimento no número de instituições e de vagas para os cursos de EPT no Brasil. No entanto, mesmo com essa ampliação, “há problemas relacionados à permanência e alta taxa de evasão nesse contexto, suscitando discussões relacionadas à qualidade da educação ofertada e à permanência e à evasão escolar nessas instituições” (Moreira; Lambert; Castro, 2018, p. 49).

De acordo com Dore *et al.* (2017), o aumento da oferta da EPT nos últimos anos, ampliando as possibilidades dos jovens no mundo do trabalho, contribuiu para democratizar o acesso à educação pública, porém, o número de alunos que abandonaram os estudos também se intensificou. Mostrando, dessa forma, a necessidade de se pensar na permanência desses estudantes através de um processo que considere seu ingresso, sua permanência e seu sucesso ao final do processo educativo.

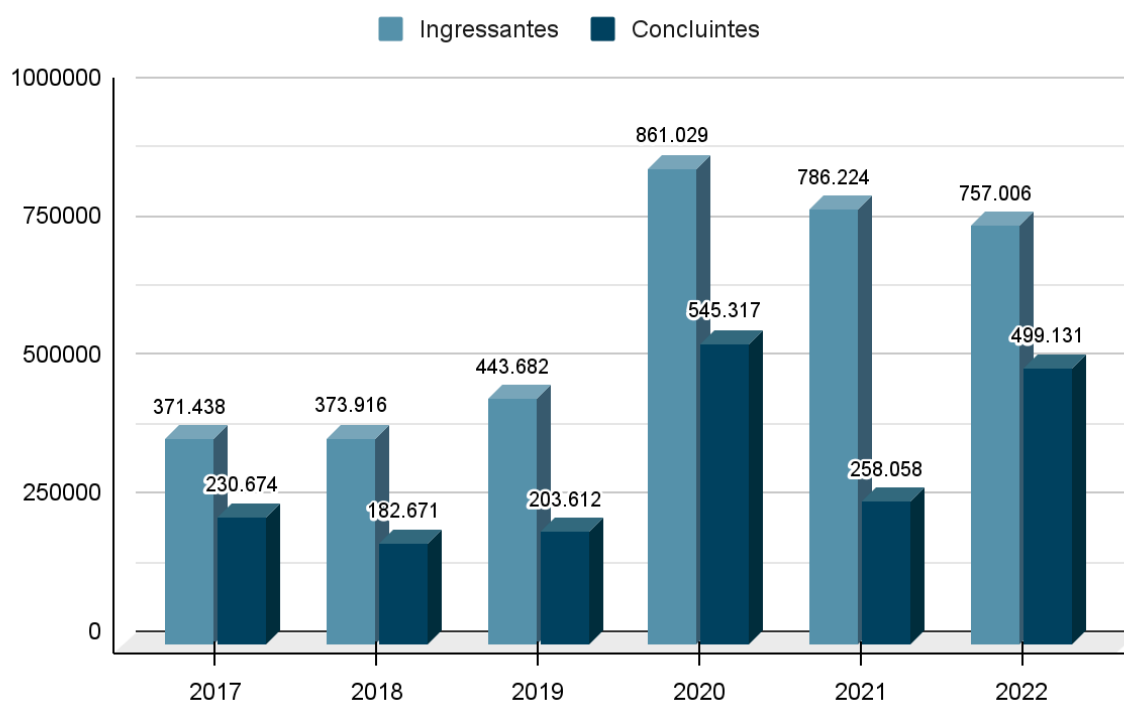
Garcia e Spessatto (2023), consideram que o tema é colocado em pauta a partir dos desdobramentos que moldam o contexto da expansão da Rede Federal de EPT, observando-se altas taxas de evasão e de retenção. As autoras consideram que as medidas a serem adotadas para superar essa situação devem ser definidas considerando o contexto e o perfil dos estudantes atendidos, chamando atenção para questões relacionadas ao acolhimento e o sentimento de pertencimento dos alunos. Também salientam que o eixo dos cursos ofertados pela instituição, alinhados às demandas do mundo do trabalho na localidade em que os estudantes estão inseridos, apresentam-se como fatores importantes para assegurar a permanência e o êxito estudantil (Garcia; Spessatto, 2023).

De acordo com Cara, Cruz e Manhães (2023), os IFs atuam significativamente na promoção e na democratização da educação profissional no Brasil. Entretanto, enfrentam desafios no tocante às taxas de evasão e retenção, em especial nos cursos não obrigatórios. Conforme os autores, buscando respostas para superar essa problemática, ampliou-se nos últimos anos o enfoque de estudos e observações para além da correção da evasão, tendo em vista que, “agora, há uma ampliação do escopo, considerando a bem-sucedida permanência dos estudantes

como um indicador fundamental para orientar o desenvolvimento de políticas educacionais” (Cara; Cruz; Manhães, 2023, p. 1).

Assim, o histórico de expansão da EPT sugere uma realidade não tão confortável quanto à eficiência do ensino ofertado no que se refere à permanência e êxito dos estudantes. Analisando o número de alunos ingressantes, confrontado com o número de alunos que já concluíram seus estudos, conforme gráfico abaixo, é possível identificar uma evolução desarmoniosa a respeito da expansão da Rede Federal e de seu objetivo proposto, o êxito estudantil.

Gráfico 1 - Nº de ingressantes e concluintes no período de 2017 a 2022 na Rede Federal



Fonte: MEC, 2023³.

Nesse sentido, tendo em vista essa situação um tanto preocupante, em comparação com o cenário internacional, Moraes e Albuquerque (2019) argumentam que:

Não por acaso, frente à realidade internacional, o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional. Enquanto nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento

³ Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 22, dez. 2023.

Econômico (OCDE) têm-se, em média, 43% dos estudantes entre 15 e 19 anos matriculados em cursos técnicos, no Brasil esse índice é de apenas 8%. A realidade torna-se ainda mais precária nas faixas etárias superiores, contrariando as tendências internacionais, que apostam na intensificação da oferta de educação profissional para pessoas que se encontram fora da idade escolar, o Brasil continua apostando na educação básica “regular”, que não resulta em profissionalização (Moraes; Albuquerque, 2019, p. 7).

Desse modo, consciente da necessidade de oferta articulada a compromisso social e qualidade do ensino na EPT, pautando-se nos princípios de formação omnilateral do ser humano, do trabalho como princípio ontológico da educação, no e para o alcance do conhecimento por uma lógica integrada e verticalizada, urge a necessidade de uma postura que considere a superação do modelo hegemônico de educação. Significa, então, “pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos” (Pacheco, 2015. p. 22).

Nessa perspectiva, a responsabilidade e o compromisso com a promoção da permanência na Rede Federal evidenciam-se imprescindíveis para um processo de ensino-aprendizagem significativo na EPT e, assim, pretendendo a melhoria dos níveis de qualidade dessa modalidade de educação.

2.2.3 Permanência e êxito na literatura brasileira contemporânea

Na literatura brasileira, sobre permanência e êxito, as pesquisas se dedicam majoritariamente em torno da compreensão do fenômeno da evasão para identificar as variáveis que culminam no abandono da escola pelo estudante. Carmo, Manhães e Cola (2018) afirmam haver uma “diferença abissal entre as quantidades de publicações sobre evasão e permanência na educação” (Carmo; Manhães; Cola, 2018, p. 55). Bastos e Gomes (2014, p. 9), ao realizarem uma pesquisa nos cursos Técnicos Concomitantes do Cefet do Rio de Janeiro, identificaram que dentre as principais causas apontadas pelos estudantes evadidos estão: desmotivação ou desinteresse, necessidade de trabalhar e professores despreparados. Percebe-se, que a evasão é o resultado de uma série de fatores, que estão ligados à

comunidade escolar e também à vida pessoal e familiar do estudante. Outros fatores também são apontados pelos pesquisadores do tema, como currículo inadequado, dificuldade no processo de aprendizagem, fatores socioeconômicos, dentre outros. Contribuindo para o mesmo entendimento, Bastos e Gomes (2014) apontam que:

As causas da evasão escolar são variadas. Condições socioeconômicas, culturais, geográficas, programas didático-pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar no Brasil. O que realmente importa não é apenas ter conhecimento das causas da evasão, mas sim rechaçá-las. Identificar os alunos com risco de abandono e tratar tal situação de forma diferenciada, acompanhando e informando o aluno da importância da formação acadêmica, pode fazer com que esse aluno mantenha-se no ambiente escolar e siga seu percurso rumo ao seu desenvolvimento (Bastos; Gomes, 2014, p. 11).

Conforme Silva Filho e Araújo (2017), existem três dimensões conceituais indispensáveis à investigação da evasão escolar: (i) níveis de escolaridade em que a evasão ocorre; (ii) tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva; e (iii) razões que motivam a evasão. Os mesmos autores consideram que a evasão “não têm uma origem definida e por isso não terá um fim por si só” (Silva Filho; Araújo, 2017, p. 38-39). Argumentam ainda que, um conjunto de fatores internos e externos à escola levam o estudante a abandonar a sala de aula, caracterizando assim a evasão.

No mesmo sentido, Machado (2009) ressalta que a evasão acontece quando o estudante deixa de frequentar as aulas e demais atividades, abandonando, assim, a escola. De Souza e Artuso (2022) sinalizam que o abandono denuncia falhas de um sistema educacional e da sociedade de forma geral, acarretando prejuízos como investimento público mal-empregado ou não utilizado, contribuindo, então, para as desigualdades socioeconômicas, a partir dessa educação falha.

Sendo assim, é preciso repensarmos a evasão, permitindo uma análise crítica de todo seu processo, para identificar suas causas e buscar as intervenções antes de sua concretização. Portanto, “é necessário sensibilidade para se compreender a complexidade das relações entre os diferentes atores envolvidos no fenômeno, bem

como um profundo entendimento de seu universo e das condições dessas relações” (Machado, 2009, p. 36).

Dessa forma, considerando os trabalhos mais recentes, é possível perceber que tal bibliografia voltou-se, por um bom tempo, majoritariamente para a compreensão pura da evasão, e que nesse período as pesquisas se preocupavam basicamente em entender a saída do estudante da instituição, na intenção de novas propostas para evitar a saída dos demais estudantes. No entanto, a forma de entender o processo de permanência por meio da evasão está sendo substituída pela concepção da permanência como um processo contínuo e coletivo de formação omnilateral, de modo que o estudante possa vislumbrar uma possibilidade de prática social revolucionária e emancipadora, cumprindo com êxito seu processo educacional. O que não exclui o fenômeno da evasão como parte investigativa de limites e possibilidades do processo de promoção da permanência, porém sendo o fenômeno analisado agora sob um novo viés.

Para os estudiosos e pesquisadores que se voltam para o novo modelo de pensar e discutir sobre permanência e êxito no contexto da educação, permanecer “aproxima-se da ação de resistir, da ação de se fortalecer e ser fortalecido, para que o objetivo maior seja alcançado, ou seja, o êxito” (Oliveira, 2021, p. 49). Conforme preceituam Carmo, Manhães e Cola (2018), trata-se de uma busca institucional, por diferentes olhares e a partir de novos ângulos, almejando uma intervenção para que o estudante busque ficar na instituição.

Figueiredo e Salles (2017) salientam a necessidade de caminhar em direção a uma concepção de educação individualizada, onde o acompanhamento da trajetória de cada estudante deve ser considerado. Para as autoras, “o que não é mais admissível é cruzarmos os braços sempre que um aluno ‘some’ da instituição, como se não fosse papel nosso garantir que ele também exerça seu direito de permanecer” (Figueiredo; Salles, 2017, p.31). Desse modo, há que se pensar num empreendimento de ações de dentro para fora, ou seja, do coração da instituição educacional para a comunidade, em que o estudante alcançará sua formação em todas as dimensões.

Nesse sentido, “apostar em pesquisas sobre a permanência tem significado explorar um campo frutífero de discussões, ações e decisões no sentido de se garantir o direito a uma educação de qualidade para todos” (Carmo; Manhães; Cola, 2018, p. 54). O que os autores consideram como uma virada epistemológica, ou seja, há uma diferença epistemológica significativa entre a abordagem que estuda a permanência escolar e a que se debruça sobre a evasão, pura e simplesmente, como objeto de pesquisa. Os autores, fundamentados nas pesquisas do sociólogo norte-americano Vincent Tinto⁴, sugerem delinear a compreensão e as estratégias de permanência e êxito com base em três pistas principais, levando a outros pontos, sendo elas:

1. **A centralidade da sala de aula** - espaço em que docentes e discentes estão em contato mais próximo, permitindo vivenciar o processo de aprendizagem pelos alunos, estimulando sentido ao que está sendo estudado, contextualizando e adequando os conteúdos com a realidade dos alunos, “são fundamentais para que o discente encontre os estímulos necessários ao seu êxito nos estudos e à sua permanência na instituição” (Carmo; Manhães; Cola, 2018, p. 61).
2. **O primeiro ano crítico** - suporte necessário ao aluno no primeiro ano de curso, momento em que a instituição necessita proceder com uma escuta sensível junto ao estudante, para perceber quais as expectativas sobre o novo ambiente, sobre a experiência escolar em sua totalidade naquela instituição;
3. **O envolvimento do estudante** - nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo que este seja envolvido e sinta-se pertencente à escola e participativo nos processos educativos, colaborando para sua formação integral, bem como no desenvolvimento de uma consciência crítica como cidadão.

⁴ Vincent Tinto é um pesquisador dedicado aos estudos sobre evasão e permanência de 1973 a 2017. É Ph.D. em Educação e Sociologia pela Universidade de Chicago e professor aposentado da Universidade de Syracuse, EUA.

Podemos compreender que, dentre as pistas indicadas pelos estudiosos, o tripé: acesso, permanência e êxito, proposto por Oliveira (2021) poderia ser assimilado na consecução de um planejamento para promoção de permanência e êxito. Vejamos: ao lançar um olhar mais delicado ao primeiro ano do estudante no curso, considerando-o como crítico para sua permanência na instituição, objetivando promover um acolhimento e uma escuta sensível, trabalha-se a questão do acesso para além da matrícula do aluno; reconhecendo a sala de aula como a centralidade da prática educativa, todas as ações da escola devem ser pensadas e executadas para o momento de interação docente e discente nesta sala de aula. Espaço em que a aprendizagem se dará por uma relação mútua e consciente entre os pares, não apenas estando presentes fisicamente na sala; e finalmente, o envolvimento e a participação do estudante em todos os espaços e atividades da escola sendo essencial para se alcançar sua formação integral, contribuindo para uma postura emancipatória e transformadora na sociedade, ou seja, o envolvimento e o protagonismo do aluno, estimulado de forma democrática pela escola, pretende trabalhar a autonomia desse estudante, levando-o a se reconhecer como um dos responsáveis por seu processo de ensino-aprendizagem, contribuindo, assim, para o seu êxito e sua formação integral.

2.2.4 O que diz a legislação atual?

Para uma reflexão mais apurada, é importante destacarmos que, além da LDB/1996, também insere-se no arcabouço legal brasileiro o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n.º 13.005/2014, onde são definidas diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira para um período de dez anos (2014-2024), como uma das políticas públicas de relevância para educação. São diretrizes do PNE, artigo 2º:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (MEC, 2014).

Segundo Oliveira (2021), trata-se, portanto, de um conjunto de ações planejadas e propostas pelo governo como política de desenvolvimento da educação e que visam contribuir para sua qualidade, sendo perceptível também sua utilização para a promoção do acesso, permanência e êxito estudantil.

No ano de 2015 foi publicada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (Setec) a Nota Informativa n.º 138, de 9 de julho de 2015, com orientações para as instituições da RFEPCT para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Os planos devem contemplar “o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo na Rede” (MEC, 2015, p. 1). O documento também versa sobre o respeito às especificidades de cada região e território no desenvolvimento e implementação desses planos estratégicos.

Conforme consta na Nota Informativa 138/2015, “a educação profissional e tecnológica, por sua vez, está prevista como modalidade educacional que se integra aos diferentes níveis e etapas de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (MEC, 2015, p. 1). Nesse sentido, a RFEPCT reconhece e afirma sua função para além de promover sua expansão e ampliar o número de vagas, bem como o dever de propor ações afirmativas, fazendo-se “necessária a adoção de medidas que promovam a permanência e o êxito dos estudantes e a inserção socioprofissional dos egressos” (MEC, 2015, p. 2). Nesse documento também é delineado o perfil do estudante da RFEPCT, que revela um “percentual significativo de uma população socioeconomicamente vulnerável, constituída marcadamente por

estudantes de baixa renda, trabalhadores, residentes em locais distantes ou com necessidades específicas” (MEC, 2015, p. 2).

Dada a realidade, fica patente a necessidade da RFEPCT de buscar a ampliação dos seus programas de assistência estudantil, com vistas ao fortalecimento de outras ações que garantam condições favoráveis e concretas de permanência dos estudantes, incentivando-os à participação ativa nos processos de ensino, pesquisa e extensão, para alcançarem uma formação acadêmica e profissional exitosa.

Segundo o documento orientador da RFEPCT, “a evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa” (MEC, 2015, p. 2). Já a retenção se daria pela não conclusão do estudante no período previsto do curso, contribuindo então para o aumento da evasão.

Assim, no intuito de incentivar os IFs para a definição de políticas institucionais e implementação de planos estratégicos, com medidas administrativas e pedagógicas que visem a permanência e o êxito estudantil em todos os aspectos da EPT, a Setec afirma que cada instituição que compõe a rede deverá desenvolver um Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, com metas e ações alinhadas ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Sendo apresentada uma proposta metodológica, considerando cinco fases, onde a Comissão de Permanência e Êxito Interna se apresenta como parte substancial dos trabalhos. Também foi instituída a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes na Rede Federal, possuindo caráter consultivo, propositivo e de assessoramento na elaboração e execução dos planos estratégicos.

Percebe-se que a Nota Informativa 138/2015 se apresenta como “um importante marco institucional para o fortalecimento do conceito de permanência e êxito na educação brasileira” (Oliveira, 2021, p. 50). Destarte, compreende-se a promoção da permanência e êxito na EPT, a partir de suas finalidades, definidas também no artigo 59 da Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021, que

define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica:

- III - promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional;
- IV - subsidiar políticas e ações de acesso, permanência e êxito com vista à efetiva inserção socioprofissional; e
- V - zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições e redes de ensino mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento às demandas socioeconômico ambientais, promoção dos valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade (Brasil 2021).

Assim, considerando a responsabilidade e o comprometimento da EPT com a promoção de acesso, permanência e êxito de forma democrática e inclusiva, os programas de mestrados profissionais surgem na década de 1990, no contexto de reestruturação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, como estratégia para atender a essa crescente necessidade de formação.

2.3 Os mestrados profissionais e a pesquisa aplicada como nova perspectiva da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil

Os MPs surgiram nos anos de 1990, num cenário de crescente demanda por formação profissional e tecnológica no país, tendo em vista as transformações sociais e econômicas do período. Conforme apontado por Fialho e Hetkowski (2017), surgem como modalidade de oferta da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil para estudantes já graduados, a ser ofertado por instituições de ensino superior, credenciadas ao MEC e recomendada pela CAPES. São objetivos dos mestrados profissionais:

- I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
- III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e

IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (MEC, 2009, p. 1).

Dessa forma, possui características próprias, numa perspectiva diferente dos Mestrados Acadêmicos (MAs), uma vez que neste os resultados da pesquisa, de cunho teórico, se limita a um pequeno grupo ou ideais da Academia; já no MP tem-se a intencionalidade de intervenção direta da pesquisa na sociedade, ou seja, trata-se de uma construção de conhecimento para aplicação prática e imediata para o ambiente onde ela acontece.

Nessa perspectiva, Barros, Valentim e Melo (2005), citando o documento intitulado “Capes: Metas da Atual Gestão” (Neves, 1995, p. 15), apontam as claras referências à necessidade de revisão do modelo de pós-graduação brasileira, onde os MAs buscavam a formação de “quadros acadêmicos”. Consoante a tal perspectiva, Ribeiro (2005) afirma que no MA tem-se a pesquisa enquanto formadora de um pesquisador a longo prazo, para a academia; já no MP o objetivo é formar um pesquisador por um alto nível de qualificação, de modo que este possa se reconhecer e identificar seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, para além da academia, agregando valor às suas atividades pessoais ou sociais, onde o produto final é um ponto diferencial entre eles. Para Castro (2005), no Mestrado Profissional deve-se buscar o equilíbrio entre o acadêmico e o profissional, para incentivar a valorização de um perfil com propósitos de atendimento às novas exigências socioeconômicas.

Contudo, a implantação dos MPs sofreu certa resistência por aqueles que os consideravam mais um meio de atendimento e fortalecimento dos interesses produtivos do setor empresarial (Ribeiro, 2005; Fialho; Hetkowski, 2017; Silva e Sá, 2016; Silva *et al.*, 2022). Também houve resistência por parte da comunidade acadêmica, em que se delineava uma disputa entre mestrados acadêmicos e mestrados profissionais, conforme salientado por Fialho e Hetkowski:

Compreendia-se que, a despeito do estímulo e das orientações contidas nos documentos e normativas da CAPES, não se percebiam avanços no sistema, o que foi atribuído a resistências de áreas do conhecimento (Ex. Direito, Medicina, Educação...) e a dificuldades, da própria CAPES, em definir questões relativas às diferenciações entre mestrados acadêmicos e

mestrados profissionais (avaliação, modalidades dos trabalhos de conclusão de curso, entre outros) (Fialho; Hetkowski, 2017, p. 24).

Para Silva *et al.* (2022), os MPs constituem um tipo distinto de formação *stricto sensu*, haja vista que sua implantação se deu num momento de grandes transformações na ordem econômica, política e social. Desse modo, considerando esse cenário, fez-se necessária uma qualificação *stricto sensu* condizente com as necessidades da sociedade articuladas ao mundo do trabalho, em que a formação continuada dos profissionais formados nas diversas áreas pudessem atuar significativamente em seu meio.

A partir da década de 1990, tal realidade então não atendida com os MAs, desencadeou uma urgência de modernização dos meios e do modo de produção, resgatada do processo democrático e mudança de postura dos sujeitos nesse contexto social (Takahashi *et al.*, 2010). Esse processo ganhou mais impulso a partir dos anos 2000, “quando as políticas públicas brasileiras assumem uma responsabilidade diferenciada diante da educação, principalmente quando se trata da educação técnica e profissional em nível de graduação” (Takahashi *et al.*, 2010, p. 554).

Os MPs visam suprir lacunas na formação superior em pós-graduação *stricto sensu*, qualificando profissionais para atuarem diretamente no mundo do trabalho, no qual sua práxis deve se desenvolver por um aspecto inovador e transformador (Silva *et al.*, 2022). Desse modo, podemos observar que a grande diferença entre MP e MA está na proposta curricular, na gênese de sua estrutura pedagógica e formativa, em que o MP concebe o papel histórico e social do ser humano como parte indissociável de sua qualificação, num exercício dialético entre história e realidade, impulsionando pretensões revolucionárias e imediatas no meio social. Nesse sentido, aproximando os MPs ao método de pesquisa marxista do materialismo histórico e dialético, Silva *et al.* (2022) defendem três determinantes metodológicos para os MPs:

Diferentemente dos mestrados (como também dos doutorados) acadêmicos, os mestrados profissionais buscam estabelecer uma relação com o objeto de estudo para além de sua compreensão. O que se espera, nestes cursos, é produzir um efeito na realidade, uma intervenção que possa gerar

resultados transformadores, sem perder de vista a compreensão teórica que se tem do próprio objeto, e se traduzindo, sobretudo, num compromisso do pesquisador para com a realidade social da qual é parte. O segundo determinante é de caráter metodológico, propriamente dito, e está ligado à escolha do método de abordagem que se converterá numa lente por meio da qual se obtém um olhar crítico do objeto de estudo. Por fim, um terceiro determinante metodológico é de caráter epistêmico. Trata-se de uma noção de produção de conhecimento orientada pela distinção entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, nos termos de Stokes (2005). Segundo esse autor, “enquanto a pesquisa básica procura ampliar o campo do entendimento fundamental, a pesquisa aplicada volta-se para alguma necessidade ou aplicação por parte de um indivíduo, de um grupo ou da sociedade” (Stokes, 2005, p. 24). Tem-se aí, portanto, a possibilidade de desenvolvimento de uma tecnologia e sua aplicação e validação no decorrer do curso (Silva *et al.*, 2022, p. 123-124).

Na mesma perspectiva, Leite (2017, p. 2) considera que o método materialismo histórico e dialético pode “fomentar reflexões acerca da realidade e, em especial, colaborar com o modo de conduzir pesquisas no campo da educação realizadas em âmbito *stricto sensu* e, de modo específico, nos mestrados profissionais na área de ensino”. Ainda nessa compreensão, se tratando de uma pesquisa aplicada, nos MPs é preciso percorrer três passos para alcançar o conhecimento real do objeto estudado, de forma processual: abstração de um arranjo desordenado; análise das partes ao todo caótico; e superação de uma visão analítica, identificando as articulações internas, as mediações e as contradições que formam o todo concreto (Leite, 2017).

Dessa forma, no exercício de compreensão da realidade, pretendendo uma postura emancipatória, é preciso conhecer o objeto em sua gênese, na sua totalidade, necessitando que o pesquisador tenha conhecimento das partes que compõem essa totalidade, num sentido de retirar da totalidade as partes, proceder com a análise sucinta dessas partes, buscando conhecer as interligações entre elas, delas com a totalidade e da totalidade com as partes, ou seja, é um movimento de completude de dentro para fora, de fora para dentro e novamente do inteiro para as partes, reproduzindo, assim, a realidade (Martins, 2008; Leite, 2017). Assim sendo, “para se conhecer o real é preciso dar conta de todos os nexos que atravessam o fenômeno estudado, cercar o objeto de tal forma que se consiga compreendê-lo em sua concretude” (Leite, 2017, p. 5), da sua gênese às reais ligações.

É percebido que, em um MP na área de Ensino o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação de um Produto Educacional (PE) também é requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre, devendo esses PEs estabelecer um diálogo com a sociedade, com a realidade dos sujeitos, alcançando elementos para sua compreensão e construção de possibilidades para uma transformação. Desse modo, faz-se necessário compreender que no MP o produto educacional é um ponto de destaque, sendo requisito obrigatório para a conclusão do programa, já no Mestrado Acadêmico, mesmo que se possa desenvolver tais produtos, este não é tido como um requisito obrigatório para a conclusão.

Posto isso, a crescente demanda de MPs e sua característica de pesquisa aplicada ao meio social é apontada pelos autores e pesquisadores do tema na bibliografia disponível, bem como é apresentada no relatório do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011 - 2020, pela CAPES. Neste relatório, “observa-se que houve um crescimento no número total de cursos de 48% e se reflete em todas as modalidades e níveis, sendo mais expressivo para o mestrado profissional” (CAPES, 2021, p. 46), sendo que em 2019 o número de cursos de MP em andamento era de 826 e no período da verificação, de 2011 até 2019, houve um crescimento de 144% (CAPES, 2021). Conforme o relatório, os MPs contribuem para o aumento contínuo no número de cursos de pós-graduação stricto sensu, ressaltando que tal avanço “reflete o crescente interesse por esta modalidade, no sentido de atender demandas da sociedade para a formação de profissionais” (CAPES, 2021, p. 17). Sendo a finalidade dos MPs a formação de cidadãos na perspectiva de pesquisa aplicada, com vistas a uma postura crítico-reflexiva, consciente e revolucionária do pesquisador e de sua pesquisa na e para a sociedade.

2.3.1 Características do ProfEPT e seus produtos educacionais como instrumento de intervenção social

No cenário de crescente demanda e oferta de MPs, a RFEPCT, por meio da Resolução do Conselho Superior n.º 161/2016, de 16 de setembro de 2016, confirma sua necessidade de qualificar os profissionais da rede, bem como profissionais de

outras áreas por através de um mestrado profissional, dando início ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), compondo a Área de Ensino da CAPES.

A Área de Ensino se caracteriza pela “pesquisa translacional”, transitando entre ciência básica e aplicação do conhecimento gerado. Nesse sentido, tem o propósito de “construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados na pesquisa em educação e ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais” (CAPES, 2019, p.3).

Assim sendo, o ProfEPT é coordenado nacionalmente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), com Instituições Associadas (IAs) que compõem a RFEPCT, em todo o território nacional. Conforme o Regulamento Geral do ProfEPT, atualizado em 2023:

Art. 1º. O ProfEPT é um programa de pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica com um curso de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em Rede Nacional, pertencente à Área de Ensino e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, do Ministério da Educação.

Parágrafo único. O ProfEPT conduz ao título de Mestre/a em Educação Profissional e Tecnológica (IFES, 2023).

O objetivo do ProfEPT é “proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica, visando tanto à produção de conhecimentos como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (IFES, 2023). Concebendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa seu princípio pedagógico, compreendendo “por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (IFES, 2023, p. 2).

Dentre os objetivos específicos do programa, destaca-se o atendimento à demanda por formação continuada, por um viés interdisciplinar e ao nível de mestrado, com a finalidade de “desenvolver atividades de ensino, gestão e pesquisa

relacionadas à EPT, na perspectiva de elaboração de produtos educacionais e materiais técnico-científicos com vistas à melhoria do ensino e à inovação tecnológica” (IFES, 2023).

O ProfEPT está estruturado em duas linhas de pesquisa, a saber:

I. Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) - Trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do/a estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Considera, também, as questões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Indígena, à Educação e Relações Étnico-raciais, à Educação Quilombola, à Educação do Campo, às Questões de Gênero e à Educação para Pessoas com Deficiências (PCD) e sua relação com as diversas práticas do mundo do trabalho.

II. Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) - Trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do/a estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Considera, também, a construção temporal, por meio dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica, que, ao longo do tempo, vêm configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços pedagógicos (IFES, 2023, p. 3).

Em conformidade com o Regulamento Geral (2023), os projetos de pesquisa devem considerar seis macroprojetos nas duas linhas de pesquisa:

Quadro 1 - Linhas de pesquisa e macroprojetos

Linha 1 Práticas Educativas em EPT	Linha 2 Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT
Macroprojeto 1: Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT.	Macroprojeto 4: História e memórias no contexto da EPT.
Macroprojeto 2: Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.	Macroprojeto 5: Organização do currículo integrado na EPT.
Macroprojeto 3: Práticas Educativas no Currículo Integrado.	Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos da EPT.

Fonte: IFES, 2023.

O programa possui características específicas na destinação de suas vagas, distribuídas em 50% para servidores pertencentes ao quadro da RFEPCT e 50% para a comunidade geral, onde cada IA possui sua organização e coordenação a respeito do sistema de reserva de vagas e cotas previstas na legislação.

Consoante os dados da comissão organizadora pelo ingresso, disponíveis no site do ProfEPT, em 2017 o primeiro processo seletivo foi ofertado por meio do edital do Exame Nacional de Acesso, correspondendo a uma avaliação objetiva de múltipla escolha com temas correlatos à RFEPCT. Conforme pesquisado por Urbanetz, Lopes e Bettoni (2020), e fazendo uma análise mais recente, podemos observar na tabela abaixo uma considerável evolução da oferta do ProfEPT, desde sua criação.

Tabela 1 - Dados de oferta do ProfEPT: 2017 - 2023

Ano da Seleção	Total de IAs	Nº vagas	Nº Inscrições
2017.1	18	401	18.864
2017.2 ⁵	Turma especial	20	35
2018	36	820	30.080
2019	40	906	34.662
2020/2021 ⁶	40	913	25.312
2022	40	942	17.516
2023	40	1.006	20.056

Fonte: Site do ProfEPT, 2023⁷.

Em 2020, o processo seletivo foi suspenso em função da pandemia do novo Coronavírus, decretada em março deste mesmo ano pela Organização Mundial de

⁵ Segundo o Edital ProfEPT n.º 02/2017, a turma especial MEC ofereceu vinte vagas, destinadas aos servidores do quadro de carreira do Ministério da Educação, sendo doze dessas vagas destinadas a servidores vinculados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec.

⁶ Em 2020 o processo inicial com 913 vagas em 40 IAs e 30.535 inscrições homologadas foi suspenso pela coordenação do programa em função da Pandemia do novo Coronavírus decretada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde. Contudo, nos anos de 2021 e 2022 o processo foi retomado considerando um novo modelo de avaliação, por meio do Histórico Profissional e Acadêmico do candidato.

⁷ Dados levantados na página do ProfEPT. Disponível em: <https://profeppt.ifes.edu.br/selecao>. Acesso em: 26, jul. 2022.

Saúde, retomado somente no início de 2021. Tendo em vista a necessidade de isolamento social e demais restrições impostas pelos protocolos sanitários, o processo considerou um novo modelo de avaliação, feita por meio do Histórico Profissional e Acadêmico do candidato. No processo de 2022, ainda em estado pandêmico, a oferta seguiu o mesmo formato de avaliação do edital anterior. Neste período, é possível observar que a Pandemia de Coronavírus teve influência negativa no número de interessados nos processos seletivos de 2020/2021 e 2022 do ProfEPT, contrariando o crescente número de candidatos de 2017 à fase inicial do processo de 2020. Porém, é importante salientar que, mesmo com os reflexos da Pandemia de Coronavírus, a demanda e o interesse pelo ProfEPT, dado o período, se mostraram significativos.

Segundo a regulamentação, o desenvolvimento de um produto educacional com aplicabilidade imediata na sociedade, respeitando as categorias definidas pela Área de Ensino da CAPES, é parte dos critérios obrigatórios para obtenção do título de mestre pelo ProfEPT. Tendo em vista que:

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, entre outros. A dissertação deve incluir necessariamente o relato fundamentado da aplicação do produto educacional desenvolvido (CAPES, 2022, p. 5).

Conforme o repositório de PEs Observatório ProfEPT⁸, no período de 2018 a 2022 o programa contava com 1368 produtos registrados e publicados na plataforma. A seguir, apresentamos a conceituação de produto educacional numa perspectiva articulação a uma experiência de aprendizagem ou postura de mudança na realidade.

2.3.2 Produto educacional: superando sua materialidade

⁸ O Observatório tem como principal objetivo o mapeamento das áreas de pesquisa, perfis de professores e elaboração de indicadores de pesquisa. O Observatório faz parte do Grupo de Pesquisa em Mineração de Dados e Imagens (MiDI) do IFTM Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

Sabe-se que, no mestrado profissional na área de ensino, a elaboração, aplicação, avaliação e validação de um produto educacional, conforme tipologia definida no documento orientador de área da CAPES (2022), é requisito obrigatório para conclusão do curso. Entretanto, esse produto educacional deve ser planejado e executado considerando uma gênese pedagógica com características intervencionistas para o meio social da pesquisa, pois, tratando-se de uma pesquisa aplicada, suas intenções deverão estar alinhadas a uma proposta de mudança efetiva transformadora na realidade.

Um produto educacional deve considerar as respostas advindas da pesquisa científica, traduzidas em condições reais para utilização nos diferentes meios da sociedade. Assim, um programa de mestrado profissional “deve considerar, sobretudo, seus resultados específicos, ou seja, o valor agregado ao aluno pelo curso” (Ribeiro, 2005, p. 15).

Para a CAPES, para a área de ensino, um produto educacional pode ser categorizado como:

i) Material didático/instrucional (propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros); ii) Curso/Oficina de Formação Profissional (cursos, oficinas, entre outros), com proposta detalhada, que tenha relação com a APCN); iii) Tecnologia social (produtos, dispositivos ou equipamentos; processos, procedimentos, técnicas ou metodologias; serviços; inovações sociais organizacionais; inovações sociais de gestão, entre outros); iv) Software/Aplicativo (aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computadores, entre outros); v) Eventos Organizados (exposições científicas, olimpíadas, expedições, feiras e mostras científicas e atividades de divulgação científica); vi) Acervo (curadoria de mostras e exposições realizadas, acervos produzidos, curadoria de coleções, entre outros); vii) Produto de comunicação (produto de mídia, criação de programa de rádio ou TV, campanha publicitária, entre outros); viii) Manual/Protocolo (guia de instruções, protocolo tecnológico experimental/ aplicação ou adequação tecnológica; manual de operação, manual de gestão, manual de normas e/ou procedimentos, entre outros); ix) Carta, mapa ou similar (CAPES, 2022, p. 10).

Conforme Silva *et al.* (2022, p. 135), no mestrado profissional há uma relação dialética de compreensão da realidade e uma intencionalidade de mudança dessa realidade por meio dos PEs, mas “é um erro pensar que os Mestrados Acadêmicos se restringem a refletir sobre a realidade, sem propor ações ou mesmo produtos que sirvam de interferência na realidade”.

No entendimento de Kaplún (2003), um material educativo deve ser um objeto facilitador da experiência de aprendizado ou uma experiência orientada para o aprendizado. No entanto, por mais simples que essa definição pareça, ela se converte em várias consequências e a que mais nos importa, segundo o autor, é a que diz que um produto educacional não é um mero objeto de informação, e sim, “em determinado contexto, algo que facilita e apoia [...] uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes” (Kaplún, 2003, p. 46). Nessa perspectiva, para análise e construção de mensagens educativas é preciso considerar três eixos temáticos: conceitual, pedagógico e comunicacional:

O primeiro se refere aos conteúdos, sua seleção e organização. A construção do segundo implica uma análise dos destinatários da mensagem, propondo identificar suas ideias construtoras e os possíveis conflitos conceituais a provocar. Finalmente, o eixo comunicacional propõe, através de algum tipo de figura retórica ou poética, um modo concreto de relação com os destinatários. O eixo pedagógico é o articulador dos outros dois, embora a relação entre eles seja dinâmica e de mútua interdependência (Kaplún, 2003, p. 60).

Dialogando com esse entendimento, Area Moreira (2010) defende três dimensões específicas a serem consideradas nessa construção: Dimensão Semântica, Dimensão Pragmática e Dimensão Sintática.

A dimensão semântica de um meio refere-se ao seu conteúdo, informações e mensagens. Esta dimensão inclui “o que o meio diz”. A dimensão sintática refere-se a “como a mensagem é apresentada” no meio. Quer dizer, inclui a forma como a informação é estruturada, organizada e simbolizada. A dimensão pragmática refere-se ao uso do meio. É como e para que mesmo (Area Moreira, 2010, p. 6-7, tradução nossa).

Esses autores evidenciam que no processo de produção de um recurso educativo não podemos perder de vista a essência de sua da criação e a natureza do uso posterior, pelo público que se pretende alcançar por meio de um processo pedagógico e orgânico (Kaplún, 2003). Nesse sentido, é preciso que a significação

do objeto de conhecimento, o caráter inovador e o destinatário da mensagem devem estar bem definidos e articulados, ou seja, é necessário conhecer a funcionalidade e a práxis pretendida com o produto (Area Moreira, 2010).

Silva *et al.* (2022), aproximando a pesquisa dos MPs ao método do Materialismo Histórico e Dialético proposto por Karl Marx (1818-1883), defendem três determinantes metodológicos para o contexto: o caráter intervencionista; o método de abordagem crítico; e o caráter epistêmico da pesquisa aplicada. Entendimento similar ao de Leite (2017) que compreende contribuições do Materialismo Histórico e Dialético no desenvolver da pesquisa aplicada e consequentemente, na produção de recursos educacionais.

Silva e Souza (2018) argumentam que, “o produto educacional resulta de um processo de reflexão da vivência cotidiana em sala de aula, perpassa o recurso didático, o conceito de simplesmente facilitar a experiência do aprendiz, e deve promover a reflexão, estimulando a construção de um novo conhecimento. Deve contemplar também aspectos pertinentes à elaboração do material em si, sua validação durante testes e, posteriormente, sua utilização”.

Souza (2013), ao referir-se aos produtos educacionais de MP como “a unidade entre ensino e aprendizagem”, considera que este é o resultado de um processo crítico-reflexivo da realidade, contendo saberes experienciais e teóricos. Desse modo, “contém fluência, movimento, e nunca está pronto e acabado porque representa a dinâmica das aulas” (Souza, 2013, p. 1). Criando situações que promovem o conhecimento, contribuindo, assim, com a metodologia e a didática do professor, alinhadas aos objetivos em sala de aula (Souza, 2013).

Para Pasqualli, Vieira e Castaman (2018, p. 116), um PE deve ser fundamentado por um “foco específico em um projeto pedagógico, orientado por conhecimentos e habilidades voltados para a prática profissional e avanço tecnológico”. Devendo essa produção científica promover uma formação profissional para além da academia, permitindo a esses profissionais utilizar os resultados da pesquisa agregando valor à sua realidade, por meio da análise crítica-reflexiva de

sua práxis profissional, contribuindo com o desenvolvimento da produção tecnológica do país (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018).

Na mesma perspectiva, ao considerarem o caráter inovador dos produtos educacionais, Rizzatti *et al.* (2020, p. 11) ressaltam que, “a inovação (tecnológica, educacional e/ou social) no ensino está atrelada a uma mudança de mentalidade e/ou a um modo fazer de educadores, gestores, alunos e egressos”. Por isso, é necessário compreender que essa produção não se limita ao desenvolvimento de meros artefatos para a qualificação ou obtenção de um título ao final de um curso. É preciso, então, ampliar mais o debate sobre a inovação, a aplicação e os impactos dessa produção, com vistas ao compartilhamento do conhecimento acumulado sobre esses produtos (Rizzatti *et al.*, 2020).

E mesmo que a discussão sobre a compreensão e a caracterização de produtos educacionais para além de sua forma tenha avançado, “precisamos continuar os debates para irmos adiante, buscando aprimorar critérios que possam cada vez mais ajudar a elaborar recursos e processos pedagógicos que possam contribuir para melhorias em processos de ensino e de aprendizagem” (Freitas, 2021, p. 6).

De acordo com Freire; Guerrini; Dutra (2016), além da necessária e constante reestruturação dos produtos educacionais, tendo em vista os contextos e públicos nos quais são destinados, é preciso compreender que também se constituem como elementos produtores de conhecimento, tanto para quem os produz quanto para aqueles em que são destinados. Entretanto, na construção de um produto educacional, “o pesquisador e o público que dele se utiliza, precisam compreender que esses produtos não são receitas acabadas do como fazer (ensinar), mas ferramentas que indicam caminhos a serem percorridos” (Freire, Rocha e Guerrini, 2017, p. 380).

Assim sendo, um produto educacional, além das características aqui apresentadas e debatidas na literatura, deve considerar em sua gênese, sobretudo, um caráter inovador, bem como um arranjo orgânico e flexível, suscetível às

possíveis atualizações, mudanças e adaptações necessárias, a depender do contexto em tela e do público que se pretende alcançar.

Desse modo, ao delimitarmos esta pesquisa no estudo em torno da produção educacional decorrente do ProfEPT, com o propósito de compreender sua efetiva contribuição nos processos de promoção da permanência e êxito estudantil na RFEPCT, intencionou-se um possível instrumento de aproximação, monitoramento e verificação da efetividade do conhecimento produzido no referido programa de mestrado. Tendo em vista que, conforme salientado por Ribeiro (2005), quanto ao acompanhamento de egressos e resultados dos programas de mestrados profissionais, “seria muito bom dispormos de dados constantemente atualizados sobre o destino do egresso, e uma apreciação do valor a ele agregado, após um tempo razoável de sua conclusão do curso” (Ribeiro, 2005, p. 15).

3. METODOLOGIA

3.1 Quanto à natureza e abordagem da pesquisa

Com o intuito de fornecer uma compreensão detalhada dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo, revisita-se a questão direcionadora da pesquisa: como trabalhar com a produção educacional decorrente do ProfEPT nos processos que envolvem promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT?

Dessa forma, relacionando os produtos educacionais do ProfEPT com a eficiência dos processos educativos da RFEPT, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, tendo em vista que “caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade” (Marconi; Lakatos; 2021, p. 19). É exploratória, quanto aos objetivos de estudo propostos, na medida que busca “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2022, p. 41).

Sua abordagem considera tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos, com métodos e técnicas de análise mista na consecução da resposta final, visto que “na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa” (Köche, 2011, p. 126). Na abordagem mista combinamos os “métodos predeterminados das pesquisas quantitativas com métodos emergentes das qualitativas, assim como questões abertas e fechadas, com formas múltiplas de dados contemplando todas as possibilidades, incluindo análises estatísticas e análises textuais” (Dal-farra; Lopes, 2013, p. 70).

Nesse sentido, para Ferreira (2015), o pesquisador, ao definir sua metodologia, necessariamente não precisa colocar a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa em lados opostos, e sim escolher dentre esses métodos quais podem contribuir para o resultado da pesquisa. A combinação de diferentes

metodologias enriquece a investigação, sendo que o “concerto dessas abordagens, garante uma complementaridade necessária neste intenso e persistente trabalho de análise do objeto de estudo” (Ferreira, 2015, p. 119). Assim também afirma Mattar e Ramos (2021), ao referirem-se aos estudos de revistas internacionais já publicados que aproximaram abordagens quantitativas e mistas, no intuito de contribuir para uma compreensão que considere uma interpretação crítica sobre os dados quantitativos.

Creswell (2007) considera quatro decisões que compõem uma estratégia de investigação com abordagem mista: primeiro é necessário definir qual é a sequência do processo de coleta de dados quantitativos e qualitativos; em seguida, é preciso ter em mente a prioridade que será dada à coleta e à análise de dados quantitativos e qualitativos; posteriormente definir em que estágio do projeto serão integrados os dados e os resultados quantitativos e qualitativos; por último, é preciso considerar uma perspectiva teórica global.

No que se refere ao tempo, a pesquisa é categorizada como transversal, já que foi realizada em período definido, procurando atender a resultados rápidos. As pesquisas transversais são aquelas que “realizam a coleta em um momento específico para registrar e examinar acontecimentos, fatos e eventos da forma como se revelam naquele momento, sem apreender ou ter indícios sobre o seu processo de desenvolvimento” (Matar e Ramos, 2021, p. 120).

Assim, com essa perspectiva, a investigação considerou essa abordagem no decorrer de seu desenvolvimento, intencionando responder à problemática inicial, evidenciando o caráter contributivo dos produtos educacionais do ProfEPT como elemento significativo nas estratégias de promoção da permanência e êxito na Rede Federal de EPT.

3.2 Lócus, universo e amostra da pesquisa

Levando-se em conta que esta pesquisa compõe um programa de mestrado em rede nacional, ela foi realizada em compromisso com toda a Rede Federal de

EPT, tendo como foco o ProfEPT e seus produtos educacionais. Os sujeitos da pesquisa foram as Comissões de Permanência e Êxito Estudantil.

Considerando que RFEPCT é responsável por ofertar EPT fundamentada na formação omnilateral, articulando teoria e prática, por meio do ensino e da pesquisa, de modo a promover e fortalecer estratégias de permanência e êxito a seus estudantes, a Setec/MEC, comprometendo-se com esse princípio educativo, institucionalizou as Comissões de Permanência e Êxito Estudantil, por meio da Nota Informativa nº 138/2015. Na atribuição primeira dessas comissões está o dever de contribuir com o planejamento e o desenvolvimento de políticas institucionais que assegurem tal princípio.

O ProfEPT, sendo um programa de mestrado profissional da Rede Federal de EPT, promovendo e incentivando formação especializada para o mundo do trabalho, dispõe de um repositório de produtos educacionais engendrados com viés pedagógico e intervencionista, com alto potencial de contribuição para a eficiência dos processos educativos da EPT, e no caso específico, para contribuir com a promoção da permanência e êxito estudantil.

É importante salientar que, até dezembro de 2022, a RFEPCT totalizava 656 unidades (MEC, 2022), e baseando-se no documento de criação das CPEs, que afirma a necessidade de cada Instituto Federal instituir uma Comissão de Permanência e Êxito, em articulação com os campi, é provável existir pelo menos, a mesma quantidade de comissões em toda a Rede, com diferentes composições e quantidade de membros em cada uma.

Haja vista certa impossibilidade de verificação da quantidade exata de pessoas que compõem a totalidade dessas comissões, considerando também o contexto de reformulação e de mudanças constantes na formação de cada comissão, avaliou-se como adequada a coleta de dados de parte dessa população (por amostragem). Dessa forma, considerando o número máximo de comissões alcançadas nas tentativas de contato em cada IF, a população do estudo foi composta por 229 participantes. Dentro desse número também foi definido o

público-alvo que participou da aplicação do produto educacional, mediante manifestação no questionário aplicado.

A pesquisa foi revisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário ICESP - CEP 8118, em 22 de junho de 2023, sob o registro nº 69342823.1.0000.8118 (CAAE).

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, buscando atender aos objetivos, assim como se sustentar teoricamente, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental. Bibliográfica porque foi “feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos” (Fonseca, 2002, p. 32), pretendendo fornecer uma base teórica ao trabalho e identificar o estágio atual do conhecimento sobre a temática (Gil, 2022). Documental porque realizou consultas em documentos legais e institucionais, sobre a Rede Federal de EPT, sobre as políticas para permanência e êxito na educação, bem como sobre os mestrados profissionais e sua produção científica.

Conforme Markoni e Lakatos (2021, p. 66), na pesquisa documental a “fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Nesse sentido, as fontes documentais devem ser consideradas quando o material consultado se tratar de um dado interno à organização (Gil, 2022, p.44).

Ainda segundo Gil (2022), a pesquisa bibliográfica e a documental são semelhantes, porém, a natureza das fontes é um ponto que as distingue.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2022, p.45).

Conforme o autor, a pesquisa bibliográfica se concretiza por uma análise minuciosa dos conteúdos já produzidos, essencialmente compostos por obras literárias e textos científicos. Esse método de abordagem consiste na coleta, seleção

e avaliação crítica de informações já existentes e consolidadas, baseando e fundamentando o conhecimento sobre determinado tema ou área de estudo. A pesquisa documental segue a mesma lógica da bibliográfica, porém neste tipo de pesquisa as fontes são mais diversificadas e dispersas, tendo em vista sua disposição, que nem sempre estão em material impresso ou em uma biblioteca (Gil, 2022, p.46).

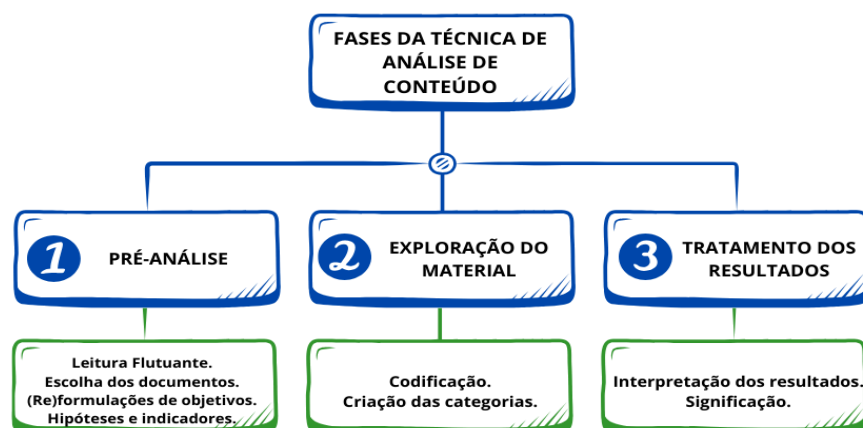
Como procedimento de análise, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), que consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Buscando a eficiência dessa técnica, a autora sinaliza para a preocupação com uma possível “compreensão espontânea” dos dados pesquisados, sendo necessária uma postura de “vigilância crítica” diante dessa situação (Bardin, 2016). Nesse sentido, atentando-se para o critério sinalizado, a análise de conteúdo pode ser empregada na pesquisa qualitativa para interpretar o sentido subjacente em um grupo de dados, sobretudo textuais. Essa técnica aplica-se na análise de diversas fontes como obras literárias, artigos científicos, entrevistas, questionários, dentre outras.

A técnica de análise de conteúdo é estruturada em três momentos, conforme a figura a seguir:

Figura 1 - Técnica de Análise de Conteúdo



Fonte: Bardin, 2016.

A fase de pré-análise é considerada como o estágio de organização e sistematização das ideias. Esta fase inicial possui três funções importantes: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (Bardin, 2016, p. 125).

Na fase de exploração do material acontece o processo de codificação e categorização dos elementos. Nessa fase “os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (Bardin, 2016, p. 125). Neste processo é possível definir as unidades de registro, permitindo estabelecer recortes na investigação. Essas unidades possuem natureza e dimensões variáveis, podendo ser definidas por um tema, palavra ou frase (Bardin, 2016, p. 134).

Por fim, na terceira fase encontra-se o momento de interpretação dos resultados, concedendo significação aos códigos e conteúdos levantados nas etapas anteriores. Nesta fase, é possível conferir conclusões à pesquisa, possibilitando uma compreensão mais profunda do fenômeno estudado.

3.3.1 Levantamento bibliográfico e documental

Para o levantamento bibliográfico e documental, a partir da literatura e de normativos oficiais, foram considerados os pontos formadores do objetivo de estudo, estruturando um referencial teórico que fundamentou a dimensão de permanência e êxito estudantil e o contexto de atuação da RFEPT na educação nacional enquanto promotora de uma EPT de qualidade, bem como a compreensão sobre produtos educacionais.

Foram analisados estudos e documentos legais que se aproximam da concepção de permanência e êxito por uma perspectiva orgânica, multifacetada e processual. Quanto à Rede Federal de EPT, ancorou-se na literatura e nos normativos que remontam o panorama histórico de atuação da Rede, bem como das bases fundamentais da EPT no Brasil. Também foram considerados os pressupostos

teóricos sobre a dimensão pedagógica de um produto educacional, partindo-se da ideia de superação da sua materialidade, evidenciando sua intencionalidade de mudança na realidade social.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, por permitir uma busca de forma integrada em diversas bases de dados, além de disponibilizar o acesso a produções científicas atualizadas. Também foram consideradas outras plataformas, como Google Acadêmico e Directory of Open Access Journals (DOAJ), utilizando-se de descritores baseados no tema e no problema desta pesquisa. Foram considerados trabalhos literários sugeridos pelo orientador e pelos professores da banca de qualificação do projeto.

No que se refere à pesquisa documental, o objetivo foi analisar documentos oficiais, normativos e regulamentos sobre os tópicos do referencial teórico. Também foi feita uma pesquisa no acervo de produtos educacionais, na plataforma Observatório ProfEPT, a fim de levantar dados e informações que, contextualizados com os resultados da pesquisa bibliográfica, documental e da aplicação do questionário, construíssem diretrizes para o delineamento de parâmetros para a avaliação desses recursos, na perspectiva de contribuição para permanência e êxito na EPT.

3.3.2 Pesquisa no acervo de produtos educacionais do ProfEPT

Para a pesquisa no acervo do ProfEPT, delimitou-se o período de 2018 a 2022, valendo-se da concepção da literatura contemporânea sobre permanência e êxito estudantil, bem como dos princípios basilares da EPT nacional, integrados às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, em consonância com o que dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (MEC, 2021).

Na etapa, foram analisados e avaliados 1368 produtos elaborados por pesquisadores que participaram do programa e que foram registrados e estão disponíveis para uso público, com o propósito de delinear parâmetros para a

avaliação da produção educacional do ProfEPT na perspectiva de contribuição para permanência e êxito na EPT.

Para tanto, adotou-se o método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), a partir da literatura e dos normativos educacionais atuais sobre a compreensão de permanência e êxito como um fenômeno orgânico e multifacetado. Assim, foi possível eleger, como representação desse processo, as dimensões: Político-institucional, Pedagógica, Socioeconômica e Comportamental, conforme a seguir.

- **Dimensão Político-institucional:** se refere às questões de ordem geral institucional, como gestão e administração, tendo em vista que:

[...] a permanência estudantil e, por conseguinte, o êxito escolar perpassa pela responsabilidade primeira do Estado em garantir a viabilidade na prática da educação a todos. Viabilidade esta que só correrá com a oferta de políticas de permanência, de políticas afirmativas, de política de assistência estudantil; a garantia de orçamento justo para educação; de gestão democrática; a escuta das necessidades sociais e educacionais dos educandos, ações de formação e capacitação para gestores, docentes e profissionais da educação sobre questões de ordem institucional e de expressões da questão social que podem interferir na aprendizagem dos estudantes, dentre outros (Miranda, 2022, p. 134-135).

Trata-se de razões que denunciam a negligência da Instituição escolar e também do próprio governo no incentivo às ações que promovam permanência e êxito, como, por exemplo, gestão democrática escolar, formação continuada dos educadores, desburocratização, políticas e ações públicas e incentivo financeiro (Figueiredo; Salles, 2017). Conforme Dore e Salles (2017), em seus estudos em torno da permanência e Êxito na Rede Federal, consideram duas perspectivas no processo: a individual, que corresponde às atitudes, comportamentos, desempenho escolar e a vivência do estudante; e a institucional, em que o foco são fatores relacionados à família, à escola e à comunidade em que o estudante está inserido, portanto, refere-se a um contexto político-institucional.

- **Dimensão Pedagógica:** se ocupa de fatores pedagógicos, os relacionados à sala de aula, como o currículo e o processo de ensino-aprendizagem. É essencial destacar que a sala de aula é o cenário predominante da interação

entre o aluno e a escola. O que Carmo, Manhães e Cola (2018) chamam de centralidade da sala de aula, pois se essa relação não for fortalecida de forma integrada, com toda a comunidade escolar e os diferentes atores institucionais, os resultados da aprendizagem e, conseqüentemente, a permanência e o êxito do estudante, poderão não ser satisfatórios. Aqui também abrimos espaço para a concepção de um currículo integrado, fundado no trabalho enquanto princípio educativo, objetivando a formação humana omnilateral, pois, “o trabalho, como categoria central de vida dos sujeitos jovens e adultos, ao reassumir a centralidade nos currículos, põe à tona saberes constitutivos de propostas cujo significado e sentidos contribuem para a permanência na escola” (Paiva; Sales, 2014, p. 11).

- **Dimensão Socioeconômica:** envolve os aspectos e as condições sociais, econômicas e financeiras do estudante e a relação da instituição com essa realidade. Conforme reconhecido na NI 138/2015 da Setec, o perfil dos alunos da RFEPCT é representado expressivamente por uma população economicamente vulnerável, composta principalmente por estudantes e trabalhadores com recursos limitados, de localidades distantes e/ou com necessidades educacionais específicas. Por esse motivo, é preciso promover medidas que incentivem a permanência e o sucesso desses estudantes, assim como a integração socioprofissional dos egressos (MEC, 2015). De acordo com Dore e Lüscher (2011, p. 12), as pesquisas apontam que “a condição socioeconômica do estudante é considerada a principal responsável pela evasão e/ou outras modalidades de fracasso escolar, em todos os níveis de ensino”, levando o estudante à necessidade imediata de deixar os estudos para trabalhar. Assim, a identificação e a análise dos fatores intraescolares devem ser pontos de relevância quando da implementação e avaliação das políticas públicas para permanência e êxito. Conforme apontado por Pacheco (2015, p. 15), “nesse projeto educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais”. Desse modo, percebemos essa

intenção no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, que deixa clara a finalidade dos IFs em:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

[...]

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (Brasil, 2008).

- **Dimensão Comportamental:** corresponde aos aspectos inerentes ao próprio ser humano, mas que também podem ser construídos e desenvolvidos em coletivo, como os sentimentos, a autonomia, a motivação - os fatores de ordem psicológica e afetiva. Para Santos e Tenório (2009, p. 4), “permanecer não pode ser entendido aqui, como o simples ato de persistir apesar e sob todas as adversidades, mas a possibilidade de continuar estando dentro; estando junto; estando ‘in’”. A autora, ao fazer a associação entre permanência e reconhecimento social, sugere uma prevalência das relações interpessoais e sociais em detrimento da experiência individual, denominando uma perspectiva de permanência simbólica e permanência material. Santos (2009, p. 71), afirma que a permanência simbólica transita nas possibilidades “que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele”; já a permanência material são vistas como as condições de subsistência, os recursos materiais e financeiros indispensáveis para a permanência do estudante. Conforme Silva (2018), o sentido de pertencimento escolar reflete em aspectos como motivação e interesse em estar na escola, é aquele que valoriza não apenas o conteúdo curricular, mas também os aspectos relacionados à emoção e à afetividade, envolvendo toda a comunidade e os diferentes atores educacionais.

Definidas, assim, as dimensões que sustentam a compreensão de permanência e êxito desta pesquisa, realizou-se a avaliação daqueles PEs que, de alguma forma, tenham potencial para contribuir com o contexto. Na avaliação, buscou-se identificar a aproximação da gênese de cada proposta com alguma das

dimensões apresentadas acima, sendo considerados os seguintes dados na planilha:

TÍTULO	AUTOR	CATEGORIA	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	INSTITUIÇÃO ASSOCIADA	ANO	ACESSO	DIMENSÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO
--------	-------	-----------	----------	--------------	-----------------------	-----	--------	---------------------------------

A investigação foi realizada ano a ano e ao final os dados foram consolidados numa única planilha, disponível no link:

[📄 Produtos Educacionais do ProfEPT para Permanência e Êxito \(2018 - 2022\)](#) .

3.3.3 Questionário

A utilização de questionário como ferramenta de coleta de dados teve como propósito conhecer o perfil e a relação das CPEs com os produtos educacionais produzidos no ProfEPT, bem como levantar elementos necessários para a construção, o desenvolvimento e a aplicação do produto educacional. O recrutamento dos participantes aconteceu por convite via e-mail, sendo os endereços eletrônicos dos membros das CPEs levantados através de pedido de acesso à informação, pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal⁹.

O questionário, detalhado no Apêndice B, foi planejado, organizado e aplicado por meio de formulário on-line do Google Forms e foi estruturado nos moldes do que é orientado por Gil (2022), considerando dois eixos: o primeiro foi destinado às informações gerais, na intenção de traçar o perfil do público-alvo. Esse eixo foi composto de seis perguntas fechadas de múltipla escolha e uma aberta. Já o segundo eixo pretendeu levantar a percepção das CPEs sobre permanência e êxito estudantil e averiguar sua comunicação com os produtos educacionais do ProfEPT. A seção foi constituída de três perguntas fechadas, baseadas na Escala de Likert (1932), com cinco pontos de resposta, também com uma pergunta aberta e 1 uma pergunta fechada binária, com opção de resposta de caráter dicotômico (sim, não).

⁹ Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/web/login?tipo=8&redirect=/manifestacao/criar?tipo=8>

No tocante a Escala de Likert, ela consiste numa espécie de tabela de classificação, onde as afirmativas são apresentadas e o participante é convidado a informar seu grau de concordância com a situação (Frankenthal, 2022). Segundo Silva Júnior e Costa (2014), apesar das diversas críticas, nas últimas décadas essa escala vem sendo utilizada e debatida consideravelmente pelos pesquisadores, quando se pensa em instrumentos de pesquisa que objetivam medir construtos como atitudes, percepções e interesses, intencionando medir a concordância de indivíduos a determinadas afirmações associadas a esses construtos. Nesse sentido, “essa escala de verificação possui boas propriedades psicométricas, é de fácil organização e tem uma vantagem operacional no tocante à estrutura do instrumento de pesquisa” (Silva; Costa, 2014, p. 14).

Os dados foram organizados e tratados com o auxílio do Software Jamovi, versão 2.4.8. Para a análise das respostas abertas do questionário, optou-se pela técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Já para a verificação dos pontos obtidos com a Escala de Likert, apoiou-se na perspectiva de análise de Ranking Médio (RM) (Oliveira, 2005), onde cada resposta recebeu uma pontuação de 1 a 5, permitindo identificar o grau de compreensão, de conhecimento e de importância, sendo que 1 corresponde à total discordância e 5 à total concordância.

Para calcular o Ranking Médio baseou-se na estratégia de Bonici e Junior (2011)¹⁰, com suporte tecnológico do Software Jamovi versão 2.4.8, conforme abaixo:

Cálculo do RM na perspectiva de Bonici e Junior (2011)

$$\text{Média Ponderada (MP)} = \sum (f_i \cdot V_i)$$

$$\text{Ranking Médio (RM)} = \text{MP} / (\text{NS})$$

f_i = frequência observada de cada resposta para cada item

V_i = valor de cada resposta

NS = nº de sujeitos

¹⁰ Método de cálculo proposto por Bonici e Junior (2011). Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/190.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

Logo:

Maior concordância = RM mais próximo de 5

Menor concordância = RM mais próximo de 1

Com o propósito de identificar e corrigir possíveis falhas nesse instrumento de coleta, no período de 07 a 17 de julho de 2023, realizou-se um teste de aplicação do questionário com a participação de 14 respondentes, professores e colegas de turma do ProfEPT, que são servidores da Rede Federal. A aplicação factual do questionário ao público-alvo se deu no período de 15 de agosto a 06 de setembro de 2023. Os meios utilizados para divulgação foram os endereços eletrônicos (e-mails), disponibilizados previamente por cada instituição.

Todos os princípios éticos e legais foram considerados em todas as etapas da pesquisa, prezando pela proteção dos participantes, bem como do próprio pesquisador. Os questionários foram estruturados para garantir que todas as informações fornecidas sejam absolutamente sigilosas e tratadas de forma anônima. Não houve a identificação dos participantes, seguindo as normas éticas em pesquisas envolvendo seres humanos, sendo os resultados tratados sempre de forma conjunta e nunca individual, que posteriormente, serão amplamente divulgados em congressos e/ou publicações científicas, respeitando o anonimato de cada participante.

3.4 Produto educacional: oficina pedagógica

Conforme a CAPES (2022), o produto educacional da pesquisa, disposto no Apêndice A, trata-se de uma oficina pedagógica, intitulada “Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?”. Seu processo de elaboração, aplicação e avaliação fundamentou-se no método de análise por triangulação dos dados e na técnica de análise de conteúdo proposta Bardin (2016), dando importância e considerando todas as dimensões do objeto estudado.

Segundo Zapelini e Feuerschutte (2015, p. 241), com a triangulação tem-se “um procedimento que combina diferentes métodos de coleta de dados, distintas populações (ou amostras), diferentes perspectivas teóricas em diferentes momentos no tempo”. Assim, ao combinar a análise dos dados com diferentes métodos e técnicas de análise, além de conferir mais credibilidade, pretende-se alcançar uma visão holística do objeto estudado, refletindo em resultados satisfatórios para a pesquisa.

A oficina foi estruturada respeitando os pressupostos conceituais e dimensionais sobre a concepção de um produto educacional, alicerçando-se nos eixos construtores de Kaplún (2003) e nas dimensões sistemáticas de Area Moreira (2010), autores que consideram que para análise e produção de recursos educativos, é preciso considerar aspectos que ultrapassam a sua forma, reconhecendo e valorizando uma significação pedagógica, capaz de facilitar uma experiência de aprendizagem.

O produto educacional, na forma de oficina pedagógica, articulando teoria e prática, representa uma oportunidade de incentivo e fortalecimento da formação continuada dos profissionais da EPT, atendendo ao disposto na legislação educacional, pois, considera-se que uma oficina é um “espaço-tempo no qual interagem práticas, teorias, crenças e valores” (Vieira; Volquind, 1997, p. 7), portanto, uma alternativa metodológica que facilita a investigação da realidade em questão. Estimulando o senso crítico-reflexivo, provocando uma experiência socializada. Desse modo, o trabalho envolvendo oficinas pedagógicas busca:

Favorecer o enriquecimento integral e harmônico da personalidade de todos os participantes através de uma ação criativa e prazerosa; incentivar o exercício do espírito crítico, decodificando a realidade; promover a mudança de atitudes, através da responsabilidade compartilhada, do trabalho de grupo interdisciplinar e globalizante (Vieira; Volquind; 1997, p. 22).

Para Afonso (2006), uma oficina é uma atividade organizada em grupos, independente do número de encontros, centralizada em um tema que o grupo se propôs a trabalhar, num contexto social. Seu objetivo não se limita a uma reflexão puramente racional, mas procura envolver os participantes em sua integralidade,

abarcando pensamento, sentimentos e ações. Segundo Souza e Araújo (2020), as oficinas pedagógicas devem incluir elementos como:

- Diálogo: já que, sendo conduzido por um mediador, deve ser um momento de interação e comunicação crítica-reflexiva da realidade.
- Colaboração: levando-se em conta que é um processo colaborativo, buscando atender aos interesses de todos os participantes.
- Diversidade: almejando valorizar e respeitar as diferenças, promovendo um espaço plural.
- Preocupação com a formação humana e integral: ao trabalhar com a dimensão ética dos participantes, trabalha-se com a omnilateralidade dos sujeitos.
- Flexibilidade: por ser um processo orgânico, da concepção à aplicação.
- Ação direcionada ao contexto social: a partir da problematização da realidade, do desenvolvimento de propostas de intervenção social.

Quanto à mídia de publicação, que servirá para análise e/ou reaplicação do produto, adotou-se o modelo de Roteiro de Oficina. Para tanto, foi utilizada a ferramenta on-line de design gráfico Canva, porém, outros meios foram explorados e considerados durante o percurso de desenvolvimento. O material está composto de partes textuais e visuais, reforçando a semântica e o conceito da mensagem educativa pretendida, intencionando o espírito crítico-reflexivo dos conteúdos. O documento completo contém trinta páginas, organizado em quatro partes: primeiro traz a apresentação do produto educacional, seus objetivos e a metodologia; na sequência, uma exposição teórica sobre permanência e êxito estudantil na EPT e sobre os conceitos e características do ProfEPT e de produtos educacionais; o terceiro momento traz o detalhamento da organização, a estrutura e os elementos necessários para a aplicação do PE; e por último, uma breve sistematização da avaliação e as considerações finais.

Desse modo, acredita-se que, a oficina, na forma de um laboratório de aprendizagem mediada, seja um instrumento capaz de aproximar a Rede Federal e a produção científica do ProfEPT, de modo a fomentar o conhecimento e o uso dos

produtos educacionais desse programa nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil.

Como instrumento de avaliação do produto educacional, foi adotado um questionário do Google Forms, contendo cinco perguntas fechadas no estilo de Likert e uma aberta para que os participantes pudessem deixar sugestões ou comentários sobre a experiência. A avaliação ocorreu no período de 9 a 13 de setembro de 2023 e, como método de análise, empregou-se as mesmas técnicas de análise do questionário aplicado às CPEs: Ranking Médio e Análise de Conteúdo.

3.5 Articulação entre métodos e objetivos

O quadro a seguir apresenta a articulação entre os métodos e os objetivos de cada etapa da pesquisa, contendo de forma sucinta os objetivos específicos, os instrumentos adotados e os procedimentos de análise de dados.

Quadro 2 - Articulação entre métodos e objetivos

Objetivos	Instrumentos	Procedimento de análise
Refletir sobre o papel da Rede Federal de EPT na educação nacional, contextualizando com a necessidade de promoção da permanência e êxito estudantil.	Pesquisa bibliográfica. Pesquisa documental.	Análise da literatura. Análise de documentos.
Identificar o conceito e as características dos produtos educacionais de programas de mestrados profissionais na área de Ensino.	Pesquisa bibliográfica. Pesquisa documental.	Análise da literatura. Análise de documentos.
Conhecer a relação das Comissões de Permanência e Êxito Estudantil da Rede Federal de EPT com os produtos educacionais do ProfEPT.	Questionário.	Análise por Ranking Médio. Análise de conteúdo.
Delinear parâmetros para a avaliação de produtos educacionais do ProfEPT na perspectiva de contribuição para permanência e êxito na EPT.	Pesquisa documental.	Análise de conteúdo. Triangulação de dados.
Fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, por meio da produção de uma oficina pedagógica como produto educacional.	Elaboração, aplicação, avaliação e validação da oficina pedagógica.	Triangulação de dados. Análise de conteúdo. Análise por Ranking Médio

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A pesquisa no Observatório

Tendo em vista determinada falta de padronização do programa quanto ao formato dos materiais disponíveis no repositório, a análise se deu prioritariamente em torno do objetivo geral ou da finalidade de cada proposta, sendo identificado na ficha técnica, na apresentação, na introdução, no resumo, no corpo do texto ou nas considerações finais. Novamente, aqui, recorreremos à complexidade do sentimento de rede, que denuncia certa fragilidade da Rede Federal de EPT, quando percebemos um programa em rede nacional, com a diversidade de estrutura, formas e condutas adotadas por cada instituição associada, de modo particular ou individualizado. Essa constatação dificultou o acesso efetivo que se esperava na etapa, porém, não inviabilizou o propósito estabelecido. Seguimos para os resultados:

Tabela 2 - Resultado da pesquisa no Observatório (2018 a 2022)

Situação	Quantidade
PEs publicados no Observatório	1368
PEs sem acesso ao conteúdo	175
PEs digitais não funcionam (app, site...)	43
PEs repetidos	7
PEs que não contribuem diretamente para o eixo pesquisado	170
PEs com potencial para permanência e êxito	973

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

No período de 2018 a 2022 foram produzidos, aplicados, avaliados, validados e registrados 1368 produtos educacionais no ProfEPT, desse total não foi possível acessar 218 produtos, por motivos alheios à plataforma ou à origem do produto. São falhas que comprometem a efetividade do Observatório, pois a devida publicidade e disponibilidade dessa produção fica comprometida, inviabilizando, em partes, o acesso irrestrito ao conhecimento produzido pelo programa. Essa situação pode

levantar questões relacionadas ao acompanhamento dos egressos e de sua produção após a defesa e o registro no Observatório, com vistas a garantir a funcionalidade dos recursos e permitir uma exploração efetiva desses produtos pela sociedade.

Desse modo, a amostra desta etapa foi definida em 1143 produtos educacionais, sendo que desses, 973 possuem potencial de contribuição para o contexto em questão, representando 85,1% do total da amostra. Esses dados revelam o objetivo motivador desta pesquisa, qual seja, “compreender os produtos educacionais do ProfEPT como elemento significativo nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT”, tendo em vista o comprometimento desses recursos com as finalidades pretendidas.

A seguir, apresenta-se a tabela com a distribuição das dimensões de permanência e êxito atribuídas aos produtos que contribuem com o cenário:

Tabela 3 - Distribuição dos PEs nas dimensões de permanência e êxito

Total de PEs por dimensão de permanência e êxito			
Pedagógica	Político-institucional	Socioeconômica	Comportamental
550	218	161	44

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A análise mostra que dos 973 produtos com o potencial apresentado, 550 correspondem à dimensão pedagógica, sendo 56.5% da amostra que objetiva contribuir significativamente para os processos relacionados à gestão pedagógica e aspectos ligados à sala de aula e ao processo de ensino-aprendizagem. O aspecto político-institucional é o foco de estudo de 218 pesquisadores, representando 22.4% de estudos que consideram os fatores institucionais e políticos determinantes para a permanência e êxito. O enfoque socioeconômico conta com 161 propostas, 16.5% do total, visando à análise e à reflexão dos fatores sociais, econômicos e financeiros dos estudantes e seu impacto no processo de aprendizagem significativa, bem como a responsabilidade da escola com essa dimensão, propondo melhorias para superar essa realidade. Quanto à dimensão comportamental, 44 produtos evidenciam que 4.5% se debruçaram nos estudos sobre os fatores de ordem psicológica e afetiva,

articulados aos sentimentos e comportamentos dos sujeitos no contexto educacional, familiar e social.

No que se refere à tipologia dos produtos, alinhada à perspectiva da CAPES (2022), das nove categorias definidas no documento, cinco são representadas na produção do ProfEPT para permanência e êxito.

Tabela 4 - Categorias dos produtos educacionais

Material didático/instrucional	Curso/Oficinal	Tecnologia social	Software/Aplicativo	Evento organizados
791	144	21	13	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Esses dados chamam atenção para a produção que envolve a categoria de materiais didáticos e/ou instrucionais, 791 recursos, que representam 81.2%, destacando-se os produtos no formato de propostas de ensino, como sequências didáticas, propostas de intervenção; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos; mídias educacionais, como vídeos, animações, videoaulas, áudios; objetos e ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, dentre outros (CAPES, 2022). A produção envolvendo cursos, oficinas e propostas de formação somam 144, correspondendo a 14.7% do total. Os produtos do tipo tecnologia social totalizam 21, sendo 2.1% da análise. Os softwares e aplicativos correspondem a 13 produtos, 1.3% da totalidade. E os eventos organizados chegam a 4 recursos educativos, 0.4% da soma dos produtos.

Essa realidade é um indicativo de que as demais categorias de PEs, definidas pela CAPES, devem ter sua produção estimulada no âmbito do programa, de modo que os pesquisadores explorem todas as possibilidades pedagógicas que se espera de cada metodologia, haja vista a perspectiva de inovação e a proposta de mudança de postura pretendida com a construção de mensagens educativas no âmbito da pesquisa aplicada (Kaplún, 2003; Area Moreira, 2010).

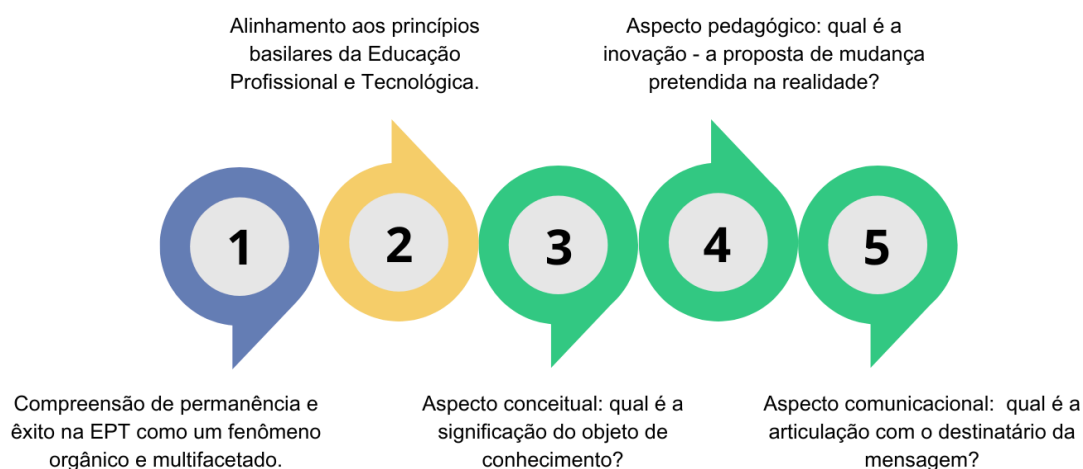
Por fim, é importante ressaltar que a pesquisa realizada no Observatório do ProfEPT e os resultados aqui apresentados não esgotam outras fontes e/ou

procedimentos de avaliação de produtos educacionais, pelo contrário, surge como uma tentativa de contribuição para aproximar essa produção com a sociedade e compartilhar o conhecimento construído nesse importante programa de mestrado. Tendo em vista, então, esse caráter orgânico, buscando proporcionar as condições necessárias para os demais sujeitos procederem com a avaliação da produção do ProfEPT, intencionando, também, atender ao quarto objetivo específico deste estudo, foram traçados alguns parâmetros para facilitar esse processo de qualificação, conforme apresentado no próximo tópico.

4.1.1 Parâmetros para a avaliação de produtos educacionais do ProfEPT na perspectiva de contribuição para permanência e êxito na EPT

Fundamentando-se na literatura e na legislação disponível sobre a temática deste estudo, bem como na experiência e nos resultados da pesquisa realizada no Observatório do ProfEPT, pretendendo sugerir caminhos que facilitem o processo de avaliação qualitativa da produção educacional do ProfEPT, foram delineados cinco parâmetros norteadores para essa prática. A proposta tem a intenção de englobar não apenas reflexões sobre a estética e a organização de um produto educativo, mas também considerar sua dimensão qualitativa, evidenciando sua proposta pedagógica, para além de sua forma.

Figura 2 - Parâmetros para avaliação de PEs para permanência e êxito na EPT



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O primeiro parâmetro, “Compreensão de permanência e êxito na EPT como um fenômeno orgânico e multifacetado”, justifica-se pelo fundamento da necessidade de consolidar uma “virada epistemológica”, conforme sugerido pelos pesquisadores contemporâneos, que defendem a compreensão de permanência e êxito para além do fenômeno da evasão, arquitetada por uma estrutura viva, contínua e coletiva. Essa perspectiva considera aspectos socioeconômicos, pessoais, familiares e psicoemocionais por todo o processo, ou seja, contempla todas as dimensões do ser humano. Para Carmo, Manhães e Cola (2018), o foco das pesquisas sobre permanência e êxito se distanciam “paradigmaticamente” do foco das pesquisas sobre evasão. Para os autores, a pesquisa sobre evasão se restringe à busca de causas e efeitos apenas de um ato - o sair. Por outro lado, a pesquisa em permanência e êxito se volta para um movimento institucional, fortalecendo o processo de ficar a partir dos diferentes ângulos. Os autores complementam:

ao olhar somente para as questões acerca da evasão, e não da permanência, corre o risco de se imbuir de verdades genéricas ou de uma espécie de chave hermenêutica para todo e qualquer problema educacional e de ser levado a não enfrentar o cerne da grande questão escolar: se o aluno que aprende é o aluno que fica, como oferecer-lhe uma educação de qualidade para que ele aprenda e permaneça? (Carmo; Manhães; Cola; 2018, p. 8).

Por esse motivo, nada mais adequado que a Rede Federal de EPT, com uma gênese educativa direcionada a uma formação humana integral, do e para o homem complexo, estimulando sujeitos críticos e conscientes, atuantes em sociedade, apropriar-se dessa “nova” compreensão de fazer e promover permanência e êxito.

Quanto ao segundo parâmetro proposto, “Alinhamento aos princípios basilares da Educação Profissional e Tecnológica”, considera-se o alicerce da perspectiva pedagógica e educativa da EPT e sua pretensão formativa omnilateral, consolidada no sentido ontológico do trabalho. Neste parâmetro, a valorização do trabalho como princípio educativo e da pesquisa enquanto princípio pedagógico, assim como os demais princípios norteadores constantes na lei de criação da Rede Federal e nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (MEC, 2021), são determinantes para a análise em questão.

De modo a fundamentar o segundo parâmetro, nos apoiamos em Saviani (2003, p.133) e sua perspectiva ontológica do trabalho, traduzida na ação do homem sobre a natureza no sentido de transformação, pois, “ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho”. Trabalhar, então, não é outra coisa a não ser a apropriação da natureza pelo homem em sua evolução (Saviani, 2003). Ao considerarmos uma formação integrada na EPT é preciso compreender que essa educação articula trabalho intelectual e trabalho manual, “implicando uma formação que, a partir do próprio trabalho social, desenvolva a compreensão das bases da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permite compreender o seu funcionamento” (Saviani, 2003, p. 142). Ramos (2009) afirma que a formação integral dos sujeitos deverá abranger os principais aspectos relacionados à vida humana em sociedade, como o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

Dessa forma, é preciso assegurar ao sujeito trabalhador o direito a uma formação em todas as suas dimensões, uma formação que os permitirá compreender e atuar no mundo enquanto cidadãos emancipados e integrados a sua sociedade política, assim como preceitua Ciavatta (2005):

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Ciavatta, 2005. p.84).

Conforme Frigotto (2001), a EPT deve ser capaz de fomentar a emancipação do ser humano, privilegiando não somente uma formação técnica para a execução de uma atividade em si, mas, sobretudo, uma formação que cultive cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, com competência crítica-reflexiva para compreender o contexto do mundo do trabalho e da realidade em que estão inseridos.

No que se refere aos parâmetros 3, 4 e 5, não por acaso foram destacados com a mesma cor na figura, pois remetem a uma mesma lógica de análise e, em conjunto, representam as perspectivas de Kaplún (2003) e Area Moreira (2010) sobre a análise e a construção de produtos educacionais, nas quais esta pesquisa se estruturou. Aqui concebemos os três eixos temáticos de Kaplún (2003): conceitual, pedagógico e comunicacional, em consonância com as três dimensões de Area Moreira (2010): semântica, pragmática e sintática, na busca por uma interligação entre os aspectos que possam contribuir para uma avaliação completa em torno da gênese pedagógica pretendida com a mensagem educativa.

Kaplún (2003, p. 2) afirma que “o processo de produção de um material educativo é uma tríplice aventura: a da criação, a do próprio material e a do uso posterior, que muitas vezes escapa às intenções iniciais e aos cálculos dos criadores”. Destarte, para não incorrer equívocos, em sua análise e avaliação, é imperioso proceder com as seguintes indagações: Qual é a significação do objeto de conhecimento? Qual é a inovação - a proposta de mudança pretendida na realidade? Qual é a articulação com o destinatário da mensagem? Ou seja, é necessário conhecer o que o material diz, como e para que será usado e como a mensagem será apresentada (Area Moreira, 2010). Assim, alcançadas as respostas suficientes às indagações sobre tais aspectos, acredita-se um importante passo percorrido no processo de avaliação satisfatória de um produto educacional.

Assim sendo, nos limites desta proposição, almejando fornecer uma contribuição para a facilitação da análise e avaliação de PEs que, de alguma forma, possam contribuir com a permanência e êxito, não esgotando sobre o tema, tampouco reduzindo outras iniciativas no contexto, acredita-se que os parâmetros delineados, articulados e contextualizados com o objetivo pretendido, surgem como um instrumento capaz de uma análise crítica e consciente sobre os produtos do ProfEPT, a fim de compreender sua contribuição para os processos educativos da Rede Federal de EPT.

4.2 As Comissões de Permanência e Êxito e sua relação com os produtos educacionais do ProfEPT

Para a etapa de aplicação do questionário às CPEs, foi necessário um processo prévio de levantamento de contatos dos possíveis participantes da pesquisa. No período de 28 de junho a 08 de agosto de 2023 foram abertos pedidos de acesso à informação a todas as instituições que compõem a Rede Federal de EPT, solicitando os endereços de e-mails dos membros dessas comissões em atividade. Também foi feita uma busca nos sites institucionais, a fim de levantar esses contatos.

Apesar de alguns obstáculos como, a recusa em disponibilizar a informação por alguns IFs, sendo necessário interposições de recurso junto às instâncias superiores, considera-se que a etapa foi um sucesso, alcançando o total de 1572 e-mails. A seguir, apresenta-se o resultado dessa fase.

Tabela 5 - Resultado do levantamento dos contatos das CPEs

Nº de IFs com CPEs que disponibilizaram os contatos	Nº de IFs que não possuem CPEs	Nº de IFs com CPEs que recusaram disponibilizar os contatos	Nº de IFs com CPEs em constituição
34	5	1	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Essa realidade evidencia a necessidade de melhor alinhamento e compromisso das instituições com a NI 138/2015 da Setec, que recomenda e orienta para o desenvolvimento dos Planos Estratégicos no enfrentamento da evasão e para a promoção da permanência e êxito na Rede Federal.

As dificuldades encontradas pelo pesquisador no decorrer desta etapa, podem sinalizar também para a urgência de políticas, ações e fluxos padronizados, fortalecendo o sentimento e a organização em rede, tendo em vista sua gênese, finalidades e objetivos, explícitos na Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de EPT.

Para a aplicação do questionário, foi considerado o perfil e as especificidades de todos os atores que compõem a complexidade dessas comissões de trabalho (docentes, discentes, técnicos e demais membros), bem como a quantidade de IFs e seu contexto de criação, reformulação e mudanças constantes na formação dessas comissões, compreendendo uma participação efetiva de 229 respondentes.

A aplicação teste do questionário não reportou a necessidade pontual de alteração do que fora planejado inicialmente. A aplicação factual do questionário ocorreu entre 15 de agosto a 06 de setembro de 2023.

4.2.1 Eixo 1: Perfil das Comissões

Os resultados obtidos a partir do questionário, que buscou levantar os tipos de membros integrantes das comissões, revelaram uma distribuição diversificada entre os participantes. Das opções oferecidas, a maioria dos respondentes se identificou como "Técnico", totalizando 115 respostas, o que representa 50.2% do total. A categoria "Docente" obteve 113 respostas, representando 49.3% do total. Esses dados destacam a presença ativa dessas duas categorias no ambiente educacional em questão. Por outro lado, a categoria "Discente" obteve apenas uma resposta, indicando uma representação modesta, compreendendo apenas 0.4% do total.

Quanto ao tipo de comissão, a distribuição das participações se divide em dois tipos distintos: Comissão Central (Reitoria) e Comissão Local (Campus). Essas comissões, consoante a NI 138/2015 da Setec, representam diferentes níveis de gestão e atuação na instituição.

A Comissão Local conta com uma participação de 199 membros, representando 86.9% do total. A esfera de atuação e influência desse tipo de comissão está centrada nas decisões e atividades vinculadas ao nível local, relacionadas a questões operacionais, administrativas ou acadêmicas específicas de cada campus.

Por outro lado, a Comissão Central (Reitoria) possui uma representação de 30 participantes, o que corresponde a 13.1% do total. Esse tipo de comissão, a nível de

Reitoria, está ligado às decisões mais estratégicas, políticas institucionais ou direcionamentos globais da organização como um todo.

Assim, a diferença numérica entre os dois tipos de comissão provavelmente justifica-se pela quantidade de cada tipo de equipes existentes, sendo que cada IF tem apenas uma reitoria, mas vários campi.

No que tange às funções nas comissões, ressalta-se que a categoria “Membro” é a predominante, ocupada por 179 indivíduos, o que representa 78.2% do total. Este é o grupo principal que compõe a comissão, desempenhando funções de apoio e suporte. A categoria “Presidente”, com 44 pessoas (19.2%), constitui a segunda parcela significativa. Essa função cumpre o papel de liderança dentro da comissão, coordenando, sistematizando e supervisionando as atividades.

Por fim, “Outros”, com seis indivíduos (2.6%), é especificada de forma genérica. Embora não detalhada, são funções ou papéis diversos que não se enquadram diretamente nas designações acima, mas não menos importantes.

Na análise da frequência de representatividade setorial, destaca-se a opção “Outros”, que corresponde a diversas áreas do ambiente educacional, na reitoria ou nos campi. Também destaca-se a participação de representantes de áreas diretamente relacionadas à gestão do ensino-aprendizagem e à gestão acadêmica, conforme tabela abaixo:

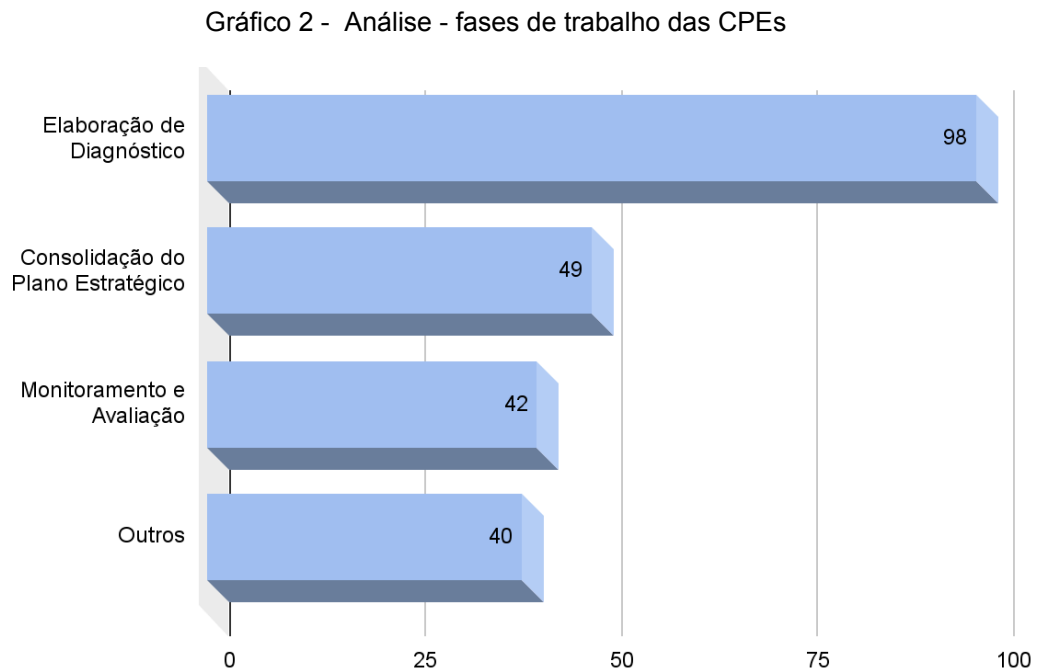
Tabela 6 - Representatividade setorial

Intervalos de Classe	Contagens	% do Total
Outros	46	20.1%
Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão	43	18.8%
Coordenação de Curso	41	17.9%
Coordenação Pedagógica	33	14.4%
Coordenação de Assistência Estudantil	17	7.4%
Coordenação de Registro Acadêmico	15	6.6%
Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas	12	5.2%
Coordenação Geral de Ensino	10	4.4%
Colegiado de Curso	10	4.4%

Representante Discente	1	0,40%
Direção de Administração e Planejamento	1	0,40%

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

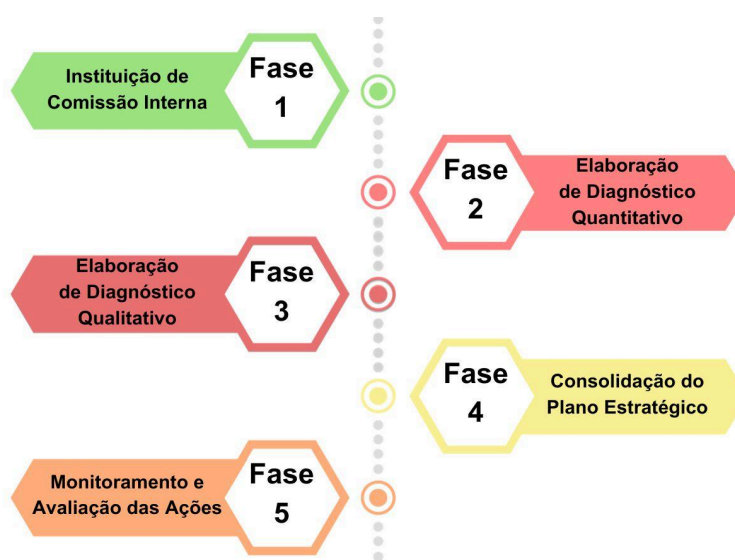
Ancorando-se no documento formal orientador dos trabalhos das CPEs, a NI 138/2015, com sua proposta metodológica de trabalho, perguntou-se aos participantes em qual fase encontravam-se os trabalhos da comissão de que é integrante. Verifica-se, neste quesito, relevante destaque para a fase de “Elaboração de diagnóstico”, conforme abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Conforme a Setec, as CPEs compõem a estrutura da política de enfrentamento à evasão e da garantia de promoção da permanência e êxito na Rede Federal de EPT. Essas comissões são responsáveis por subsidiar os trabalhos para a elaboração dos Planos Estratégicos no contexto em questão, devendo estar alinhados ao PDI de cada IF. A proposta de trabalho das CPE considera cinco fases, conforme abaixo:

Figura 3 - Fases da proposta de trabalho das CPEs



Fonte: MEC, 2015.

Voltando a análise das respostas do questionário, 98 membros, sendo 42.8% do total, afirmam estar na fase de “Elaboração de Diagnóstico”, compreendendo as etapas de diagnóstico quantitativo e/ou qualitativo. Sendo que, os resultados do diagnóstico quantitativo subsidiam a análise qualitativa da realidade dos campi, da oferta e dos cursos, por um processo que considere a participação contributiva e o comprometimento de toda a comunidade acadêmica. Essa etapa pretende identificar as principais causas de evasão e retenção, bem como a proposição de medidas para superá-las.

Desse modo, além de fornecer um panorama da realidade para a elaboração do plano estratégico de intervenção e monitoramento, a fase “possibilita a participação e a reflexão da comunidade escolar sobre a problemática da evasão e da retenção e sobre o comprometimento de todos nesse processo” (MEC, 2015, p 3).

A fase de “Consolidação do Plano Estratégico”, registou 49 marcações, representando 21.4% dos respondentes. Nesta fase, as comissões devem construir uma proposta institucional para promover a permanência e o êxito, articulando todos os segmentos responsáveis por essa promoção. Dentre os aspectos necessários desse plano, além da identificação, da justificativa e das bases conceituais,

destacam-se os diagnósticos realizados nas fases 2 e 3, as estratégias de intervenção - ações, metas, recursos necessários, responsáveis, e as estratégias de monitoramento e avaliação.

Na fase de Monitoramento e Avaliação, registaram-se 42 respostas, indicando que 18.3% dos membros encontram-se no processo de acompanhamento da execução da proposta e da análise dos resultados. Nesta fase é possível verificar o andamento de cada etapa, identificando as dificuldades e necessidades de melhorias no percurso, bem como o impacto nos números de evasão e abandono, possibilitando a atualização desse panorama. Os Resultados do monitoramento e da avaliação permitirão também a reformulação do Plano Estratégico, permitindo trilhar novos caminhos em busca da transformação da realidade em questão (MEC, 2015, p 3).

A opção “Outros”, registrou 40 respostas, equivalentes a 17.5%, em que foram registradas fases e/ou etapas diversas das disponibilizadas como resposta no questionário e que provavelmente representam a realidade específica de cada instituição e/ou comissão da qual o membro faz parte.

4.2.2 Eixo 2: A Percepção das CPEs sobre permanência e êxito e a aproximação com os produtos educacionais do ProfEPT

No segundo eixo, buscando conhecer a relação do público-alvo com a dimensão de permanência e êxito na EPT, em articulação com a produção educacional do ProfEPT, os participantes foram convidados a avaliar as três primeiras perguntas conforme a escala do tipo Likert que, segundo Cunha (2007), apresenta cinco níveis de frequência que variam de “discordo totalmente” a “concordam totalmente”, indicando a opção que representasse seu grau de concordância e que melhor refletisse sua percepção sobre permanência e êxito estudantil e o uso de produtos educacionais do ProfEPT.

Os participantes foram motivados a manifestar seu grau de concordância sobre a seguinte afirmação: “Tenho uma compreensão clara e objetiva sobre a

dimensão de permanência e êxito estudantil na EPT”, chegando aos resultados abaixo:

Tabela 7 - Ranking Médio: Grau de compreensão clara e objetiva sobre a dimensão de permanência e êxito estudantil na EPT

Distribuição da Frequência em Intervalos de Classe	Frequência Absoluta
1	7
2	6
3	25
4	109
5	82
RM: 4.1	NS: 229

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A tabela apresenta informações sobre o grau de compreensão de permanência e êxito estudantil na EPT, com base em 229 observações, indicando a análise um ranking médio de 4.1. O valor mínimo observado é 1, representando o menor ponto encontrado nos dados, refletindo uma compreensão limitada sobre o quesito apresentado. Por outro lado, o valor máximo é 5, mostrando o ponto mais alto das observações. A variabilidade nas respostas indica diferentes perspectivas e níveis de compreensão entre os membros das CPEs, sugerindo uma tendência geral para uma percepção positiva do assunto.

Procedendo com a análise, constata-se que sete pessoas, representando 3,1% das respostas, indicaram grau de concordância 1; seis pessoas, sendo 2,6% do total, apontaram grau 2; vinte e cinco pessoas, correspondendo 10,9%, indicaram grau 3; já o grau 4, sendo 47,6% do total, foi o mais indicado, o que sugere uma compreensão razoável sobre o contexto; por fim, oitenta e dois membros, refletindo 35,8% dos participantes, avaliaram como grau de compreensão 5, evidenciando total concordância com o ponto avaliado.

Quando da análise de “Conheço e/ou já trabalhei com os produtos educacionais desenvolvidos pelo ProfEPT nos processos de promoção da permanência e êxito estudantil”, obtém-se a seguinte realidade:

Tabela 8 - Ranking Médio: Grau de conhecimento e/ou de trabalho com os produtos educacionais desenvolvidos pelo ProfEPT nos processos de promoção da permanência e êxito estudantil

Distribuição da Frequência em Intervalos de Classe	Frequência Absoluta
1	96
2	44
3	42
4	29
5	18
RM: 2.2	NS: 229

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Essa análise representa o grau de conhecimento ou experiência dos membros das CPEs com os produtos educacionais do ProfEPT, revelando a frequência de uso desses recursos em suas rotinas de trabalho. O número total de observações é de 229 - indicando um ranking médio de 2.2, sugerindo que, em média, esses atores possuem um nível tênue de conhecimento e/ou experiência com os produtos do ProfEPT.

A observação mostra o número de respostas para cada opção e a porcentagem correspondente em relação ao total de respostas está distribuída conforme o seguinte: a opção 1 obteve 96 respostas, representando 41.9% do total, isso representa um percentual considerável e preocupante de pessoas que não conhecem e/ou não trabalharam com produtos educacionais do ProfEPT no contexto da permanência e êxito estudantil. A opção 2 teve 44 respondentes, correspondendo a 19.2% do total. Obtendo 42 marcações, a opção 3 representa 18.3% dos participantes. Já a opção 4 alcançou 29 respostas, o que corresponde a 12.7%. E finalmente, a opção 5 recebeu 18 respostas, representando 7.9% do total.

Dessa forma, a distribuição desses dados sugere que a grande maioria dos membros das CPEs desconhecem ou não utilizam os recursos educacionais do ProfEPT no desempenho de sua função, enquanto comissão temática de trabalho. Sinalizando, então, para uma preocupação em relação à prática efetiva desses profissionais em relação a esses produtos.

Analisando as respostas da proposição “Considero importante e necessário trabalhar com a produção educacional decorrente do ProfEPT, explorando seu potencial para permanência e êxito”, os resultados tendem para uma condição favorável quanto ao grau de concordância dos participantes.

Tabela 9 - Ranking Médio: Grau de importância e necessidade em trabalhar com a produção educacional decorrente do ProfEPT, explorando seu potencial para permanência e êxito

Distribuição da Frequência em Intervalos de Classe	Frequência Absoluta
1	6
2	3
3	33
4	72
5	115
RM: 4.2	NS: 229

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O diagnóstico revela a distribuição das respostas em relação à importância e à necessidade de trabalhar com os produtos educacionais. O total de observações é de 229 respostas, atingindo ranking médio de 4.2. Observa-se que a opção mais frequente foi aquela que indicava grau extremo de importância e necessidade, com 115 respostas, representando a maioria das respostas totais, correspondendo a 50.2%. Isso sugere que a maioria dos membros considera essa postura como altamente importante e necessária para os objetivos de permanência e êxito. Corroborando para tal cenário, a opção 4 também obteve uma quantidade significativa de respostas, totalizando 72, o que representa 31.4% do total. Isso

reforça a tendência de que a grande maioria das respostas concentra-se em reconhecer a importância ou extrema importância de trabalhar com a produção educacional do ProfEPT para esses propósitos.

Por outro lado, as opções que indicam menor grau de importância, 1 e 2, tiveram baixa representação, com apenas 2.6% e 1.3% das respostas totais, respectivamente, evidenciando que uma parcela mínima considera essa conduta como menos relevante.

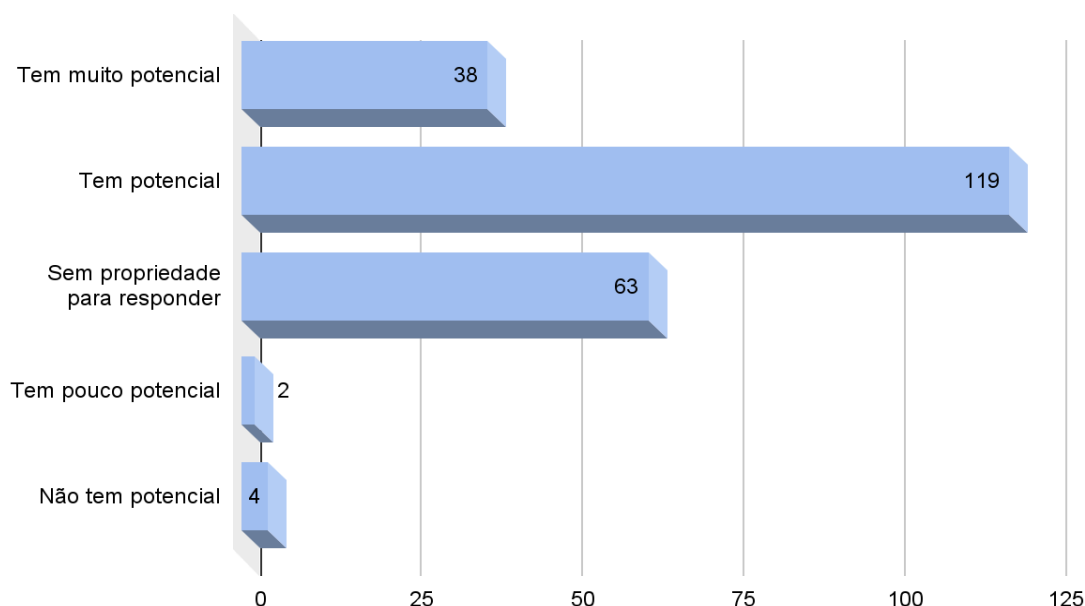
Em síntese, a análise dos dados reflete uma clara tendência em que a maioria dos respondentes considera importante ou extremamente importante e necessário trabalhar com a produção educacional do ProfEPT para promover permanência e êxito na EPT.

4.2.3 As impressões das CPEs sobre a contribuição dos produtos educacionais para permanência e êxito

Por fim foi feita aos participantes uma pergunta com opção de resposta aberta, que pretendeu evidenciar quais são as impressões dos membros das CPEs na seguinte situação: “Como você compreende a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil na EPT?”.

Para a análise desta etapa adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), sendo as respostas organizadas em cinco categorias que correspondem à percepção dos membros das CPEs sobre o nível de potencial de contribuição dos produtos educacionais no contexto apresentado. Vejamos:

Gráfico 3 - Análise da compreensão das CPEs sobre o potencial de contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT para permanência e êxito estudantil



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Completando os dados do gráfico, informa-se que três participantes optaram por não responder à pergunta, deixando-a em branco. Neste caso, o número total de respondentes neste item foi de 226 pessoas.

Conforme apresentado no gráfico, os resultados revelam que 119 membros consideram que os PEs do ProfEPT “tem potencial” para contribuir com permanência e êxito, representando 52.7% das respostas analisadas. Já 38 respondentes acreditam nesse nível uma compreensão de “muito potencial”, sendo 16.8% da análise total. Essas duas categorias, juntas, configuram 69.5% de participantes que defendem a ideia de que a produção educacional do ProfEPT pode contribuir de forma significativa nas estratégias de promoção da permanência e estudantil no âmbito da EPT. Podemos identificar essa realidade nas palavras dos alguns membros participantes da pesquisa. Conforme aqueles que consideram muito potencial dos PEs frente ao contexto:

MPP¹¹ - “No caso do IFSUL Câmpus Charqueadas, entendo que a contribuição é bastante concreta, uma vez que o Câmpus é polo do ProfEPT no IFSul e, conseqüentemente, temos várias/os servidoras/es egressos do

¹¹ Com o objetivo de garantir o sigilo e o anonimato dos participantes, as letras MPP seguidas de uma numeração identificam os membros das CPEs participantes da pesquisa.

ProfEPT, as/os quais desenvolveram suas dissertações com um olhar muito aproximado da realidade e cotidiano das/os estudantes”.

MPP2 - “Reconheço como algo de total importância, já que trabalha com pesquisa e dados que comprovam ou não várias situações, fugindo de ‘achismos’ e especulações. Isso garante a criação de estratégias e planos muito mais eficientes”.

MPP3 - Os produtos educacionais do ProfEPT podem desempenhar um papel fundamental na promoção da permanência e êxito estudantil na EPT, ao melhorar a qualidade da formação dos profissionais, aprimorar as práticas pedagógicas, oferecer suporte ao aprendizado dos estudantes e fomentar a inovação e a pesquisa no campo da educação profissional e tecnológica.

MPP4 - Das mais variadas formas. Voltados para o processo de ensino e aprendizagem, para o fortalecimento da pesquisa/extensão, para o aprimoramento dos processos administrativos. Sendo bem elaborados, os produtos educacionais podem apresentar alternativas para os principais desafios escolares que culminam com a desistência de muitos estudantes.

Essas afirmações refletem a compreensão da superação da materialidade de um produto educacional, pois, para além da sua forma, constitui-se a responsabilidade com a melhoria da realidade do público a que se destina. Conforme Silva *et al.* (2022), no seio dessa produção deve-se considerar uma relação dialética de compreensão da realidade e uma intencionalidade de mudança nesse meio social por intermédio dos PEs. Segundo Pasqualli, Vieira e Castaman (2018), os PEs devem ser fundados e orientados de modo a contribuir com a prática profissional e o avanço tecnológico. Assim, é necessário compreender que essa produção não se limita ao desenvolvimento de meros artefatos para a qualificação ou obtenção de um título ao final de um curso. Porém, como argumenta Freire, Rocha e Guerrini (2017), esses produtos não são receitas prontas e acabadas, destacando-se seu caráter orgânico e flexível, a depender do contexto que será considerado.

Dentre os que consideram que os PES tem potencial de contribuição para a promoção da permanência e êxito estudantil, destaca-se o comentário a seguir:

MPP5 - Acredito que podem ser ferramentas interessantes para potencializar ações que viabilizem a permanência e êxito estudantil, entretanto penso que devem ser mais divulgadas dentro da instituição para fomentar essa cultura de valorização da produção da própria instituição.

Depreende-se dessa fala um possível alerta quanto à divulgação e o acesso dessa produção no âmbito da Rede, de modo a se pensar numa cultura institucional favorável sobre o contexto. Essa recomendação também é evidenciada nas falas dos participantes que manifestaram não possuir propriedade suficiente para responder, pois não conhecem ou nunca utilizaram os produtos em questão. Os membros “Sem propriedade para responder” correspondem a 27.9% do total, sendo 63 membros que afirmam total desconhecimento ou distanciamento dessa produção. Vejamos:

MPP6 - Não possuo um conhecimento abrangente acerca dos produtos educacionais oferecidos pelo ProfEPT.

MPP7 - Acredito que nunca tive contato/acesso a um produto educacional do ProfEPT. Não que eu tenha percebido.

MPP8 - Não tenho clareza sobre os produtos oferecidos.

MPP9 - Não posso opinar, pois desconheço os produtos educacionais do ProfEPT.

MPP10 - Eu não conheço produtos nessa área. Acredito que investir numa maior divulgação dos trabalhos seria interessante, pois muitas vezes não ficamos sabendo das produções.

MPP11 - Não tenho nada a declarar pois nunca trabalhei com esse produtos.

MPP12 - Eu desconheço os produtos educacionais, portanto não sei como eles podem contribuir na permanência e êxito.

Essa frequência de resposta, paralela ao Ranking Médio de 2.2 da tabela 8, sobre o grau de conhecimento e/ou de trabalho com os do ProfEPT, expõe a urgência de uma intervenção na realidade em questão, sugerindo um olhar mais cuidadoso para ações e tratativas que visem melhorias na comunicação entre a Rede Federal e o ProfEPT. Visto a emergência de ampliação do debate sobre a inovação, a aplicação e os impactos dessa produção, avançando no aprimoramento de critérios objetivando o compartilhamento do conhecimento acumulado nessa conjuntura (Rizzatti *et al.*, 2020; Freitas, 2021).

Tal situação representa uma considerável justificativa, traduzida na motivação para o desenvolvimento do produto educacional desta pesquisa, levando-se em conta a perspectiva pedagógica e intervencionista que se propôs com o “Laboratório

de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?”. Já que seu objetivo principal é fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, estreitando sua relação com a Rede Federal e propondo a ampliação dessa comunicação.

A análise das respostas também evidenciou que 0.9% dos participantes acreditam que os PEs têm pouco a contribuir com o cenário e 1.8% não acreditam nesse potencial. Essas frações somam 2.7%, significando uma modesta parcela em comparação com aqueles que se apoiam na perspectiva de potencial significativo dos produtos do ProfEPT no trabalho com permanência e êxito. Porém, mesmo que singela, esse dado levanta inquietações sobre os motivos que levam essa parte a desacreditar na produção do ProfEPT para a melhoria de suas rotinas, enquanto membros de CPEs e dos processos da EPT, sobre o contexto analisado. Necessitando, talvez, de uma política institucional com um olhar mais apurado e sensível sobre as possíveis carências dessas comissões, bem como da performance do ProfEPT.

Sobre a última pergunta do questionário, consultaram-se os respondentes sobre o interesse em participar da aplicação do produto educacional da pesquisa, sendo que, das 229 pessoas, 189 manifestaram interesse na oficina pedagógica, cujo processo de construção e aplicação será apresentado no tópico a seguir.

Por fim, cabe registrar que, na análise desta etapa, foram desconsideradas respostas duplicadas, ofensivas e também de respondentes que não fazem parte das CPEs. Salienta-se que os dados foram tratados sempre em conjunto, respeitando todos os aspectos éticos quanto ao sigilo e ao anonimato dos participantes.

4.3 O produto educacional: Laboratório de Aprendizagem Mediada - contribuição para uma aproximação entre a Rede Federal e a produção do ProfEPT

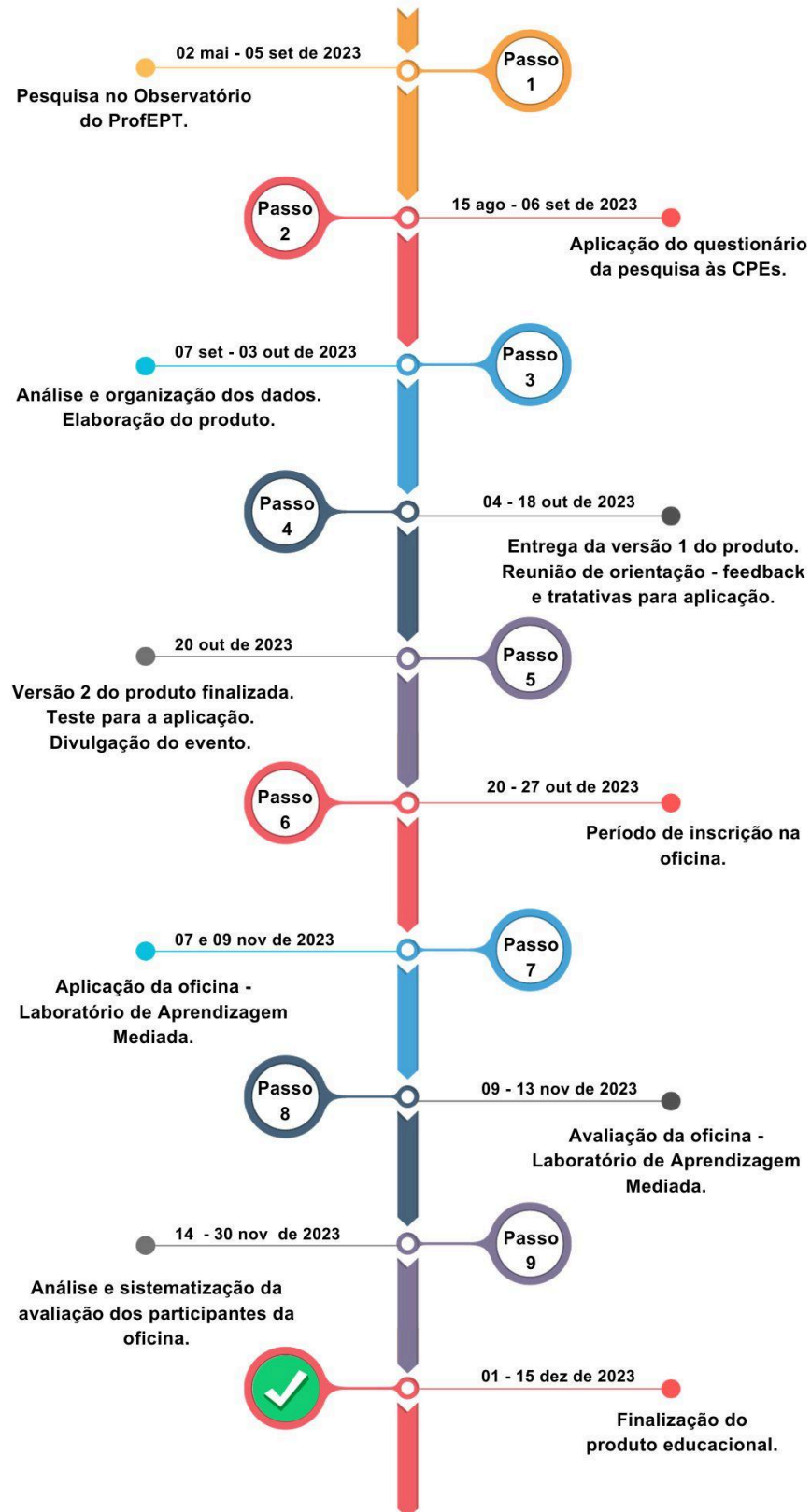
Visando fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT na Rede Federal de EPT, a partir dos resultados de todas as etapas da pesquisa, foi produzido um produto educacional, que também foi aplicado e avaliado pelo público-alvo, como também foi validado pelos professores da banca examinadora.

Nesse percurso, buscou-se atender às expectativas que se espera com a produção de recursos educativos, pautando-se na gênese da pesquisa aplicada, alinhada a compreensão da Área de Ensino da CAPES (2019, p. 16), que considera esses produtos como “o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema, ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional”. Para tanto, foram determinantes os resultados de todas as etapas anteriores.

O destinatário do produto são as CPEs, na condição de multiplicadores, haja vista a rotina, o desempenho profissional e a responsabilidade desse público no contexto de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das políticas e práticas para permanência e êxito na Rede Federal (MEC, 2015).

A seguir, apresenta-se o percurso de produção, aplicação e avaliação do laboratório de aprendizagem mediada.

Figura 4 - Percurso de elaboração e aplicação do produto educacional



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O público-alvo do laboratório de aprendizagem foi delimitado pelos participantes da etapa de aplicação do questionário, e que manifestaram interesse em participar da oficina, totalizando 189 interessados. Foram disponibilizadas 25 vagas para preenchimento por ordem de inscrição, pela plataforma on-line de eventos Even3. Ao final do período o total de candidatos foi de 33, sendo 24 técnicos e nove docentes. Dos candidatos inscritos, 31 haviam respondido o questionário da pesquisa, os outros dois não haviam participado da etapa, porém, também são membros de CPEs.

Tendo em vista o número de vagas e de inscritos na oficina, preocupando-se com possíveis desistências e evasões, optou-se por deferir a inscrição de todos os candidatos, que receberam por e-mail as orientações e o link para acesso ao evento. Os encontros aconteceram de forma on-line, por meio da plataforma Google Meet e as atividades foram registradas por gravação, mediante consentimento, de modo a conferir segurança, integridade e autenticidade à aplicação.

Dos 33 inscritos, estiveram presentes no primeiro dia da oficina o total de 16 pessoas, já o segundo dia contou com 6 participantes, que também estiveram presentes no primeiro dia e que, portanto, concluíram com êxito a oficina, fazendo jus ao certificado com carga horária total de 06 horas.

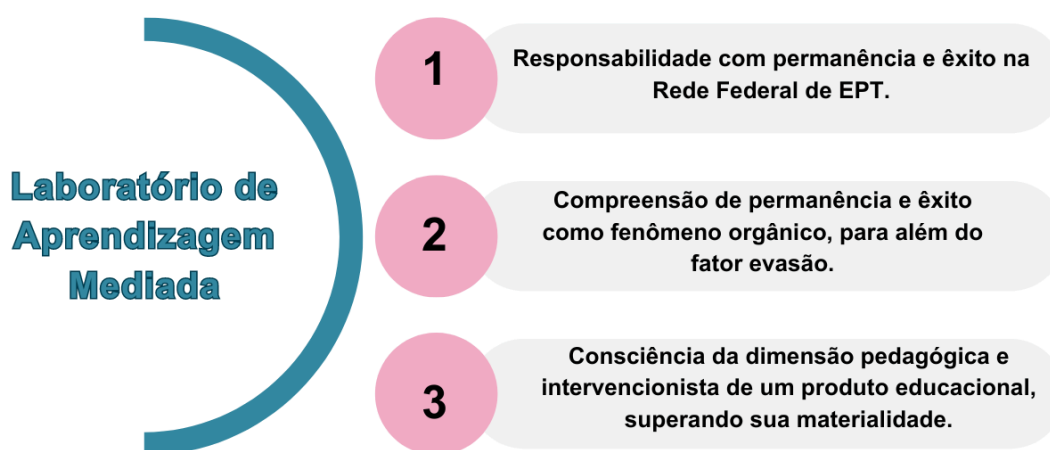
O cenário apontado pode sinalizar para a necessidade de mais atenção e melhoria em questões vinculadas à motivação dos servidores da Rede Federal, tanto para a participação quanto para o envolvimento e o planejamento de projetos e ações relacionadas à capacitação e à formação continuada, intencionando o aperfeiçoamento da práxis profissional. Posto que, na conjuntura dos estudos sobre gestão de pessoas, as teorias motivacionais, como as de Maslow (1908-1970) e Herzberg (1923-2000), pretendem a propulsão de políticas e ações institucionais, no sentido de favorecimento a um ambiente de trabalho adequado e agradável ao homem complexo. Em outras palavras, iniciativas com potencial para ascender aspectos positivos no comportamento humano, considerando sua omnilateralidade. E no caso específico, relacionados à motivação profissional.

4.3.1 Estrutura e aplicação do Laboratório de Aprendizagem Mediada

O laboratório foi planejado e organizado para ser aplicado e reproduzido com as adaptações e atualizações que se fizerem necessárias, considerando o contexto de cada instituição e/ou o perfil do público desejado. Sendo crucial a presença de um mediador, de modo a facilitar o exercício crítico-reflexivo sobre a realidade em questão, com a experiência de aplicação do produto.

A preparação pode ser feita com a fundamentação teórica da proposta, fundada nas seguintes perspectivas:

Figura 5 - Perspectivas teóricas da oficina



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Além da referida preparação teórica, o mediador deve alcançar os conhecimentos necessários para utilização do repositório do ProfEPT, o que é possível com uma ambientação prévia no próprio site. O aplicador também deve se ater às habilidades para a execução das demais plataformas e ferramentas tecnológicas utilizadas na aplicação. Se houver necessidade, o mediador/aplicador pode solicitar apoio técnico de um profissional da área de tecnologia.

A proposta pedagógica do laboratório de aprendizagem mediada foi planejada aproximando-se do formato de uma sequência didática, que, de acordo com Zabala (1998, p. 18), é um “conjunto de atividades, ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim

conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”. A perspectiva educativa se sustenta numa concepção libertadora e ativa do ensino, haja vista a intencionalidade de prática reflexiva dos participantes sobre a realidade em questão (Freire, 1996; Libâneo, 2013).

A oficina foi planejada para ser aplicada de forma on-line, utilizando a plataforma Google Meet, com carga horária total de seis horas, divididas em dois encontros, cada um com duração de três horas. Os objetivos estabelecidos para os encontros da oficina são apresentados na figura a seguir.

Figura 6 - Objetivos dos encontros do Laboratório de Aprendizagem Mediada



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Para atender aos objetivos propostos, a estratégia pedagógica se moldou em torno de instrumentos e técnicas de exposição oral, textual e imagética, com auxílio de slides e facilitação de diálogo. Também foram consideradas Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), de modo a favorecer a prática, fortalecendo, assim, a práxis educativa.

Podemos conceituar as metodologias ativas como aquelas que se dedicam a criar situações que favorecem um processo de ensino-aprendizagem fundamentado na curiosidade e na problematização da realidade, respeitando a autonomia e a consciência do sujeito, exercitando sua capacidade de ação-reflexão-ação, na construção de conhecimento em torno da sua experiência e das atividades de que participa, de modo a aprimorar suas estratégias cognitivas para um senso crítico-reflexivo de suas práticas. Além disso, promovem a interação e o diálogo entre os indivíduos, explorando atitudes e valores pessoais e sociais (Freire, 1996; Berbel, 1998; Moran, 2015; Valente; Almeida; Geraldini, 2017).

As metodologias ativas quando articuladas ao uso de TDICs pretendem contribuir para a superação do modelo de educação bancária e reprodutivista, bem como das relações educacionais verticalizadas. Para Matos e Sá (2020, p. 168), “as novas tecnologias são utilizadas para disponibilizar diferentes possibilidades de aprendizagens, para se adaptar às mudanças e atender ao novo estudante da era digital, que participa ativamente da construção do conhecimento”, contribuindo, então, com o aprimoramento da práxis docente e do processo de ensino-aprendizagem significativo.

Nesse sentido, a oficina reuniu uma série de atividades envolvendo teoria e prática reflexiva de forma mediada, sendo estimuladas pelo mediador, a fim de proporcionar um processo de aprendizagem dinâmico e interativo a todos. Dessa maneira, o laboratório de aprendizagem mediada se configura com três atividades principais:

- 1. Construção de uma nuvem de palavras:** a partir da reflexão e do compartilhamento de percepções sobre a dimensão de permanência e êxito na EPT. Nesta atividade utilizou-se a plataforma on-line Mentimeter, que permite criar apresentações dinâmicas e interativas.
- 2. Ambientação e pesquisa no Observatório do ProfEPT:** para conhecer as funcionalidades do repositório e analisar produtos educacionais relacionados à nuvem de palavras da atividade anterior. Além dos objetivos explícitos da

ação, propôs-se também a criação de um mural interativo e colaborativo, por meio da plataforma on-line Padlet, de modo a valorizar a troca de experiência entre os participantes, desenvolvendo um processo de aprendizagem coletivamente.

- 3. Aprendizagem Baseada em Problema (ABP):** problematização do trabalho das CPEs com a assimilação dos resultados das atividades anteriores, de modo a incentivar a importância do trabalho coletivo para a promoção da permanência e êxito, estimulando o uso de PEs no planejamento de estratégias e ações da Rede Federal de EPT. Nesta etapa explorou-se a funcionalidade de salas temáticas simultâneas do Google Meet e fundamentou-se na resolução de situação problema, por meio da metodologia de ABP.

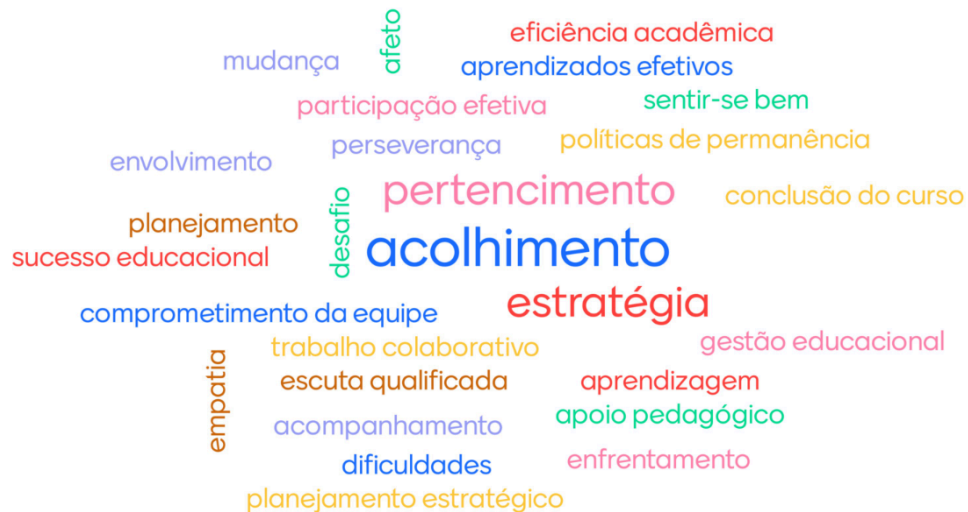
A oficina também conta com um momento reservado a facilitação do diálogo, posteriormente à finalização da atividade 3, para obter o feedback dos participantes. Logo após, encaminha-se para o encerramento das atividades propostas.

Desse modo, no processo de aplicação do produto, após o pesquisador se apresentar e esclarecer os objetivos pessoais e profissionais com a proposta, delimitando o lugar de fala, foi reservado um momento para que todos os participantes também pudessem se apresentar. Em seguida procedeu-se com a contextualização teórica, sempre se preocupando com o acompanhamento de todos, respeitando as manifestações verbais ou por mensagem no chat da plataforma. Estimulando o discurso saudável e considerando também as diferentes perspectivas e as vivências individuais.

As atividades 1 e 2 foram realizadas no primeiro encontro e, de maneira geral, transcorreram conforme o previsto. Vale registrar que alguns partícipes não conheciam as ferramentas on-lines Mentimeter e Padlet, sendo feita uma explicação prévia sobre a finalidade e a utilização das mesmas - momento que havia sido previsto no tempo de execução das atividades.

A seguir, apresentam-se os resultados das atividades, conforme a aplicação da oficina, iniciando pela atividade 1.

Figura 7 - Nuvem de palavras sobre permanência e êxito na EPT



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Nota-se que as palavras de maior destaque na representação visual sobre a dimensão de permanência e êxito criada na atividade são: acolhimento, estratégia e pertencimento, sugerindo que, para os membros das CPEs que participaram da oficina, há uma necessidade de se pensar esse contexto voltando-se para as estratégias que envolvem o sentimento de acolhimento e pertencimento de forma integradora.

Para Jost e Ravasio (2019), o conceito de acolhimento na EPT é traduzido numa prática pedagógica que envolve e movimenta toda a comunidade acadêmica. É caracterizada como uma abordagem de permanência, objetivando trabalhar com os primeiros vínculos dos alunos ingressantes e até mesmo antes do ingresso, “assim como é também um espaço para reflexão sobre suas expectativas e projetos de vida a partir da compreensão do significado de currículo integrado” (Jost; Ravasio, 2019, p. 45). Aqui podemos contextualizar com o conceito do “primeiro ano crítico” defendido por Carmo, Manhães e Cola (2018), bem como da perspectiva de Oliveira (2021), sobre a dimensão “acesso” para além do ingresso, que compõe o tripé - acesso, permanência e êxito. Esses pressupostos consideram, então, a

entrada do estudante como um momento crucial e ideal para a escola acolhê-lo, promovendo uma escuta sensível, de modo a perceber suas expectativas e estimular sua vida acadêmica.

Segundo Silva (2018, p. 3), “os sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar possuem significados, sentidos e valores que são lapidados a cada momento”. Santos (2009) atrela o conceito de pertencimento ao da significação de permanência simbólica, por uma concepção de mudança ou reconstrução de identidade no desejo ou tentativa do estudante se encontrar ou criar novos meios para se sentir pertencente ao ambiente escolar. Haja vista essa compreensão, torna-se urgente uma cultura institucional acolhedora, atenta e sensível aos anseios socioemocionais dos estudantes.

Outros conceitos também foram representados, como: aprendizagem, apoio pedagógico, acompanhamento, gestão educacional, comprometimento, participação, dentre outros que, possuem substancial importância e se entrelaçam a outros aspectos nessa dimensão.

Quanto à ambientação no Observatório do ProfEPT, muitos participantes demonstraram desconhecimento e ficaram surpresos com o acervo e a referida plataforma. Vejamos algumas considerações dos colegas, encaminhadas no chat:

MPO1¹² - “Tudo novidade”.

MPO2 - “Não conhecia!!!”.

MPO3 - “Conheci hoje”.

MPO4 - “Também não conhecia, achei muito interessante”.

MPO5 - “Já criei uma pasta no drive da comissão de permanência e êxito daqui e salvei uns produtos! Muito bom mesmo!”.

MPO6 - “Que maravilha!!!”.

Esse fato corrobora com o baixo grau de conhecimento das CPEs sobre a produção do ProfEPT indicado no questionário da pesquisa. O que justificou e motivou ainda mais a ambientação no repositório, permitindo o acesso e a execução das funcionalidades disponíveis no Observatório por todos os participantes, facilitando a pesquisa orientada. Dessa maneira, ao analisar o mural interativo

¹² Para garantir o sigilo e o anonimato dos participantes, as letras MPO seguidas de uma numeração identificam os membros das CPEs participantes da oficina.

produzido nesta etapa, é possível categorizar os resultados encontrados com os seguintes temas:

Figura 8 - Síntese: Mural interativo ambientação no Observatório ProfEPT



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A pesquisa considerou como referência os três primeiros conceitos destacados na nuvem de palavras da atividade 2, porém, a livre escolha foi respeitada no processo, haja vista que, de forma direta ou indiretamente, os conceitos se entrelaçam e comungam da mesma intencionalidade, que é a promoção da permanência e êxito estudantil. O mural original, considerando o feito de cada participante, encontra-se disponível para consulta no link [Mural interativo - Ambientação no Observatório](#).

Tendo em vista a intencionalidade da oficina com a atividade 3, envolvendo o método ABP, foram traçadas cinco situações-problemas hipotéticas relacionadas à proposta de trabalho das CPEs, disposta na NI 138/2015, para o planejamento de uma intervenção, envolvendo a produção do ProfEPT, para a resolução da situação em questão. Dessa forma, o propósito foi a assimilação das ações anteriores na análise e resolução de situações hipotéticas relacionadas à realidade do público participante.

Ao adotar a metodologia de ABP, pensou-se num movimento que se caracteriza por ser tanto uma estratégia educacional quanto uma filosofia curricular, em que os indivíduos são autodirigidos e atuam de forma ativa e colaborativa na

construção do conhecimento, por uma aprendizagem contextualizada, permitindo, assim, uma internalização dos saberes por uma significação pessoal (Mamede, 2001). Para Bacich e Moran (2018) a ABP envolve a investigação, a avaliação de diferentes situações e pontos de vista, a capacidade de tomar decisões e enfrentar desafios. É, portanto, “um aprender pela descoberta e caminhar do simples para o complexo” (Bacich; Moran, 2018, p. 59).

Nesse sentido, tendo em vista a quantidade de presentes no segundo encontro, o grupo foi dividido e alocado em três salas do Google Meet, para propor alternativas para as seguintes situações hipotéticas:

- **Situação 1)** A CPE chegou na fase de Consolidação do Plano Estratégico e como parte da tarefa, deve apresentar propostas de intervenção envolvendo o ProfEPT e sua produção educacional nas ações e metas deste plano. Quais seriam essas propostas?
- **Situação 2)** Com o Plano Estratégico contendo ações e metas envolvendo o ProfEPT e sua produção educacional, a CPE deverá apresentar a proposta à comunidade escolar, esse contato se dará por setores específicos. Supondo que essa etapa será realizada nos Colegiados de Cursos do Ensino Médio Integrado, enfatizando a necessidade de ampliar a comunicação entre a sala de aula e a produção educacional do ProfEPT, para a melhoria da prática docente e do ensino-aprendizagem, de que forma essa pauta pode ser sensibilizada e estimulada?
- **Situação 3)** O Plano Estratégico foi consolidado com ações e metas envolvendo o ProfEPT e seus produtos educacionais. A CPE está apresentando a proposta à comunidade escolar, e nesse momento a etapa será feita com a Coordenação Pedagógica e com a Assistência Estudantil, enfatizando a necessidade da utilização efetiva dos produtos desenvolvidos no ProfEPT nessas rotinas, visando a melhoria da gestão pedagógica e estudantil da instituição. Assim, como conscientizar e incentivar o trabalho desses setores/profissionais nessa perspectiva?

Cada dupla trabalhou com uma das situações hipotéticas acima, ficando o formato de apresentação das propostas a cargo da criatividade dos participantes, que dispuseram de tempo suficiente para o compartilhamento de suas ideias e experiências. Vejamos os resultados:

A dupla encarregada da situação 1 desenvolveu propostas para ações e metas do Plano Estratégico envolvendo PEs, pautadas em três temas específicos: Conselho de Classe - intencionando evidenciar a importância da participação discente nos processos de gestão democrática; saúde mental discente - contribuindo com sua formação omnilateral; e formação inicial e continuada docente. Utilizando-se dos encontros pedagógicos semestrais para qualificar professores e da aplicação de oficinas bimestrais sobre a temática, produzidas pelo ProfEPT e organizadas pela CPE, para conscientizar e aproximar os discentes.

Para a situação 2, a dupla destacou duas possibilidades de sensibilização ao colegiado. A intenção da dupla foi trabalhar com a conscientização e o fortalecimento da concepção de acolhimento, que deverá ser desenvolvido e praticado pelos docentes por todo ano letivo. Por uma ação envolvendo toda a comunidade acadêmica e as famílias no processo, estimulando aspectos como a motivação e o sentimento de pertencimento nos alunos. A concepção de currículo integrado também foi trabalhada na proposta, pela perspectiva discente e por intermédio da responsabilidade do trabalho docente. Destacando-se produtos educacionais no formato de Tirinhas e/ou História em Quadrinhos, para atrair e envolver os alunos.

Sobre a situação 3, de modo a estreitar a rotina de trabalho de setores que lidam com a Gestão Pedagógica e Estudantil, com a perspectiva de uso da produção do ProfEPT, a dupla responsável considerou duas propostas intencionadas ao acolhimento discente por meio do acesso à informação. Neste processo seriam apresentadas aos alunos as estratégias de permanência e êxito desenvolvidas na escola, trabalhando com a escuta sensível e o envolvimento de mecanismos como a estrutura e o funcionamento institucional, o apoio pedagógico, as oportunidades e possibilidades dentro da instituição e o sentimento de pertencimento. Sinalizando

para a necessidade de exploração consciente da produção do ProfEPT, favorecendo momentos interativos e dinâmicos, que poderiam ser alcançados com a aplicação de oficinas temáticas, articulada ao uso de demais produtos que se complementam.

Conforme os resultados apresentados, vale destacar que, na ABP “tão importante quanto à resolução da situação-problema é o processo de busca pela solução, que precisa contemplar a autonomia do estudante em um ambiente de colaboração mútua, constituindo-se como um método cooperativo” (Braga; Melo; Martins, 2020, p. 8). Nesse processo o professor/mediador tem o importante papel de facilitador do conhecimento, incentivando a autoaprendizagem e o pensamento crítico-reflexivo, fundamentais no exercício dessa metodologia. Dessa forma, na proposta de aprendizagem significativa, como a ABP, é preciso considerar o entrelaçamento entre teoria e prática, valorizando os conhecimentos prévios adquiridos pelo sujeito, sua autonomia e a capacidade crítica-reflexiva.

Posto isso, ao final da atividade 3, houve um momento para feedback e compartilhamento da experiência em tela, evidenciando-a como uma ação positiva e enriquecedora. Conforme as falas destacadas:

MPO7¹³ - “Eu fiquei muito feliz de ter participado dessa atividade durante esses dois dias, porque, apesar de a gente conhecer um pouco do programa, a gente não tem noção da dimensão né, de onde chega e dos produtos que estão sendo desenvolvidos se a gente não colocar a mão na massa, e essa foi uma oportunidade, assim, de aprender, de conhecer mais. Eu espero que realmente se torne uma prática, a gente tem isso e a gente trazer essas propostas para desenvolver aqui no chão da escola”.

MPO8 - “Essa atividade vai servir pra gente, pelo menos pro meu campus né, pra gente propor nosso Plano Estratégico. Realmente, acredito que muitos aqui né, nem eu conhecia toda essa quantidade de produtos educacionais. Então aqui a gente tem uma biblioteca virtual, disponível pra gente aplicar mesmo, na sala de aula, em nosso contexto escolar. Muito bom”.

MPO9 - “Realmente valeu super a pena, ampliar essa visão, esse olhar né. Eu não tinha parado para olhar antes o tanto de produto, as temáticas né, é muito amplo. E foi muito bom”.

Na sequência, encaminhando-se para o encerramento da oficina, foram repassadas as orientações para a avaliação do produto, sendo disponibilizado o link

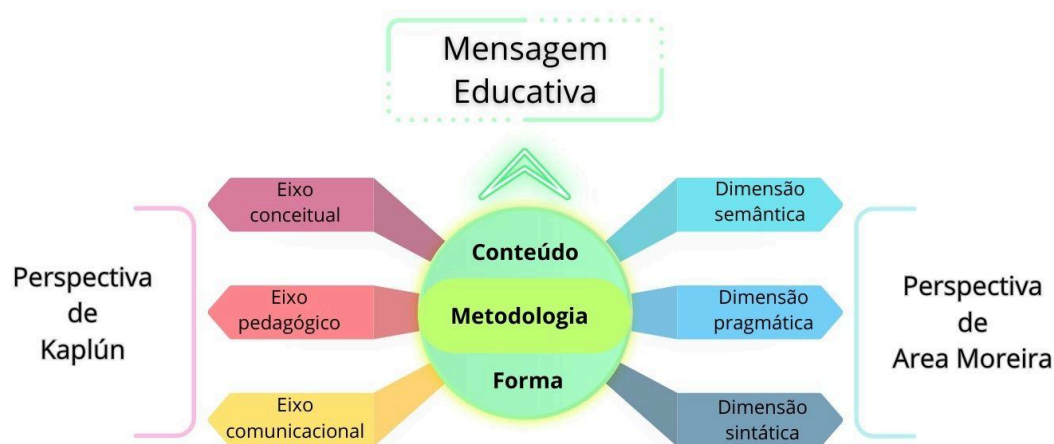
¹³ Para garantir o sigilo e o anonimato dos participantes, as letras MPO seguidas de uma numeração identificam os membros das CPEs participantes da oficina.

do questionário a ser respondido pelos participantes, conforme apresentado no próximo tópico.

4.3.2 Avaliação do produto educacional

Na avaliação do produto educacional foram consideradas as perspectivas de Kaplún (2003) e de Area Moreira (2010) sobre a construção e análise de mensagens educativas. A figura abaixo representa o arranjo que norteou a elaboração do produto e permitiu a configuração do instrumento de avaliação, fornecendo aos avaliadores possibilidades para uma análise crítica-reflexiva da experiência.

Figura 9 - Arranjo da avaliação do produto



Fonte: Freitas, 2021 (com adaptações).

Dessa forma, as perguntas 1 e 3 do questionário refletem o aspecto conceitual da proposta, a significação dos objetos de conhecimento. A pergunta 2 pretende levantar informações quanto a eficiência de sua apresentação e execução do veículo de comunicação com o público-alvo. Já o caráter didático-pedagógico, a articulação entre a linguagem e o contexto, evidenciando a proposta de mudança de postura e intervenção na realidade em questão, está inserido nas perguntas 4 e 5.

Para a análise das respostas do questionário de avaliação, empregou-se as mesmas técnicas de análise do questionário aplicado às CPEs. Assim, as tabelas a seguir apresentam o Ranking Médio de cada aspecto avaliado no produto.

Tabela 10 - Ranking Médio: Avaliação do aspecto conceitual

Distribuição da Frequência em Intervalos de Classe	Considero o tema do Laboratório de Aprendizagem Mediada interessante, contextualizado e relevante para a Rede Federal de EPT.	O conteúdo abordado, os recursos utilizados, as atividades desenvolvidas e a linguagem praticada na oficina foram adequadas e condizentes com o público-alvo.
	Frequência Absoluta	Frequência Absoluta
1	0	0
2	0	0
3	0	0
4	1	2
5	5	4
Ranking Médio	4.8	4.6

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Conforme a avaliação dos membros das CPEs, nos dois quesitos apresentados para o contexto, considera-se como satisfatório o aspecto conceitual do Laboratório de Aprendizagem Mediada, bem como foram avaliados como adequados os aspectos estruturantes e constitutivos da proposta.

Tabela 11 - Ranking Médio: Avaliação do aspecto comunicacional

Distribuição da Frequência em Intervalos de Classe	A oficina pedagógica foi um método de trabalho apropriado para abordar e articular o tema.
	Frequência Absoluta
1	0
2	0
3	0
4	1
5	5
Ranking Médio	4.8

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quanto ao formato de apresentação e alcance do público-alvo, no que se refere ao veículo comunicacional, os participantes avaliaram que a escolha de uma oficina pedagógica para trabalhar o contexto estudado foi oportuna e assertiva, haja vista o Ranking Médio de 4.8 identificado na análise. É importante mencionar que, inicialmente, a oficina havia sido planejada com apenas um encontro, porém, conforme recomendado pelo orientador, os professores que compuseram a banca de qualificação do projeto e também por alguns respondentes do questionário da pesquisa, a proposta foi constituída com dois encontros, de modo a possibilitar maior interatividade, leveza e fluência nas atividades desenvolvidas. Fato que contribuiu para atender às expectativas dos participantes presentes nos dois encontros, que manifestaram satisfação quanto a essa configuração.

Tabela 12 - Ranking Médio: Avaliação do aspecto pedagógico

Distribuição da Frequência em Intervalos de Classe	A participação na oficina contribuiu para ampliar meu conhecimento sobre a temática, facilitando e aprimorando minha comunicação com a produção educacional do ProfEPT.	A oficina pedagógica foi uma experiência que evidenciou, para mim, a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT para a permanência e êxito na Educação Profissional e Tecnológica.
	Frequência Absoluta	Frequência Absoluta
1	0	0
2	0	0
3	0	0
4	0	0
5	6	6
Ranking Médio	5	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Sobre a análise do caráter pedagógico e da proposta de aprendizagem pretendida com a oficina, os participantes consideram total satisfação quanto ao item avaliado, o resultado representa 100% de concordância com o contexto apresentado, sendo a oficina caracterizada como um momento muito enriquecedor e

promotor de uma mudança considerável na realidade dos que vivenciaram a proposta.

Por fim, foi solicitado aos avaliadores sugestões ou comentários sobre a experiência com o produto educacional em questão, sendo registradas cinco respostas, conforme a seguir:

Avaliador 1 - “Considero que o Lab de Aprendizagem Mediada é um excelente produto educacional para ser utilizado pelas Comissões Centrais de Permanência e Êxito, a fim de proporcionar esta capacitação para as comissões locais, visto que grande parte dos servidores membros das comissões, não conhecem o ProfEPT não possuem o real conhecimento de como os produtos educacionais já publicados podem melhorar o ambiente acadêmico”.

Avaliador 2 - “A atividade foi muito bem conduzida, parabéns Wendes! Minha sugestão, no segundo dia, seria ter um instrumento de registro dos diálogos realizados pelos grupos que realizaram a atividade, de forma padronizada (usando o Miro, Padlet ou outra ferramenta de trabalho colaborativo)”.

Avaliador 3 - “O laboratório de aprendizagem mediada ofertou a ampliação de conhecimentos sobre os produtos educacionais elaborados por meio da orientação dos docentes do profept. [...] Verificamos que há vários recursos ricos que podem auxiliar os profissionais em suas funções corriqueiras. Desse modo, o laboratório oportunizou conhecimentos que os cursistas podem ser multiplicadores na disseminação dessas informações”.

Avaliador 4 - “A oficina possibilitou a participação de todos de forma ativa, evidenciou claramente a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT no planejamento estratégico da Comissão de Permanência e êxito”.

Avaliador 5 - “Acredito que os conhecimentos advindos destas pesquisas precisam ser amplamente divulgados para que mais pessoas possam usufruir desses conhecimentos e melhorar a prática”.

Observa-se, portanto, o sucesso com a experiência em tela, tendo em vista a avaliação positiva e o reconhecimento da efetividade da oficina, nos comentários apresentados. Cabendo ressaltar as recomendações pontuadas, quanto à padronização dos registros da atividade 3 e, assim como identificado em outras etapas da pesquisa, para a necessidade do aprimoramento das estratégias e ações de divulgação da produção educacional do ProfEPT na Rede Federal. De modo a ampliar o debate e a discussão das potencialidades desses produtos no campo educacional (Rizzatti *et al.*, 2020; Freitas, 2021)., assim como intenciona o objetivo principal do produto educacional desenvolvido nesta pesquisa.

Considera-se que o Laboratório de Aprendizagem Mediada atingiu seu objetivo principal, sustentando relevante potencial para fomentar o conhecimento e o acesso aos produtos educacionais do ProfEPT, numa perspectiva significativa para a promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT.

Destarte, a expectativa é de que o produto seja reproduzido, com as adaptações que se fizerem necessárias, a depender do contexto de cada instituição e do perfil do público a se alcançar. Assim, o roteiro da oficina contém comentários e reflexões a partir da experiência da aplicação do laboratório, bem como uma breve sistematização da análise da avaliação feita pelos participantes, sinalizando para as experiências que deram certo e aquelas que requeiram maior atenção por parte do usuário aplicador, que poderá ser qualquer profissional da EPT, que pretende qualificar e conscientizar equipes e demais pessoas no contexto da permanência e êxito estudantil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer as considerações finais desta dissertação, um sentimento de dever cumprido e de responsabilidade social me envolve, revelando minha emoção ao concluir o presente percurso, que muito me representa e acredito que irá representar a história de muitas outras pessoas.

Ao abordar o tema da permanência e êxito estudantil, rememorei minha trajetória enquanto estudante de escola pública, de família simples, com poucos recursos financeiros, filho de uma empregada doméstica e de um trabalhador rural e, portanto, de uma comunidade socioeconomicamente vulnerável. Então, aqui estou, finalizando mais um percurso acadêmico que, infelizmente, ainda é um privilégio para poucos. Contudo, este é o cerne de um processo de permanência e êxito na educação pública brasileira, a resistência e a consciência de que o ser humano pode e merece mais do que a realidade tenta lhe impor.

A pesquisa investigou o fenômeno da permanência e êxito como a responsabilidade e o comprometimento oficial de um sistema educacional em desenvolvimento, aproximando-se, propriamente, do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, como lócus do estudo. Haja vista as disparidades entre os dados de ingresso e de concluintes na Rede Federal de EPT, considerando seu processo de expansão, nos anos 2000. Momento em que a EPT nacional, pretendendo democratizar a educação profissional, perante um sistema capitalista excludente, superou a dualidade estrutural histórica entre conhecimento científico - educação própria da elite e conhecimento técnico - fadado ao trabalho manual. Sob o cenário apresentado, buscou-se responder à seguinte pergunta: como trabalhar com a produção educacional decorrente do ProfEPT nos processos que envolvem promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT?

Os resultados encaminham para uma compreensão positiva acerca da potencialidade dos produtos educacionais do ProfEPT, como elementos significativos de contribuição nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede. A aplicação do questionário junto às CPEs e a pesquisa no

acervo de produtos do ProfEPT confirmou a efetividade desses produtos nos processos voltados para o contexto em questão, evidenciando a importância do programa e a gênese pedagógica imbricada na construção de mensagens educativas, superando a forma e valendo-se da proposta de intervenção na e para a resolução de situações da realidade educacional atual.

Os dados também sinalizam para a necessidade de se pensar e planejar políticas institucionais que fortaleçam e disseminem essas pesquisas, aprimorando os meios e as práticas de divulgação e publicidade dessa produção científica na própria Rede Federal como na sociedade em geral.

Nos limites e possibilidades alcançadas neste percurso, acredita-se que os objetivos estabelecidos foram atingidos. O estudo permitiu refletir sobre o papel da Rede Federal de EPT na educação nacional, contextualizando com a necessidade de promoção da permanência e êxito estudantil. A reflexão da EPT pautada na formação omnilateral, na perspectiva do mundo do trabalho, articulada à responsabilidade de promoção da permanência e êxito, nos permite identificar as políticas e ações que deram certo e as que precisam de melhorias e mais incentivo, seja por parte do governo, da escola ou da sociedade.

Foi possível identificar e conhecer o conceito e as características dos produtos educacionais de programas de mestrados profissionais na área de Ensino, para além de sua materialidade, reconhecendo sua dimensão dialética, inovadora e intervencionista, própria de uma pesquisa aplicada. Entretanto, cabe ressaltar que o debate sobre a construção de mensagens educativas e seu impacto no âmbito social deve ser estimulado, de modo a aprimorar e disseminar o conhecimento produzido, contribuindo com os diversos setores da sociedade.

A pesquisa também proporcionou conhecer a relação das Comissões de Permanência e Êxito Estudantil da Rede Federal de EPT com os produtos educacionais do ProfEPT. Os dados revelaram que os membros das CPEs estão afinados com o conceito de permanência e êxito por uma dimensão complexa e orgânica, que vai além da compreensão da evasão em si, conforme defendem os pesquisadores contemporâneos sobre o tema. No entanto, cabe ressaltar certo

distanciamento de alguns membros quanto ao uso desses produtos em suas rotinas, sinalizando para a urgência de melhorias em torno da efetividade da divulgação e da prática dessa produção.

O processo de investigação no Observatório do ProfEPT, por meio de uma análise triangular dos dados, forneceu os meios para delinear parâmetros norteadores para a avaliação de produtos educacionais do ProfEPT na perspectiva de contribuição para permanência e êxito estudantil na EPT. Aqui destaca-se uma importante proposta de contribuição para os processos que pretendem não apenas fazer reflexões sobre a estética e a organização de um produto educacional, mas, também, compreender a natureza de sua gênese, enquanto uma proposta pedagógica inovadora e transformadora no contexto social estudado.

Considerando a problemática, os objetivos e os resultados desta pesquisa, desenvolveu-se uma oficina pedagógica como produto educacional, com o propósito de fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT. A oficina, intitulada “Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?”, foi aplicada e avaliada por membros das CPEs da Rede Federal que participaram da pesquisa. Além de promover uma aproximação das CPEs com o ProfEPT e explorar os caminhos possíveis no acervo de PEs do programa, também foi trabalhado o espírito coletivo dos participantes, necessário nos processos de promoção da permanência e êxito, exercitando-se, assim, o sentimento de rede, em torno de um mesmo objetivo para a melhoria da EPT. Em síntese, o produto educacional da pesquisa atingiu seu objetivo principal, sustentando, de forma efetiva, relevante potencial para estimular o conhecimento e o acesso aos produtos educacionais do ProfEPT.

Tendo em vista o alcance de todos os objetivos específicos, anteriormente apresentados, conclui-se, portanto, que o objetivo principal da pesquisa foi conquistado, pois, a análise e a discussão dos resultados levantados corroboram para uma função contributiva e responsiva dos produtos educacionais do ProfEPT

como elemento significativo para a promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT.

Destarte, sendo esta uma pesquisa aplicada, com geração de conhecimento prático e imediato, é importante salientar que o conteúdo e os resultados reunidos neste trabalho não esgota a possibilidade de outras pesquisas sobre a temática, e sim busca contribuir com o que aí está e com o que ainda virá, no contexto de estudos sobre a permanência e êxito estudantil e a produção educacional dos programas de mestrados profissionais.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M. (org.). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. 171 p.

AREA MOREIRA, M. Los medios de enseñanza: conceptualización y tipología. Web de Tecnología Educativa. Universidad La Laguna, 2010. Disponível em: <https://ced.enallt.unam.mx/blogs/socio-pragmatica/files/2013/06/Manuel-Moreira1.pdf>. Acesso em: 12. abr. 2023.

BACICH, L; MORAN, J. Metodologias Ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC; 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, E C.; VALENTIM, M. C.; MELO, M. A. A. O debate sobre o mestrado profissional na Capes. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 124-138, 2005. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84..> Acesso em: 25, jul. 2022.

BASTOS, O. G. A.; GOMES, C. F. S. A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - um estudo de caso do CEFET-RJ. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264555343_A_evasao_escolar_no_Ensino_Tecnico_entendendo_e_enfrentando_as_dificuldades_-Um_estudo_de_caso_do_CEFET-RJ. Acesso em: 20 jul. 2022.

BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface – comunicação, saúde e educação, 1(2): 139-154, fev., 1998.

BONICI, R. M. C.; JUNIOR, C. F. de A. Medindo a satisfação dos estudantes em relação a disciplina on-line de probabilidade e estatística. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/190.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRAGA, F. das C. A. da S.; MELO, G. C. S.; MARTINS, J. C. A. Metodologias ativas na Educação Profissional e Tecnológica: possibilidades para uma aprendizagem significativa. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA20_ID6194_01102020103525.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

CAPES. Critérios e métodos de avaliação de mestrados profissionais, 2017-2020. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 21 jul. 2022.

CAPES. Documento de área: área 46: ensino. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

CAPES. Documento de área: área 46: ensino. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/ENSINO_ORIENTACOESAPCN_publicar.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

CAPES. Evolução do SNPG no decênio do PNPG 2011-2020. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, Brasília, 2021. Disponível em:

https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022_EvolucaoDoSNPGnoDecenioDoPNPG20112020_ISBNWeb.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

CAPES. Parâmetros para avaliação de mestrado profissional. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 2, n. 4, 11, 2005.

CARA, G. R. B. de; CRUZ, S. R. da; MANHÃES, E. K. Acesso, permanência e êxito dos estudantes: Uma análise das políticas do IFFluminense. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. e023130-e023130, 2023.

CARMO, G. T. do. (Org.). Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

CARMO, G. T. do.; MANHÃES, E. K.; COLA, M. L. T. Pistas sobre a permanência estudantil como virada epistemológica: iniciativas de um Núcleo de Pesquisa por uma sociologia da permanência na educação a partir de Vincent Tinto. (SYN) THESIS, v. 11, n. 1, p. 54-63, 2018. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/54571/35215>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CASTRO, C. de. M. A hora do mestrado profissional. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 2, n. 4, p. 16-23, jul. 2005.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário, v.3, n.3, p.1-20, 2005.

CIAVATTA, M. Ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

CUNHA, L. M. A. da. Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1229>. Acesso em: 16 out. 2023.

DAL-FARRA, R. A.; LOPES, P. T. C. métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação, v.24, n.3, p.67-80, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698/2362>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DE SOUZA, S. L.; ARTUSO, A. R. Abandono, evasão, permanência e êxito na educação Profissional e Tecnológica: Considerações sobre o Estado da Arte de 2015 a 2019. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 6, n. 1, p. 135-149, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/950/916>. Acesso em: 27 set. 2023.

DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o trabalho. Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 2, nº 2. Vitória: IFES, 2018, p. 10-19. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383/343>. Acesso em 21 jul. 2022.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. (2011). Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. Cadernos de pesquisa, 41(144), 770-789. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 jul. 2022.

DORE, R.; SALES, P. E. N. Origem social dos estudantes como contraponto à Evasão e à permanência escolar nos cursos técnicos da Rede federal de educação profissional. In: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. (Org.). Educação 182 Profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017. 344p..

FERREIRA, C. A. L. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. Revista Mosaico, v. 8, n. 2, p. 173-182, 2015. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4424/2546>. Acesso em 21 jul. 2022.

FIALHO, N. H.; HETKOWSKI, T. M. Mestrados Profissionais em Educação: novas perspectivas da pós-graduação no cenário brasileiro. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 63, p. 19-34, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/49135/31734>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FIGUEIREDO, N. G. S; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 25, n. 95, p. 356-392, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Bw8WKpzdP3w8qn5zL68C3sq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.

FRANKENTHAL, R. Entenda a escala Likert e saiba como aplicá-la em sua pesquisa. 2022. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FREIRE, G. G; GUERRINI, D.; DUTRA, A. O Mestrado Profissional em Ensino e os Produtos Educacionais: a pesquisa na formação docente. Porto das Letras, v. 2, n. 1, p. 100-114, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/2658/9381>. Acesso em: 19 jan. 2023.

FREIRE, G. G; ROCHA, Z. de F. D. C.; GUERRINI, D. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR - Londrina: estudo preliminar das contribuições. Revista Polyphonia, v. 28, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/52761>. Acesso em: 28 set. 2023.

FREIRE, P. A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, R. Produtos Educacionais na Área de Ensino da Capes: o que há além da forma? Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n. 2, 2021. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ISSN: 2594-4827. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva, Florianópolis, v. 19, n.1, p.71-87, jan/ jun, 2001.

GARCIA, F. C.; SPESSATTO, M. B. Permanência e êxito sob a perspectiva discente: análise com egressos e evadidos de cursos do IFSC - Tubarão - SC. Professare, v. 12, n. 3, p. e3185 - e3185, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/3185/1588>. Acesso em: 16 jan. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. Áreas de concentração do ProfEPT. 2019. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/areadeconcentracao>. Acesso em: 26 jul. 2022.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. Regulamento de credenciamento de instituições associadas - ProfEPT. 2020. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/regulamentoprofep/16434-credenciamentoia#:~:text=1%C>

2%B0%20ProfEPT%20%C3%A9%20um,Superior%20%2D%20CAPES%20do%20Minist%C3%A9rio%20da. Acesso em 22, jul. de 2022.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. Regulamento Geral do ProfEPT. 2018.

Disponível em:

<https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento2018>. Acesso em: 22 jul. de 2022.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. Regulamento Geral do ProfEP. 2023.

Disponível em:

<https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16478-regulamento2023>. Acesso em: 20 set. 2023.

JOST, I.; RAVASIO, M. T. H. Guia para acolhimento de estudantes ingressantes dos cursos técnicos integrados. 2019. Disponível em:

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/559972>. Acesso em: 20 set. 2023.

KAPLÚN, G. Contenidos, itinerarios y juegos. Tres ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos. Universidad de la República, Montevideo, Uruguay, 2005. En revista virtual Nodos N° 3. Disponível em:

https://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/comeduc2/wp-content/uploads/sites/197/2021/05/contenidos_itinerarios_y_juegos_-_kaplun_1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência do aprendizado. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago 2003, Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 27 jul. 2022.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Ed Vozes; 2011. Disponível em:

http://www.adm.ufrpe.br/sites/ww4.deinfo.ufrpe.br/files/Fundamentos_de_Metodologia_Cienti%CC%81fica.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

LEITE, P. S. C. Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em mestrados profissionais na área de ensino de humanidades. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 1., 2017, Salamanca, ES. Atas[...]. Salamanca, ES: Ludomedia, 2017. p. 847-856. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/140>. Acesso em: 19 jul. 2022.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, M. R. A evasão nos cursos de Agropecuária e Informática / nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006). 2009. 131 p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília, DF, 2009.

Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

MAMEDE, S. Aprendizagem baseada em problemas: características, processos e racionalidade. In: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (Org.). Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 25-48.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. Maria. Técnicas de pesquisa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, M. F. Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade? São Paulo, 2008: Autores Associados.

MARX, K. O capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATOS, M. A. E.; SÁ, C. G. P. As metodologias ativas e a docência para a educação profissional científica e tecnológica. Revista Intersaberes, v. 15, n. 34, 2020.

Disponível em:

<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1799>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2021.

MEC. Histórico da Rede Federal de EPT. Portal do Ministério da Educação na internet, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 10 jul. de 2022.

MEC. Instituições da Rede Federal. Portal do Ministério da Educação na internet, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 10 jul. de 2022.

MEC. Nota Informativa n.º 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho de 2015. Informa e orienta as instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Brasília, DF, Brasil: MEC/SETEC, 2015. Disponível em: <http://ctur.ufrrj.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MEC. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha - Indicadores de Gestão 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MEC. Portaria Normativa/MEC n.º 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/217-noticias/1207656570/14851-nova-portaria-c-orrige-normas-sobre-mestrado-profissional>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MEC. Portaria Normativa/MEC n.º 7, de 22 de junho de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_mestrado_profissional1.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

MEC. Portaria Normativa/MEC n.º 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Disponível em:

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-389-2017-03-23.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MEC. Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 10 jul. de 2022.

MIRANDA, J. L. de S. Assistência estudantil e seu papel na permanência e êxito escolar: percepções dos estudantes do ensino médio integrado. Mossoró, RN, 2022. 160 f. Dissertação de Mestrado – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11905668. Acesso em: 20 set. 2023.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. de. As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: IPEA, 2019. 50 p. (Série Documental). Textos para Discussão, 45.

Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3884/3560>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MORAN, J. Mudando a educação com Metodologias Ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. 2015. Vol..III. Foca Foto-PROEX/UEPG.

MOREIRA, L. K. R.; LAMBERT, A. S.; CASTRO, R. C. A. M. Educação profissional e tecnológica: permanência e evasão em foco. Revista Brasileira de Educação e Saúde, Pombal, v. 8, n. 4, p. 48-53, 2018.

MOREIRA, M. A. O Mestrado (profissional) em ensino. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 1, n. 1, 11, 2004.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, A. A. B. Metas da atual gestão. Infocapes, Brasília, v. 3, n. 1-2, p.14-18, jan/jul, 1995.

NEVES, A. A. B. Portaria n.º 47 de 17 de outubro de 1995. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 2, n. 4, 11.

NEVES, A. A. B. Portaria n.º 80, de 16 de dezembro de 1998. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 2, n. 4, 11.

OLIVEIRA, H. D. F. de. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. Revista Eixo, v. 10, n. 1, p. 46-52, 2021. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/809>. Acesso em: 20 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. H. de. Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert. Notas de aula. Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração. Mestrado em Adm. e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA: Varginha, 2005.

PACHECO, E. Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PAIVA, J; SALES, S. R. As muitas invenções da EJA. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 22, n. 58, 2014. Dossiê Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/08/as-muitas-invencoes-da-eja-sandra-regina-sales-e-jane-paiva.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. Educitec, Manaus, v. 04, n. 07, p. 106-120, jun. 2018.

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Unesp; Cultura Acadêmica. 2009. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/mariacristina.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino Médio Integrado. In: ARAÚJO, R; TEODORO, E. (Org.). Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública. Belém: SEDUC-PA, v., p. 144-182, 2009.

RAMOS, M. História e política da educação profissional. Curitiba: IFPR-EAD, 2014.

RIBEIRO, R. J. O Mestrado profissional na política atual da Capes. RBPG, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. V.; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. Actio, [S.], v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

SANTOS, D. B. R.; TENÓRIO, R. M. (2009). Políticas Públicas de Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior: Um debate em curso. Cadernos ANPAE, 8, p. 1/11. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/83.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SANTOS, D. B. R.. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Bahia, BA. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003.

SILVA, A. M. S. Sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 8, n. 16, p. 130-141, 2018. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/535>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SILVA, K. C. B.; SOUZA, A. C. R. de. MEPE: metodologia para elaboração de produto educacional. Instituto Federal do Amazonas (IFAM). 2018. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/355>. Acesso em: 24 jan. 2023.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação Por Escrito*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan-jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SILVA JÚNIOR, S. D.; COSTA, J. F. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase completion. *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia - PMKT*, São Paulo, v.15, p.1 - 16, out. 2014. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2022/01/1_Mensuracao-e-Escalas-de-Verificacao-uma-Analise-Comparativa-das-Escalas-de-Likert-e-Phrase-Completion-1.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

SILVA, A. L.; SÁ, M. R. MESTRADO PROFISSIONAL: cenários e singularidades em intervenções na educação. *PLURAIS - Revista Multidisciplinar*, v. 1, n. 1, p. 59-71, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/2302>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, C. N. N.; ARAÚJO, P. A. de.; FROIS, R. R. de S.; GUIMARÃES, V. P. A. Determinantes metodológicos que entram na configuração dos mestrados profissionais no Brasil. In: SILVA, C. N. N.; ROSA, D. S.; FERREIRA, M. R. G. A metodologia da pesquisa em educação profissional e tecnológica. Brasília: Nova Paideia, 2022. p. 123-142.

SILVA, R. A.; ALMEIDA, M. do. S. R. de. O. de. Reflexões sobre permanência e êxito nos Institutos Federais. Macapá, EDIFAP, 2021, 312 p.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, 10 (2), p. 1396 – 1416. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348932938_Analise_de_conteudo_em_pesquisa_qualitativa_modos_de_pensar_e_de_fazer. Acesso em: 29 dez. 2023.

SOUZA, L. L. N; Araújo, W.P. Guia para a realização da oficina pedagógica. Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2020. 63 p.

SOUSA, M. C. Quando professores que ensinam matemática elaboram produtos educacionais, coletivamente, no âmbito do mestrado profissional. *Bolema*, Rio Claro, v. 27, n. 47, p. 875-899, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/frtPy5vrNFLMBvvpRQCY9rH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SPAGNOLO, F. Novas visões sobre o mestrado. In: USP – Pró-reitoria de pós-graduação. Mestrado USP: Retrospectivas e Perspectivas. São Paulo, USP, 1999, p. 29-30.

TAKAHASHI, A. R.; VERCHAI, J. K; MONTENEGRO, L. M.; RESE, N. Mestrado profissional e mestrado acadêmico em administração: convergências, divergências e desafios aos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 11, n. 4, p. 551-578, 31 dez. 2010. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/129>. Acesso em: 30 nov. 2022.

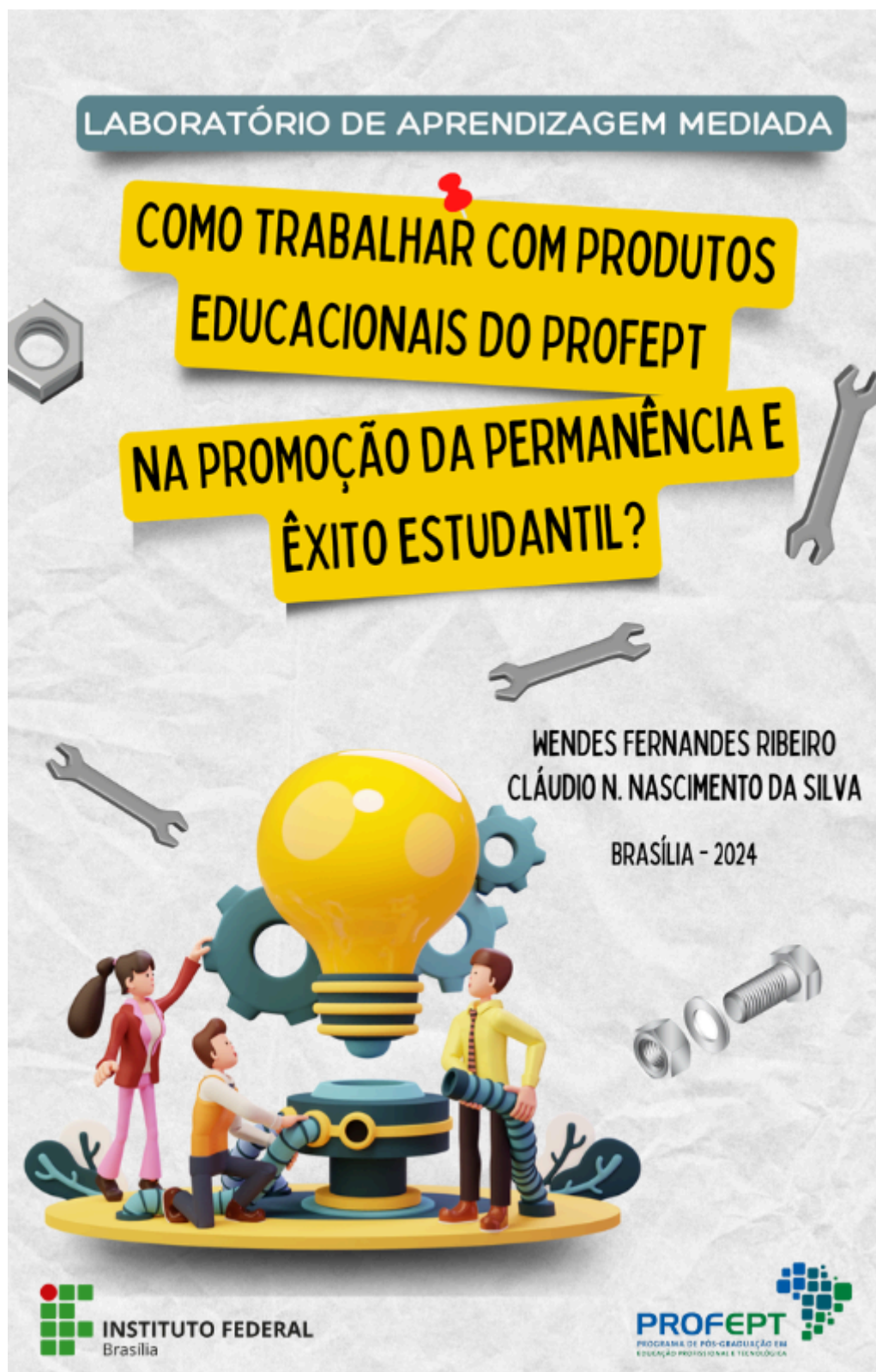
The Jamovi project (2022). *Jamovi*. (Version 2.3) [Computer Software]. Disponível em: <https://www.jamovi.org>. Acesso em: 07 set. 2023.

URBANETZ, S.T.; LOPES, E.C.; BETTONI, V. O mestrado profissional em educação profissional e tecnológica (PROFEPT) e o significado dessa oferta de formação em pós-graduação no Brasil. *Movimento-Revista de Educação*, Niterói, ano 7, n. 14, p. 124-138, 2020.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. de.; GERALDINI, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. *Revista diálogo educacional*, v. 17, n. 52, p. 455, 2017.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em Administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5335/533556754005.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL



DESCRIÇÃO TÉCNICA

Origem do Produto: Dissertação de Mestrado "A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil: uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT".

Área de Conhecimento: Ensino.

Finalidade: Fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, numa perspectiva significativa nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Público-alvo: Comissões de Permanência e Êxito Estudantil, na condição de multiplicadores, podendo o produto ser colocado em prática com profissionais de outros departamentos.

Categoria: Oficina.

Estruturação do Produto: O produto está organizado da seguinte forma: primeiro é feita uma apresentação sobre o produto educacional, seus objetivos e metodologia adotada; num segundo momento é feita uma exposição teórica sobre o tema; o terceiro momento traz o detalhamento do roteiro do laboratório de aprendizagem mediada; e por último, uma breve sistematização da avaliação do produto e as considerações finais.

Registro do Produto/Ano: Biblioteca do IFB - Campus Brasília, 2024.

Avaliação do Produto: Servidores técnicos e docentes que compõem Comissões de Permanência e Êxito Estudantil na Rede Federal de EPT.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital.

Instituição Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB.

URL: <https://profept.ifb.edu.br/>

Idioma: Português.

Cidade: Brasília.

País: Brasil.



SOBRE OS AUTORES

Wendes Fernandes Ribeiro

Autor



Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Licenciado em História e Pedagogia, Especialista em Gestão e Orientação Educacional e em Atendimento Educacional Especializado. Servidor Técnico Administrativo no Instituto Federal de Brasília.

Cláudio Nei Nascimento da Silva

Orientador



Pedagogo, Mestre em Educação, Doutor em Ciência da Informação. Professor efetivo do Instituto Federal de Brasília - IFB. Atua como docente e Coordenador Local do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Instituto Federal de Brasília.



RESUMO

O roteiro do Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil? é resultado da pesquisa intitulada "A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil: uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT" e objetiva fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, numa perspectiva significativa nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT. O produto está estruturado da seguinte forma: primeiro apresentamos o produto, seu objetivo geral e a metodologia adotada; num segundo momento é feita uma exposição sobre os principais pressupostos teóricos da pesquisa; o terceiro momento traz o detalhamento do roteiro do laboratório de aprendizagem; e por último, uma breve sistematização da avaliação do produto e as considerações finais. Espera-se que, com esta iniciativa, os profissionais da EPT compreendam os produtos educacionais como elemento significativo para a promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT.

Palavras-chave: Produtos Educacionais. Permanência e Êxito Estudantil. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The script for the Mediated Learning Laboratory: how to work with ProfEPT educational products to promote student retention and success? is the result of research entitled "ProfEPT's educational production in strategies to promote student retention and success: a proposal for the meaningful use of educational products in the Federal EPT Network" and aims to promote knowledge and access to ProfEPT's educational production, in a significant perspective in strategies to promote student retention and success in the Federal EPT Network. The product is structured as follows: first we present the product, its general objective and the adopted methodology; secondly, a presentation is made on the main theoretical assumptions of the research; the third moment details the learning laboratory itinerary; and finally, a brief systematization of the product evaluation and final considerations. It is hoped that, with this initiative, EPT professionals will understand educational products as a significant element in promoting student retention and success in the Federal EPT Network.

Keywords: Educational Products. Permanence and Student Success. Federal Network of Professional and Technological Education.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
1.1 OBJETIVO.....	7
1.2 METODOLOGIA.....	7
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1 PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EPT.....	10
2.2 MESTRADO PROFISSIONAL: O PROFEPT.....	16
2.3 CONCEITUAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL.....	18
3. ROTEIRO DO LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM.....	21
3.1 ESTRUTURA E ETAPAS.....	22
4. SISTEMATIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	27



Foto: google.com.br

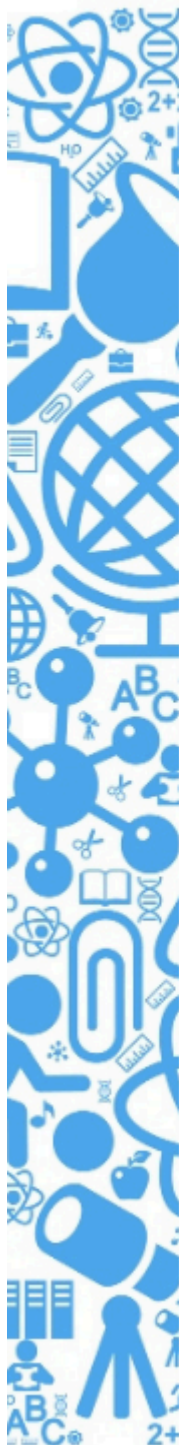
APRESENTAÇÃO

Este produto educacional (PE) foi desenvolvido como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica e faz parte da pesquisa de mestrado intitulada “A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil: uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília - IFB.

Com o propósito de dialogar sobre a potencialidade da produção educacional do ProfEPT nos processos educativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a pesquisa está inserida na Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT; no Macroprojeto 06, que “abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT” (IFES, 2018).

Conforme as categorias de PEs da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022), este produto trata-se de uma oficina pedagógica, denominada de “Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?”, surgindo como um instrumento capaz de estreitar a comunicação da RFEPCT com os produtos educacionais desenvolvidos no ProfEPT, numa perspectiva significativa para a promoção da permanência e êxito estudantil.

O produto foi avaliado pelos membros das Comissões de Permanência e Êxito Estudantil da Rede Federal que participaram da pesquisa.





O roteiro do laboratório está organizado em quatro partes: primeiro traz a apresentação do produto educacional, seu objetivo geral e a metodologia adotada; num segundo momento é feita uma exposição teórica sobre a dimensão de permanência e êxito estudantil na EPT e sobre os conceitos e as características do ProfEPT e de produtos educacionais (PEs); o terceiro momento traz o detalhamento da organização do laboratório de aprendizagem mediada, sua estrutura e os elementos necessários para sua aplicação; e por último, uma breve sistematização da avaliação do produto e as considerações finais.

Com esta proposta espera-se que os profissionais da EPT compreendam a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT como elemento significativo nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil. Tendo em vista que um material educacional não é apenas um objeto para transmitir informações, mas, a depender do contexto, “facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizagem. Quer dizer: uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido.” (Kaplún, 2005, p. 1, tradução nossa).





OBJETIVO

Este produto educacional tem por objetivo fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, numa perspectiva significativa, nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT.

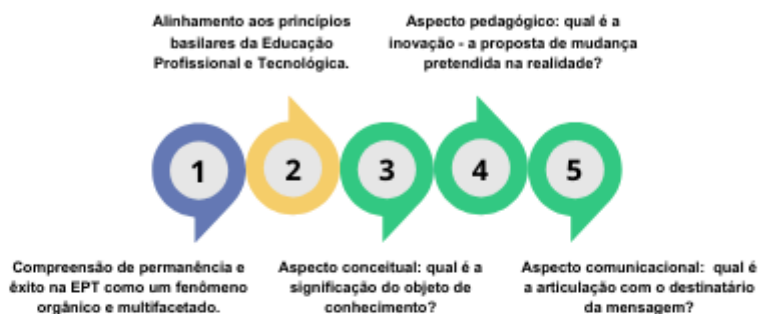
METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste produto educacional foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada, com função exploratória e uma abordagem de análise mista, onde foram considerados tanto aspectos qualitativos como quantitativos.

Foi feito um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema e a coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionário com perguntas baseadas na Escala de Likert aos membros das Comissões de Permanência e Êxito Estudantil da RFEPCT. Essa etapa alcançou 229 respondentes e desse quantitativo foi definida a população para aplicação do produto educacional, mediante manifestação dos participantes via questionário.

A partir dos resultados da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível realizar uma pesquisa no Observatório ProfEPT, com o propósito de analisar qualitativamente os produtos educacionais que mais se aproximam da dimensão de permanência e êxito estudantil, no período de 2018 a 2022. Essa fase permitiu delinear uma proposta contendo cinco parâmetros para nortear a avaliação de produtos educacionais, conforme a imagem a seguir:

Parâmetros para avaliação de produtos educacionais para permanência e êxito na EPT



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Acredita-se que os parâmetros delineados, quando articulados e contextualizados com o objetivo pretendido, surgem como um instrumento capaz de uma análise crítica e consciente sobre a produção do ProfEPT, pretendendo compreender sua contribuição nos processos educativos da Rede Federal de EPT.

Os resultado da pesquisa no Observatório do ProfEPT foram consolidados numa única planilha, disponível no link: [Produtos Educacionais do ProfEPT para Permanência e Êxito \(2018 - 2022\)](#).

Sugerimos a leitura da dissertação que originou esta proposta, analisando os resultados e as discussões promovidas na investigação, de modo a contribuir para uma melhor interpretação e utilização deste produto educacional.





CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), a Educação Brasileira tem como um de seus princípios a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (Brasil, 1996), de modo que as instituições que promovem Educação Profissional e Tecnológica também devem cumprir com esse preceito, comprometendo-se com a necessidade de promoção de permanência e êxito de seus estudantes, para o alcance de resultados expressivos no cumprimento de sua função.

A RFEPT, compromissada com a formação integral, em que o trabalho se apresenta como princípio ontológico e educativo, pilar de uma educação que favoreça uma ação transformadora na realidade do sujeito e sua emancipação no meio social (Moura, 2007; Ramos, 2014; Pacheco, 2015), enfrenta condições nada agradáveis no tocante à permanência e ao êxito de seus estudantes, o que reflete consideravelmente no crescente percentual de evasão e de retenção escolar.

Essa situação é mais evidente quando analisamos o período de expansão da RFEPT, a partir dos anos 2000, momento em que houve o aumento da oferta e das vagas em cursos técnicos em todo o território nacional (MEC, 2022). Analisando dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP)¹ (MEC, 2022), no período de 2017 a 2022, em toda a Rede Federal de EPT, o número de alunos ingressantes foi de 3.590,713, já o número de alunos concluintes, no mesmo período, foi de 1.919,117. Percebe-se, que não há um equilíbrio quando comparamos o cenário de ingressantes e o de concluintes. Dessa forma, dada a realidade, é imperioso que a RFEPT desenvolva políticas e estratégias voltadas para a permanência e o êxito de seus estudantes.

No cenário de desenvolvimento e consolidação de uma EPT fundamentada na indissociabilidade entre teoria e prática, em 2017 tem-se o

¹ A PNP foi iniciada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de EPT (MEC, 2022).



início do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), objetivando uma formação especializada em EPT aos profissionais da educação de todo o país, onde a produção científica e educacional desenvolvida neste programa se mostram como recursos efetivos nos processos da EPT, contribuindo para aproximar as práticas educativas da Rede Federal com os fundamentos filosóficos que sustentam sua criação.

Nesse sentido, ao problematizar a atuação da Rede Federal de EPT e a contribuição do ProfEPT, por meio de sua produção educacional, no contexto da permanência e êxito estudantil, propõe-se uma pesquisa a partir da concepção do método Materialismo Histórico e Dialético, proposto por Karl Marx (1818-1883), em que o exercício de reflexão do processo histórico da RFEPT e sua função institucional promotora de EPT, fornecerá meios para a compreensão do presente e possibilidades de criação de novas narrativas, para a superação da realidade de então.

PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EPT

Definição de permanência e êxito segundo o dicionário on-line de língua portuguesa Priberam (2023):



Fonte: google.com.br

Permanência:

Ato de permanecer. Estado de permanente. Estabilidade, duração firme, constância, perseverança.

Êxito:

Saída, fim, termo. Resultado de uma ação. Resultado feliz = triunfo ≠ fracasso.



Fonte: google.com.br



Para a fundamentação teórica da pesquisa e a elaboração deste produto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental no que tange às concepções sobre os conceitos em torno de permanência e êxito na educação, como parte da dissertação da pesquisa. De modo que, podemos destacar quatro dimensões que envolvem e perpassam esse processo: a dimensão político-institucional, que se refere às questões de ordem geral institucional, como gestão e administração; a dimensão pedagógica, que se ocupa de fatores pedagógicos, como currículo e processo de ensino-aprendizagem; a dimensão socioeconômica, que se volta para as condições sociais, econômicas e financeiras do estudante; e a dimensão comportamental, que corresponde aos aspectos inerentes ao próprio ser humano, mas que também podem ser construídos e desenvolvidos em coletivo, como sentimentos, autonomia, motivação - os fatores de ordem psicológica e afetiva são considerados nesta dimensão.

Permanência e êxito na legislação brasileira

A Educação Pública é definida na Constituição Federal de 1988 (CF/88), como um dos direitos sociais do cidadão e como dever do Estado e da família, esse direito deve consolidar-se na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa humana, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Porém, na história da educação brasileira, nem sempre o Estado esteve presente ou se mostrou responsável por essa garantia.

Somente com o advento da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), reformulando as diretrizes e bases da educação nacional, o Governo assumiu completamente a educação como tarefa de sua competência. A LDB/1996 é a primeira lei promulgada desde 1961 que trata da educação de forma geral e discute amplamente sobre o sistema escolar, determinando a definição da política educacional como tarefa de competência do Governo Federal, em colaboração com Estados e municípios (Piana, 2009).

Compreende-se a LDB/1996 como a maior iniciativa da Educação e, nela podemos observar a necessidade e a obrigatoriedade das instituições de ensino promover a permanência e êxito aos estudantes. En-



tretanto, segundo Oliveira (2021), ao analisá-la, sobre esses aspectos, observamos a expressão como ideia ou conceito ainda de forma pulverizada no texto.

Desse modo, conforme salienta o autor, é possível identificar que há parâmetros estabelecidos na legislação da educação brasileira, contudo, eles ainda são incipientes e com uma concretização lenta (Oliveira, 2021). E mesmo que a institucionalização das cotas, com a Lei n.º 12.711/2012, buscando democratizar o acesso nas universidades e instituições federais de ensino técnico por grupos historicamente excluídos, foi um passo necessário e fundamental, ainda assim isso “não impede ou desobriga outras ações de fortalecimento do acesso à educação superior e profissional, pois fatores sociais ainda precisam ser considerados para que o acesso seja efetivo” (Oliveira, 2021, p. 48). Salientando que, agora, o foco deve ser redirecionado para as discussões que se voltam para a permanência e o êxito, já que o acesso ganhou forças com a Lei de Cotas (Oliveira, 2021).

É importante destacar que o Plano Nacional de Educação, Lei n.º 13.005/2014, também insere-se como uma das políticas públicas de relevância para a educação. Trata-se, de um conjunto de ações planejadas e propostas pelo governo, para um período de dez anos (2014-2024), como política de desenvolvimento da educação, que visam contribuir para sua qualidade, sendo perceptível também sua utilização para promover e fortalecer o tripé: acesso, permanência e êxito estudantil (Oliveira, 2021).

No ano de 2015, a Nota Informativa 138/2015, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (SETEC), buscou incentivar os Institutos Federais (IFs) na definição de políticas e ações estratégicas, com medidas para a permanência e êxito na EPT. Recomendando que cada IF precisa desenvolver um plano estratégico, com metas e ações alinhadas ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Também foi apresentada uma proposta metodológica onde a Comissão de Permanência e Êxito local se apresenta como parte substancial dos trabalhos.

Com isso, a RFEPCCT reconhece sua função para além de da expansão, fazendo-se “necessária a adoção de medidas que promovam permanência e êxito dos estudantes e a inserção socioprofissional dos egressos” (MEC, 2015, p. 2). Assim, compreende-se esse documento como



"um importante marco institucional para o fortalecimento do conceito de permanência e êxito na educação brasileira" (Oliveira, 2021, p. 50).

Outro importante documento é a Resolução CNE/CP n.º 1, de 05/012021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT, demonstrando a preocupação da educação com a necessidade de promoção da permanência e êxito, que deve ser definida a partir de suas finalidades.

Podemos constatar que, na História da Educação Brasileira as políticas públicas para a educação como um direito social somente veio acontecer nas últimas décadas e que advento da LDB/1996 representa parte importante nesse processo. No entanto, "apenas admitir a educação como direito fundamental não é suficiente. É necessário concretizar e promover ações que permitam a garantia desse direito" (Brasil, 2015, p. 2), pois, mesmo que existam normativos e documentos que sinalizam preocupação com permanência e êxito estudantil, ainda é preciso mais clareza sobre como fazer.

Permanência e êxito na literatura brasileira atual

No campo científico sobre permanência e êxito, as pesquisas se dedicaram majoritariamente em torno da compreensão do fenômeno da evasão em si para identificar as variáveis que culminam no abandono da escola pelo estudante. Carmo, Manhães e Cola (2018) afirmam que há uma "diferença abissal entre as quantidades de publicações sobre evasão e permanência na educação" (Carmo; Manhães; Cola, 2018, p. 55).

Bastos e Gomes (2014), ao realizarem uma pesquisa nos cursos técnicos concomitantes do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) Rio de Janeiro, identificaram que dentre as principais causas apontadas pelos estudantes evadidos estão: desmotivação ou desinteresse, necessidade de trabalhar e professores despreparados. Com isso é possível perceber, que a evasão é o resultado de uma série de fatores, que estão ligados à comunidade escolar e também à vida pessoal e familiar do estudante. Outros fatores também são apontados pelos pesquisadores do tema, como currículo inadequado, dificuldade no processo de aprendizagem, fatores socioeconômicos, dentre outros.



Silva Filho e Araújo (2017, p. 43) consideram "três dimensões conceituais indispensáveis à investigação da evasão escolar: (i) níveis de escolaridade em que esta ocorre; (ii) tipos de evasão como descontinuidade, retorno, não conclusão definitiva; (iii) razões que motivam a evasão". Os autores consideram que a evasão "não têm uma origem definida e por isso não terá um fim por si só" (Silva Filho; Araújo, 2017, p. 38-39), assim, um conjunto de fatores internos e externos à escola levam o estudante a abandonar a sala de aula, caracterizando assim a evasão.

Para Machado (2009), a evasão é acontece quando o estudante deixa de frequentar as aulas e as demais atividades, abandonando a escola. De Souza e Artuso (2022) salientam que o abandono denuncia falhas de um sistema educacional e da sociedade, acarretando prejuízos como investimento público mal-empregado ou não utilizado, contribuindo, então, para as desigualdades socioeconômicas, a partir dessa educação falha.

Em vista disso, segundo Machado (2009), é preciso repensarmos sobre a evasão, permitindo uma análise crítica de todo seu processo, para identificar suas causas e buscar as intervenções antes de sua concretização. Por conseguinte, "é necessário sensibilidade para se compreender a complexidade das relações entre os diferentes atores envolvidos no fenômeno, bem como um profundo entendimento de seu universo e das condições dessas relações" (Machado, 2009, p. 36).

Desse modo, percebe-se que a compreensão de permanência e êxito apenas pelo contexto da evasão, está sendo substituída pela concepção de um processo contínuo e coletivo de formação omnilateral. Mas não excluindo o fenômeno da evasão como parte investigativa no processo, porém esta deve ser vista, agora, sob um novo viés.

Para os estudiosos e pesquisadores que se voltam para o novo modelo de pensar permanência e êxito no contexto da educação, permanecer "aproxima-se da ação de resistir, da ação de se fortalecer e ser fortalecido, para que o objetivo maior seja alcançado, ou seja, o êxito" (Oliveira, 2021, p. 49). Trata-se de uma busca institucional, por diferentes olhares e a partir de novos ângulos, almejando uma intervenção para que o estudante busque ficar na instituição (Carmo; Manhães; Cola; 2018).

Dessa maneira, "apostar em pesquisas sobre a permanência tem significado explorar um campo frutífero de discussões, ações e decisões no



sentido de se garantir o direito a uma educação de qualidade para todos" (Carmo; Manhães; Cola, 2018, p. 54). Propõe-se, assim, uma "virada epistemológica", ou seja, uma diferença epistemológica significativa entre a abordagem que estuda a permanência escolar e a que se debruça sobre a evasão, pura e simples, como objeto de pesquisa. Desse modo, os autores apresentam três pistas fundamentais iniciais para o processo de permanência e êxito:

- **A centralidade da sala de aula:** espaço em que docentes e discentes estão em contato mais próximo, permitindo aos alunos vivenciar o processo de aprendizagem, recebendo estímulos de sentido ao que está sendo estudado.
- **O primeiro ano crítico:** trata-se do suporte necessário ao aluno no primeiro ano de curso, momento em que a instituição necessita acolher e promover uma escuta sensível junto ao estudante.
- **O envolvimento do estudante:** nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo que aluno seja envolvido e sinta-se pertencente à instituição, participativo nos processos educativos, colaborando para sua formação integral e no desenvolvimento de uma consciência crítica enquanto cidadão (Carmo; Manhães; Cola; 2018).

Aproximando tais conceitos com a EPT, conforme aponta Dore *et al.* (2017), o aumento da oferta de sua oferta nos últimos anos, ampliando as possibilidades dos jovens no mundo do trabalho, contribuiu para democratizar o acesso à educação pública, porém, o número de abandono também se intensificou. Mostrando, com isso, a necessidade de pensar a permanência e o êxito desses estudantes por meio de um processo que considere seu ingresso, sua permanência e seu sucesso ao final do percurso educativo.

Consciente da necessidade de uma educação pautada em compromisso social, pensada para a omnilateralidade, urge a necessidade de superação do modelo hegemônico de educação. Significa, portanto, "pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos" (Pacheco, 2015. p. 22). Assim, a responsabilidade com permanência na Rede Federal evidencia-se imprescindível para um processo de ensino e aprendizagem exitoso, pretendendo a melhoria dos níveis de qualidade da educação.



MESTRADO PROFISSIONAL: O PROFEPT

Os Mestrados Profissionais (MPs) surgiram na década de 90, num cenário de crescente demanda por formação profissional e tecnológica no país, tendo em vista as transformações sociais e econômicas do período. Conforme apontado por Fialho e Hetkowski (2017), surgem como modalidade de oferta da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil para estudantes já graduados, a ser ofertado por instituições de ensino superior credenciadas ao MEC e recomendada pela CAPES. Possuindo, assim, características próprias, numa perspectiva diferente dos Mestrados Acadêmicos (MAs), uma vez que neste os resultados da pesquisa, de cunho teórico, se limita a um pequeno grupo ou ideais da Academia; já no MP tem-se a intencionalidade intervenção direta da pesquisa na sociedade, ou seja, é uma pesquisa com geração de conhecimento para aplicação prática e imediata no e para o ambiente onde ela se passa.

Ribeiro (2005), afirma que no MA tem-se a pesquisa enquanto formadora de um pesquisador a longo prazo, para a academia; já no MP o objetivo é formar um pesquisador por meio de um alto nível de qualificação, de modo que este possa se reconhecer e identificar seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, para além da academia, agregando valor às suas atividades pessoais ou sociais, onde o produto final é um ponto diferencial entre eles. Conforme Castro (2005), no Mestrado Profissional deve-se buscar o equilíbrio entre o acadêmico e o profissional, para incentivar a valorização de um perfil com propósitos de atendimento às novas exigências socioeconômicas.

Para Silva *et al.* (2022), os MPs visam suprir lacunas na formação superior em pós-graduação stricto sensu, qualificando profissionais para atuarem diretamente no mundo do trabalho, no qual sua práxis permeia por um aspecto inovador e transformador. Assim, podemos observar que a grande diferença entre MP e MA está na proposta curricular, na gênese de sua estrutura pedagógica e formativa, em que o MP concebe o papel histórico e social do ser humano como parte indissociável de sua qualificação, num exercício dialético entre história e realidade, impulsionando pretensões revolucionárias e imediatas no meio social.



Então, nesse cenário de crescente demanda e oferta de MPs, a RFEPECT, por meio da Resolução do Conselho Superior n.º 161/2016, de 16 de setembro de 2016, confirma sua necessidade de qualificar os profissionais da rede, bem como profissionais de outras áreas por meio de um programa de MP, dando início ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na Área de Ensino da CAPES, coordenado nacionalmente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), com Instituições Associadas que compõem a RFEPECT em todo o território nacional.

O objetivo do ProfEPT é proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, incentivando a produção de conhecimentos e integrando teoria e prática como, por exemplo, o desenvolvimento de produtos educacionais. Sendo o trabalho seu princípio educativo e a pesquisa seu princípio pedagógico, compreendendo educação em espaços formais e não formais “por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (IFES, 2023).

O programa possui duas linhas de pesquisa: Práticas Educativas em EPT e Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT. Possui característica específica na destinação de suas vagas, distribuídas em 50% para servidores pertencentes ao quadro da RFEPECT e 50% para a comunidade geral, onde cada IA possui sua organização e coordenação a respeito do sistema de reserva de vagas e cotas previstos na legislação, sendo o processo seletivo por meio do Exame Nacional de Acesso.

Segundo a regulamentação dos MPs na área de ensino, além da Dissertação, o desenvolvimento de um produto educacional com aplicabilidade para a sociedade, de acordo a tipologia definida pela CAPES, é um requisito obrigatório para obtenção do título de mestre no ProfEPT.

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, entre outros. A dissertação deve incluir necessariamente o relato fundamentado da aplicação do produto educacional desenvolvido (CAPES, 2022, p. 5).



Conforme o repositório de PEs Observatório ProfEPT, de 2018 a 2022 o programa desenvolveu 1368 produtos, registrados e publicados. Todavia, o desenvolvimento de um recurso educacional deve considerar sua característica intervencionista no meio social em que se passa a pesquisa, ou seja, deve ter como finalidade proporcionar uma ação transformadora na sociedade. Nesse sentido, precisamos compreender as características de um produto educacional, suas dimensões e seus pressupostos teóricos.

CONCEITUAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL



Foto: Casva.com

Sabe-se que, num mestrado profissional na área de ensino, o desenvolvimento, a aplicação, a avaliação e a validação de um produto educacional também é requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre, devendo esses produtos estabelecer um diálogo com a sociedade, agindo na realidade dos sujeitos, alcançando elementos para a construção de possibilidades para uma transformação desse meio.

Assim, “deve considerar, sobretudo, seus resultados específicos, ou seja, o valor agregado ao aluno pelo curso” (Ribeiro, 2005, p. 15).

Segundo a compreensão da CAPES em torno de um produto educacional na Área de Ensino, trata-se de uma produção técnica/tecnológica, compreendida como produtos e processos educacionais para utilização no contexto da educação, em espaços formais e não formais (CAPES, 2022).

Um produto educacional pode ser categorizado como: (i) Material didático/instrucional (propostas de ensino, sequências didáticas, propostas de intervenção...); (ii) Curso/Oficina de Formação Profissional; (iii) Tecnologia social (equipamentos; metodologias...); (iv) Software/Aplicativo (plataformas virtuais, programas de computadores...); (v) Eventos organizados (exposições científicas, olimpíadas, feiras...); (vi) Acervo (curadoria de mostras e exposições...); (vii) Produto de comunicação (mídia, programa de rádio ou TV...); (viii) Manual/Protocolo (guia de instruções, protocolo tecnológico); (ix) Carta, mapa ou similar (CAPES, 2022).



Na perspectiva de Kaplún (2003), um material educativo deve ser um objeto facilitador da experiência de aprendizado ou uma experiência orientada para o aprendizado. No entanto, por mais simples que essa definição pareça, ela se converte em várias consequências e a que mais nos importa, segundo o autor, é aquela que diz que um PE não é um mero objeto de informação, e sim, “em determinado contexto, algo que facilita e apoia [...] uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes” (Kaplún, 2003, p. 46).

Nesse entendimento, para análise e construção de mensagens educativas é preciso considerar três eixos temáticos: Conceitual, Pedagógico e Comunicacional.

O primeiro se refere aos conteúdos, sua seleção e organização. A construção do segundo implica uma análise dos destinatários da mensagem, propondo identificar suas ideias construtoras e os possíveis conflitos conceituais a provocar. Finalmente, o eixo comunicacional propõe, através de algum tipo de figura retórica ou poética, um modo concreto de relação com os destinatários. O eixo pedagógico é o articulador dos outros dois, embora a relação entre eles seja dinâmica e de mútua interdependência (Kaplún, 2003, p. 60).

De modo similar, Area Moreira (2010) defende três dimensões específicas dessa construção: Dimensão Semântica, Dimensão Pragmática e Dimensão Sintática. Consoante, para Silva *et al.* (2022), no MP há uma relação dialética de compreensão da realidade e uma intencionalidade de mudança dessa realidade por meio dos PEs. Os autores, aproximando a pesquisa dos MPs ao método do Materialismo Histórico e Dialético proposto por Karl Marx (1818-1883), defendem três determinantes metodológicos para o contexto: o caráter intervencionista; o método de abordagem crítico; e o caráter epistêmico da pesquisa aplicada.

Conforme Leite (2017, p. 2), o Materialismo Histórico e Dialético pode contribuir para “fomentar reflexões acerca da realidade e, em especial, colaborar com o modo de conduzir pesquisas no campo da educação realizadas em âmbito *stricto sensu* e, de modo específico, nos mestrados profissionais na área de ensino”.

Pasqualli, Vieira e Castaman (2018, p 116), acreditam que um PE deve ser fundado “com foco específico em um projeto pedagógico, orientado por conhecimentos e habilidades voltados para a prática profissional e avanço tecnológico”.



Assim sendo, essa produção científica deve pretender a formação profissional para além da academia, permitindo a esses profissionais utilizar os resultados da pesquisa de modo a agregar valor à própria realidade, por meio da análise crítica-reflexiva de sua práxis profissional, contribuindo com o desenvolvimento da produção tecnológica (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018).

Nessa perspectiva, ao considerarem o caráter inovador desses recursos, Rizzatti *et al.* (2020, p. 11), ressaltam que “a inovação (tecnológica, educacional e/ou social) no ensino está atrelada a uma mudança de mentalidade e/ou a um modo fazer de educadores, gestores, alunos e egressos”. Por isso, é necessário compreender que essa produção não se limita ao desenvolvimento de meros artefatos para a qualificação ou obtenção de um título ao final de um curso. É preciso ampliar mais o debate sobre a inovação, a aplicação e os impactos dessa produção, com vistas ao compartilhamento do conhecimento acumulado sobre esses produtos, pela Área de Ensino, nas últimas duas décadas (Rizzatti *et al.*, 2020).

Nesse sentido, mesmo que a discussão sobre a compreensão e a caracterização de produtos educacionais tenha avançado nos últimos anos, pela Área de Ensino da CAPES, “precisamos continuar os debates para irmos adiante, buscando aprimorar critérios que possam cada vez mais ajudar a elaborar recursos e processos pedagógicos que possam contribuir para melhorias em processos de ensino e de aprendizagem” (Freitas, 2021, p. 6).

Entretanto, conforme Freire, Rocha e Guerrini (2017, p. 380), “na materialização dos produtos educacionais, o pesquisador e o público que dele se utiliza, precisam compreender que esses produtos não são receitas acabadas do como fazer (ensinar), mas ferramentas que indicam caminhos a serem percorridos”. Sendo assim, um produto educacional, além das características aqui apresentadas, deve considerar seu caráter inovador, bem como as mudanças e as adaptações necessárias, a depender do cenário e do público que se pretende alcançar.

Destarte, este PE pretende ser um possível instrumento de aproximação, monitoramento e verificação da efetividade da produção do ProfEPT nos processos da RFEPCT, pois, constatada a notável contribuição desses recursos nessa realidade, o programa alcança seu propósito.



ROTEIRO DO LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM

TÍTULO:	Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?
PÚBLICO:	Comissões de Permanência e Êxito Estudantil, na condição de multiplicadores.
OBJETIVO:	Fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, numa perspectiva significativa, nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT.
CATEGORIA:	Oficina.
MEIO DE APLICAÇÃO:	On-line, pela plataforma Google Meet.
DURAÇÃO:	6 horas, organizadas em 2 dias.
PUBLICAÇÃO:	Roteiro de oficina.

PREPARATIVOS PARA A APLICAÇÃO



Este laboratório de aprendizagem foi planejado e organizado para ser aplicado e reproduzido com as adaptações e atualizações que se fizerem necessárias, considerando o contexto de cada instituição e/ou o perfil do público desejado. Sendo crucial a presença de um mediador, de modo a facilitar o exercício crítico-reflexivo sobre a realidade em questão, com a experiência de aplicação do produto.

Assim, a preparação do mediador pode ser efetuada a partir da contextualização teórica deste material, pautada nas seguintes perspectivas:



- Responsabilidade com a promoção da permanência na Rede Federal de EPT, imprescindível para uma formação omnilateral exitosa e, assim, pretendendo a melhoria dos níveis de qualidade da educação.
- Compreensão de permanência e êxito estudantil como um fenômeno que se aproxima da ação de resistir e de fortalecer, por um processo gradual e contínuo, para além do fator evasão.
- Consciência da dimensão pedagógica de um produto educacional, ultrapassando sua materialidade, evidenciando sua intencionalidade de mudança na realidade social.

Além da preparação teórica, o mediador deve alcançar os conhecimentos necessários para utilização do repositório do ProfEPT, o que é possível com uma rápida ambientação no próprio site. O aplicador também deve se ater às habilidades para a execução das demais plataformas e ferramentas tecnológicas utilizadas na aplicação. Se houver necessidade, o aplicador pode solicitar apoio técnico de um profissional da área de tecnologia.

ESTRUTURA E ETAPAS



Foto: google.com.br

PRIMEIRO DIA			
RECEPÇÃO E APRESENTAÇÃO			
AÇÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	TEMPO
Apresentação do mediador e dos participantes.	Esclarecer os objetivos pessoais e profissionais com a proposta, delimitando o lugar de fala. Conhecer os participantes da oficina.	Exposição oral, textual e imagética por meio de slides.	35 minutos.
Apresentação dos objetivos do laboratório.	Apresentar a estrutura, as atividades e os objetivos da oficina.	Exposição oral e imagética por meio de slides.	10 minutos.
Exposição teórica sobre o tema.	Refletir sobre a dimensão de permanência e êxito na EPT. Apresentar o ProfEPT e compreender os pressupostos teóricos sobre PEs.	Exposição oral e imagética por meio de slides.	30 minutos.



ATIVIDADE 1: NUVEM DE PALAVRAS			
AÇÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	TEMPO
Criar uma nuvem de palavras.	Refletir sobre os conceitos atuais de permanência e êxito estudantil. Construir coletivamente uma representação visual sobre o tema.	Para acesso à atividade deve ser disponibilizado um link para a plataforma Mentimeter, onde os participantes deverão indicar três palavras ou expressões que representem o conceito de permanência e êxito na EPT, considerando a contextualização teórica.	20 minutos.
Análise dos resultados da atividade.	Promover a reflexão sobre a dimensão de permanência e êxito e conhecer as diferentes percepções entre os participantes.	O diálogo deve ser promovido pelo mediador, abrindo o espaço de fala para pelo menos quatro participantes.	20 minutos.
ATIVIDADE 2: AMBIENTAÇÃO E PESQUISA NO OBSERVATÓRIO			
Ambientação no repositório de produtos educacionais do ProfEPT.	Conhecer as funcionalidades do repositório, praticando em seu próprio computador ou visualizando a apresentação compartilhada pelo mediador.	Em interação com os participantes o mediador navegará pela plataforma Observatório ProfEPT e apresentará as ferramentas e atalhos disponíveis na plataforma. Demonstrando brevemente como se faz buscas e análises rápidas de PEs.	15 minutos.
Atividade no Padlet.	Promover a aproximação dos participantes com o ProfEPT, por meio da análise de PEs que versam sobre permanência e êxito.	Os participantes irão realizar uma pesquisa no Observatório ProfEPT e identificar PEs com o tema referente as três palavras que mais se destacaram na nuvem de palavras sobre permanência e êxito estudantil. Após, deverão submeter na plataforma Padlet resumidamente seus achados e considerações sobre o produto pesquisado e expor sua experiência com essa plataforma de pesquisa.	30 minutos.
Reflexão e discussão dos resultados	Promover a reflexão e o diálogo.	O espaço de fala é aberto para discussão dos resultados da atividade, para pelo menos três participantes.	15 minutos.
Encerramento do primeiro dia.	Agradecer a participação no primeiro dia e reforçar a necessidade de participação no segundo dia, apresentando brevemente a atividade seguinte.	Exposição oral e imagética por meio de slides.	5 minutos.



SEGUNDO DIA			
ATIVIDADE 3: APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMA (ABP)			
AÇÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	TEMPO
Recepção do segundo dia.	Acolher os participantes.	Exposição oral e promoção de diálogo.	20 minutos.
Atividade: Planejamento para resolução de situação problema.	<p>Incentivar o diálogo e o trabalho coletivo para a promoção da permanência, estimulando o uso de PEs no planejamento de estratégias e ações da Rede Federal de EPT.</p> <p>Problematicar o trabalho das CPEs estimulando o uso de PEs no planejamento de estratégias, metas e ações para permanência e êxito na EPT.</p>	<p>Os participantes devem ser divididos aleatoriamente em salas simultâneas do Google Meet. Cada grupo receberá uma situação hipotética relacionada aos trabalhos da CPE (conforme abaixo), para o planejamento de uma intervenção envolvendo a comunicação e/ou a utilização de PEs do ProfEPT no processo.</p> <p>Os grupos deverão pesquisar no repositório de PEs e indicar como e quais recursos podem contribuir para a superação do problema apresentado.</p> <p>A atividade deve ser acompanhada e mediada pelo proponente do laboratório e, ao final, haverá um momento para apresentação das propostas por representantes de cada grupo.</p>	2 horas.
Sugestões de situações-problemas hipotéticas (fundamentadas na Nota Informativa nº 138/2015/SETEC/MEC)			
<p>Situação 1) A CPE está na fase de Elaboração de Diagnóstico Qualitativo e precisa promover a participação da comunidade escolar para identificar as principais causas da evasão e propor medidas para superá-las. Quais produtos educacionais podem servir de apoio para que o objetivo dessa fase seja alcançado?</p> <p>Situação 2) A CPE chegou na fase de Consolidação do Plano Estratégico e como parte da tarefa, deve apresentar propostas de intervenção envolvendo o ProfEPT e sua produção educacional nas ações e metas deste plano. Quais seriam essas propostas?</p> <p>Situação 3) Com o Plano Estratégico contendo ações e metas envolvendo o ProfEPT e sua produção educacional, a CPE deverá apresentar a proposta à comunidade escolar, esse contato se dará por setores específicos. Supondo que essa etapa será realizada nos Colegiados de Cursos do Ensino Médio Integrado, enfatizando a necessidade de ampliar a comunicação entre a sala de aula e a produção educacional do ProfEPT, para a melhoria da prática docente e do ensino-aprendizagem, de que forma essa pauta pode ser sensibilizada e estimulada?</p> <p>Situação 4) O Plano Estratégico foi consolidado com ações e metas envolvendo o ProfEPT e seus produtos educacionais. A CPE está apresentando a proposta à comunidade escolar, e nesse momento a etapa será feita com a Coordenação Pedagógica e com a Assistência Estudantil, enfatizando a necessidade da utilização efetiva dos produtos desenvolvidos no ProfEPT nessas rotinas, visando a melhoria da gestão pedagógica e estudantil da instituição. Assim, como conscientizar e incentivar o trabalho desses setores/profissionais nessa perspectiva?</p> <p>Situação 5) O Plano Estratégico foi consolidado com ações e metas envolvendo o ProfEPT e sua produção educacional e, como parte da etapa de apresentação do plano à comunidade escolar, a CPE, em parceria com a Direção de Ensino, promoverá um encontro com os discentes, para divulgar e conscientizar sobre as estratégias que contribuirão para a permanência e o êxito acadêmico. Na oportunidade serão utilizados ou exibidos produtos educacionais do ProfEPT. Desse modo, como esse encontro poderá ser organizado?</p>			



FEEDBACK E AVALIAÇÃO DO LABORATÓRIO			
AÇÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	TEMPO
Feedback, avaliação e encerramento.	Receber o feedback dos participantes e proceder com a avaliação da oficina pedagógica.	<p>O espaço de fala deverá ser aberto para as considerações dos participantes.</p> <p>Deve ser disponibilizado um link com o questionário de avaliação do produto, para que os participantes procedam com a avaliação e as considerações sobre a experiência desta aplicação.</p> <p>O mediador do laboratório encaminhará para o momento final, agradecendo a participação de todos e se colocando à disposição.</p>	40 minutos.

SISTEMATIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO



Foto: Davi.com

Na avaliação deste produto foram consideradas as perspectivas de Kaplún (2003) e de Area Moreira (2010), sobre a construção de mensagens educativas. Sendo avaliados os aspectos conceitual, comunicacional e pedagógico da oficina, utilizando-se

um questionário no estilo de Likert, com cinco perguntas fechadas e uma aberta.

Em síntese, evidenciou-se a satisfação de todos os participantes que concluíram a oficina, ressaltando a efetividade de todos os aspectos apresentados na avaliação. Contudo, cabe ressaltar uma recomendação pontuada por um dos avaliadores, quanto à padronização dos registros da atividade 3 - ABP, que poderia ser incrementada com o uso de alguma ferramenta de trabalho colaborativo.

A avaliação dos participantes também sinalizou a necessidade de aprimoramento das estratégias e das ações de divulgação da produção do ProfEPT na Rede Federal, confirmando, portanto, a finalidade deste produto educacional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dos trabalhos concluiu-se pelo sucesso do Laboratório de Aprendizagem Mediada, conquistando com êxito seu objetivo principal, sustentando relevante potencial para fomentar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, numa perspectiva significativa e consciente para a promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT. Destarte, a expectativa é de a oficina seja reproduzida, com as adaptações que se fizerem necessárias, a depender do contexto de cada instituição e do perfil do público a se alcançar.

É importante os apontamentos recorrentes na pesquisa e durante a aplicação do produto, revelando certa fragilidade quanto à divulgação e ao contato com os produtos educacionais, talvez seja apropriada a promoção e a efetividade de mais políticas e ações institucionais, pautadas num olhar mais apurado e sensível sobre as carências das Comissões de Permanência e Êxito, bem como da performance do ProfEPT.

A realidade em tela representa perfeitamente a justificativa e a motivação deste trabalho, levando-se em conta sua perspectiva pedagógica e intervencionista, contribuindo para uma mudança de postura quanto a utilização dos produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal.

REFERÊNCIAS

- AREA MOREIRA, M. Los medios de enseñanza: conceptualización y tipología. Web de Tecnología Educativa. Universidad La Laguna, 2010. Disponível em: <https://ced.enallt.unam.mx/blogs/socio-pragmatica/files/2013/06/Manuel-Moreira1.pdf>. Acesso em: 12. abr. 2023.
- BASTOS, O. G. A.; GOMES, C. F. S. A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - um estudo de caso do CEFET-RJ. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264555343_A_evasao_escolar_no_Ensino_Tecnico_entendendo_e_enfrentando_as_dificuldades_-_Um_estudo_de_caso_do_CEFET-RJ. Acesso em: 27 set. 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 set. 2023.
- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 set. 2023.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 set. 2023.
- CAPES. Documento de área: área 46: ensino. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/ENSINO_ORIENTACOESAPCN_publicar.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.
- CARMO, G. T. do.; MANHÃES, E. K.; COLA, M. L. T. Pistas sobre a permanência estudantil como virada epistemológica: iniciativas de um Núcleo de Pesquisa por uma sociologia da permanência na educação a partir de Vincent Tinto. (SYN) THESIS, v. 11, n. 1, p. 54-63, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/54571/35215>. Acesso em: 27 set. 2023.
- CASTRO, C. de. M. A hora do mestrado profissional. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 2, n. 4, p. 16-23, jul. 2005.
- DE SOUZA, S. L.; ARTUSO, A. R. Abandono, evasão, permanência e êxito na educação Profissional e Tecnológica: Considerações sobre o Estado da Arte de 2015 a 2019. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 6, n. 1, p. 135-149, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/950>. Acesso em: 27 set. 2023.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. (Orgs.). Educação profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

FIALHO, N. H.; HETKOWSKI, T. M. Mestrados Profissionais em Educação: novas perspectivas da pós-graduação no cenário brasileiro. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 63, p. 19-34, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/49135/31734>. Acesso em: 28 set. 2023.

FREIRE, G. G; ROCHA, Z. de F. D. C.; GUERRINI, D. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR - Londrina: 14 estudo preliminar das contribuições. Revista Polyphonia, Goiânia, GO, v. 28, n. 2, jul.-dez. 2017, p. 375-390. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/52761>. Acesso em: 28 set. 2023.

FREITAS, R. Produtos Educacionais na Área de Ensino da Capes: o que há além da forma? Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n. 2, 2021. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ISSN: 2594-4827. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 28 set. 2023.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. Regulamento do ProfEPT. 2018. Disponível em: https://profep.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Res_CS_22_2018_-_Regulamento.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. Regulamento Geral do ProfEPT. 2023. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/regulamentoprofep/16478-regulamento2023>. Acesso em: 20 set. 2023.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. Áreas de concentração do ProfEPT. 2019. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/areadeconcentracao>. Acesso em: 28 set. 2023.

KAPLÚN, G. Contenidos, itinerarios y juegos. Tres ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos. Universidad de la República, Montevideo, Uruguay, 2005. Nodos Nº 3. Disponível em: https://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/comeduc2/wp-content/uploads/sites/197/2021/05/contenidos_itinerarios_y_juegos_-_kaplun_1.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência do aprendizado. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 28 set. 2023.

LEITE, P. S. C. Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na Área de Ensino de Humanidades. Atas CIAIQ 2017 - Investigação qualitativa em educação, 1, Ludomedia, 2017. p. 847-856. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1405>. Acesso em: 29 set. 2023.

MACHADO, M. R. A evasão nos cursos de Agropecuária e Informática / nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006). 2009. 131 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

MEC. Ministério da Educação. Nota Informativa n.º 138/2015/SETEC/MEC, de 15 de julho de 2015. Informa e orienta as instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Brasília, DF, Brasil: MEC/SETEC, 2015. Disponível em: <http://ctur.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

MEC. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha. Indicadores de gestão. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 26 set. 2023.

PRIBERAM. Dicionário on-line de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 26 set. 2023.

MEC. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 26 set. 2023.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007.

OLIVEIRA, H. D. F. de. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. Revista Eixo, v. 10, n. 1, p. 46-52, 2021. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/809>. Acesso em: 26 set. 2023.

PACHECO, E. Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. Educitec, Manaus, v. 04, n. 07, p. 106-120, jun. 2018.

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Unesp; Cultura Acadêmica. 2009. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/mariacristina.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

RAMOS, M. R. História e política da educação profissional. Curitiba: IFPR-EAD, 2014.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S.l], v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. V.; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. Actio, [S.l], v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

SILVA FILHO, R. B., ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan-jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 27 set. 2023.


SILVA, C. N. N.; ARAÚJO, P. A. de.; FROIS, R. R. de S.; GUIMARÃES, V. P. A. Determinantes metodológicos que entram na configuração dos mestrados profissionais no Brasil. In: SILVA, C. N. N.; ROSA, D. S.; FERREIRA, M. R. G. A metodologia da pesquisa em educação profissional e tecnológica. Brasília: Nova Paideia, 2022. p. 123-142.

TAKAHASHI, A. R.; VERCHAI, J. K.; LUDMILLA, M. M.; RESE, N. Mestrado profissional e mestrado acadêmico em administração: convergências, divergências e desafios aos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. Administração: ensino e pesquisa, [S.l], v. 11, n. 4, p. 551-578, 31 dez. 2010. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/129>. Acesso em: 28 set. 2023.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS COMISSÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL

PROFEPT

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Seção 1 de 4

Pesquisa: A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil - uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT

Carta convite para participação em pesquisa acadêmica.

Olá! Meu nome é Wendes Fernandes Ribeiro, sou mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo IFB e te convido a responder a este questionário, o qual é um instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa de minha autoria intitulada: "A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil: uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT", sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Nei Nascimento da Silva.

O objetivo da pesquisa é compreender a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT.

O público-alvo desta pesquisa são as Comissões de Permanência e Êxito Estudantil.

O questionário ficará disponível para resposta até o dia 06/09/2023 e o tempo médio para respondê-lo é de 10 minutos.

Se você tiver alguma dúvida em relação à pesquisa, poderá me contatar pelo e-mail ribeiro.wendes@gmail.com ou pelo telefone (61) 998854103.

Sua participação é fundamental para o sucesso da minha pesquisa.

Agradeço antecipadamente.

E-mail *

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 4

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário ICESP - CEP 8118.

Confirmando ter lido e compreendido as informações da Carta Convite e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no link abaixo, bem como ter aceitado voluntariamente participar desta pesquisa, autorizando a divulgação das informações em congressos e/ou publicações científicas, desde que seja respeitado o meu anonimato. *

[Link: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido](#)

SIM

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção

Seção 3 de 4

Informações gerais:

Descrição (opcional)

De qual Instituto Federal você integra a Comissão de Permanência e Êxito Estudantil? *

1. CEFET-MG
2. CEFET-RJ
3. COLÉGIO PEDRO II
4. IFAC
5. IFAM
6. IFAP
7. IFB
8. IFBA
9. IF BAIANO

10. IFC
11. IFCE
12. IFES
13. IF FARROUPILHA
14. IFG
15. IF GOIANO
16. IFMA
17. IFMS
18. IFMT
19. IFNMG
20. IFPA
21. IFPB
22. IFPE
23. IFPI
24. IFRJ
25. IFRO
26. IFRR
27. IFRS
28. IFS
29. IFSC
30. IF SERTÃO PE
31. IFSP
32. IFSUL
33. IFTM
34. IFTO

Você faz parte de qual tipo de comissão? *

- Comissão Central (Reitoria)
- Comissão Local (Campus)

Qual a sua função na comissão: *

- Presidente
- Vice-presidente
- Membro
- Outros...

Você é integrante: *

- Técnico
- Docente
- Discente
- Outros...

Você é representante de qual setor? *

- Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Direção de Administração e Planejamento
- Coordenação Geral de Ensino
- Coordenação de Curso
- Colegiado de Curso
- Coordenação Pedagógica

- Coordenação de Registro Acadêmico
- Coordenação de Assistência Estudantil
- Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas
- Representante Discente
- Outros...

Quantos membros possui a Comissão de Permanência e Êxito Estudantil que você integra?
(ex. 5)

Texto de resposta curta

Em qual fase encontram-se os trabalhos da sua comissão? *

- Elaboração de diagnóstico
- Consolidação do Plano Estratégico
- Monitoramento e avaliação
- Outros...

Após a seção 3 Continuar para a próxima seção

Seção 4 de 4

Produtos Educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil:

Conforme o Documento Orientador da área 46 da CAPES (2019), no Mestrado Profissional na área de Ensino, destaca-se a produção técnica/tecnológica, compreendida como produtos e processos educacionais para utilização de professores e demais profissionais envolvidos com o contexto da educação. [...] "Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros" (CAPES, 2019).

Considere as afirmações e avalie cada uma conforme a escala abaixo, indicando a opção que representa seu grau de concordância e que melhor reflete sua percepção sobre permanência e êxito estudantil e o uso de produtos educacionais do ProfEPT.

①	②	③	④	⑤
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo/ Prefiro não me manifestar	Concordo	Concordo totalmente

*

Tenho uma compreensão clara e objetiva sobre a dimensão de permanência e êxito estudantil na EPT.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

*

Conheço e/ou já trabalhei com os produtos educacionais desenvolvidos pelo ProfEPT nos processos de promoção da permanência e êxito estudantil.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

*

Considero importante e necessário trabalhar com a produção educacional decorrente do ProfEPT, explorando seu potencial para permanência e êxito.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

*

Como você compreende a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil na EPT?

Texto de resposta longa

*

Como Produto Educacional desta pesquisa pretende-se a aplicação de uma oficina para as Comissões Internas de Permanência e Êxito da Rede Federal de EPT, objetivando fomentar o conhecimento e a comunicação com a produção educacional do ProfEPT.

A oficina, com apenas um único encontro, será aplicada de forma on-line, no mês de outubro ou novembro. Você tem interesse em participar?


- Tenho interesse (o pesquisador entrará em contato por e-mail).
- Não tenho interesse.

Obrigado pela colaboração!

Sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa.

Descrição (opcional)

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



Seção 1 de 3

Avaliação do Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?

× ⋮

Olá! Convidamos você a responder ao questionário de avaliação do produto educacional "Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?"

Informamos que a intenção deste questionário não pretende identificar respostas certas e/ou erradas, mas sim em avaliar o produto educacional.

O tempo médio para responder ao questionário é estimado em 3 minutos e ele ficará disponível até o dia 13/11/2023.

Se você tiver alguma dúvida, poderá me contatar pelo e-mail ribeiro.wendes@gmail.com ou pelo telefone (61) 998854103.

Agradeço antecipadamente.

Após a seção 1
Continuar para a próxima seção
▼

Seção 2 de 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):

× ⋮

Descrição (opcional)

Você confirma ter lido e compreendido as informações, bem como ter aceitado voluntariamente participar desta pesquisa, autorizando a divulgação dos dados em congressos e/ou publicações científicas, desde que seja respeitado o seu anonimato. *

SIM

Após a seção 2
Continuar para a próxima seção
▼

Seção 3 de 3

Avaliação do Laboratório de Aprendizagem Mediada: como trabalhar com produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil?

Descrição (opcional)

Você é: *

 Docente

 Técnico

Considere as afirmações e avalie cada uma de acordo com a escala abaixo, indicando a opção que melhor representa seu grau de concordância e que melhor reflete a sua percepção sobre o Laboratório de Aprendizagem Mediada que participou.

①	②	③	④	⑤
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo/ Prefiro não me manifestar	Concordo	Concordo totalmente

1. Considero o tema do Laboratório de Aprendizagem Mediada interessante, contextualizado e relevante para a Rede Federal de EPT. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

2. A oficina pedagógica foi um método de trabalho apropriado para abordar e articular o tema. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

3. O conteúdo abordado, os recursos utilizados, as atividades desenvolvidas e a linguagem praticada na oficina foram adequados e condizentes com o público-alvo.

*

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

4. A participação na oficina contribuiu para ampliar meu conhecimento sobre a temática, facilitando e aprimorando minha comunicação com a produção educacional do ProfEPT.

*

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

5. A oficina pedagógica foi uma experiência que evidenciou, para mim, a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT para a permanência e êxito na Educação Profissional e Tecnológica.

*

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

6. Deixe aqui sugestões ou comentários sobre sua experiência com o Laboratório de Aprendizagem Mediada.

Texto de resposta longa

Obrigado pela colaboração!

Sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa.

Descrição (opcional)

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PESQUISA

Prezado (a),

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada: **“A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil: uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT”**, de responsabilidade de Wendes Fernandes Ribeiro, mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT do IFB - Campus Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Nei Nascimento da Silva.

O objetivo da pesquisa é compreender a contribuição dos produtos educacionais do ProfEPT na promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT. A pesquisa visa contribuir com o planejamento, organização, execução e acompanhamento dos processos que envolvem as Comissões Internas de Permanência e Êxito da Rede Federal de EPT. Como benefício direto ao participante, apresenta-se como uma oportunidade de atualização profissional, bem como de aprimoramento e aproximação com a produção educacional institucional, refletindo significativamente na inovação de sua práxis no trabalho. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, gravações em áudio/vídeo ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. A coleta de dados será realizada através de questionário, por meio de formulário do *Google Forms*, link: <https://forms.gle/PfjJ5PSsCZQUcJG7>. É para esse procedimento que você está sendo convidado a participar. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 998854103 ou pelo e-mail

ribeiro.wendes@gmail.com.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício e não implica em nenhum risco efetivo para sua saúde. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. Sua participação é sigilosa (todos os dados coletados serão tratados de forma agrupada, impedindo a identificação de respostas individuais). Os possíveis riscos e desconfortos de cunho físico, psicológico ou moral envolvidos na realização da tarefa como: possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; medo; vergonha; estresse; quebra de sigilo; cansaço ao responder às perguntas; quebra de anonimato, dentre outros, foram analisados e minimizados mediante as seguintes ações: redução do quantitativo de perguntas; priorização de perguntas que sejam condizentes com a rotina das Comissões de Permanência e Êxito da Rede Federal de EPT e seus membros; apresentação do termo de sigilo para a segurança do pesquisado; disponibilização de tempo adequado para o preenchimento do questionário, de modo a permitir tranquilidade aos respondentes no momento da resposta; garantia do respeito aos valores culturais, sociais, morais e éticos, assegurando sempre a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro e, por fim, garantindo a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras) envolvidos na realização da tarefa.

Segundo a Resolução nº 466/12 item V.3:

O pesquisador responsável, ao perceber qualquer risco ou danos significativos ao participante da pesquisa, previstos, ou não, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deve comunicar o fato, imediatamente, ao Sistema CEP/CONEP, e avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo (MS, 2012).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de Dissertação de Mestrado disponibilizada na Biblioteca do Campus Brasília e que poderá ser acessada pelo repositório da própria biblioteca, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário ICESP - CEP 8118, sob responsabilidade da coordenadora Profa. Ms Cristiane Batisti Ferreira, telefone (61) 3574-9951. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/8118: cep@icesp.edu.br ou pelo telefone: (61) 3574-9951.

Após estes esclarecimentos, ao clicar no ícone SIM do TCLE indicado no questionário, você concorda em participar da pesquisa e autoriza a utilização das informações fornecidas para fins acadêmicos, desde que seja respeitado o seu anonimato.

Brasília, 14 de agosto de 2023.

Wendes Fernandes Ribeiro
Pesquisador responsável

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado (a),

Você está sendo convidado a participar da avaliação do produto educacional objeto da pesquisa do Programa de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT do IFB, intitulada: **“A produção educacional do ProfEPT nas estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil: uma proposta para o uso significativo de produtos educacionais na Rede Federal de EPT”**, elaborada por Wendes Fernandes Ribeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Nei Nascimento da Silva.

Este instrumento tem como objetivo oportunizar o conhecimento e o acesso à produção educacional do ProfEPT, numa perspectiva significativa nas e para as estratégias de promoção da permanência e êxito estudantil na Rede Federal de EPT. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, gravações em áudio/vídeo ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. A coleta de dados será realizada através de questionário, por meio de formulário do *Google Forms*, link: <https://forms.gle/FvBcdBwTj6veNTMX9>. É para esse procedimento que você está sendo convidado a participar. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 998854103 ou pelo e-mail **ribeiro.wendes@gmail.com**.

Sua contribuição é fundamental para o aprimoramento do produto educacional e consiste em responder às questões apresentadas. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício e não implica em nenhum risco efetivo

para sua saúde. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. Sua participação é sigilosa (todos os dados coletados serão tratados de forma agrupada, impedindo a identificação de respostas individuais). Os possíveis riscos e desconfortos de cunho físico, psicológico ou moral envolvidos na realização da tarefa como por exemplo: possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; medo; vergonha; estresse; quebra de sigilo; cansaço ao responder às perguntas; quebra de anonimato, dentre outros, foram analisados e minimizados mediante as seguintes ações: redução do quantitativo de perguntas; priorização de perguntas que sejam condizente com a rotina das Comissões de Permanência e Êxito da Rede Federal de EPT e seus membros; apresentação do termo de sigilo para a segurança do pesquisado; disponibilização de tempo adequado para o preenchimento do questionário, de modo a permitir tranquilidade aos respondentes no momento da resposta; garantia do respeito aos valores culturais, sociais, morais e éticos, assegurando sempre a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro e, por fim, garantindo a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras) envolvidos na realização da tarefa.

Segundo a Resolução nº 466/12 item V.3:

O pesquisador responsável, ao perceber qualquer risco ou danos significativos ao participante da pesquisa, previstos, ou não, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deve comunicar o fato, imediatamente, ao Sistema CEP/CONEP, e avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo (MS, 2012).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de Dissertação de Mestrado disponibilizada na Biblioteca do Campus Brasília e que poderá ser acessada pelo repositório da própria biblioteca, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário ICESP - CEP 8118, sob responsabilidade da coordenadora

Profa. Ms Cristiane Batisti Ferreira, telefone (61) 3574-9951. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/8118: cep@icesp.edu.br ou pelo telefone: (61) 3574-9951.

Após estes esclarecimentos, ao clicar no ícone SIM do TCLE indicado no questionário, você concorda em participar da pesquisa e autoriza a utilização das informações fornecidas para fins acadêmicos, desde que seja respeitado o seu anonimato.

Brasília, 14 de agosto de 2023.

Wendes Fernandes Ribeiro
Pesquisador responsável